Redigir Queixas para o Comitê das Nações Unidas para os Direitos Humanos e ao Comitê contra a Tortura

Tortura, Mortes sob Custódia e Violações Associadas

2018

Este documento apresenta um conjunto de ferramentas para apoiar a redação de reclamações relativas a tortura, mortes sob custódia e violações associadas. Destina-se a ser usado por advogados e ativistas na avaliação de potenciais casos, e na preparação de "comunicações individuais" queixas relativas a casos individuais – ao Comitê das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Comitê das Nações Unidas contra a Tortura.

Copyright © 2018 Open Society Foundations.

Esta publicação está disponível como pdf no site da Open Society Foundations, ao abrigo de uma licença da Creative Commons, que permite copiar e distribuir esta publicação, apenas na sua integralidade, desde que seja atribuída à Open Society Foundations e utilizada com fins educativos não comerciais ou para políticas públicas. As fotografias não podem ser usadas separadamente da publicação,

Publicado por:

Open Society Foundations

224 West 57th Street

New York, New York 10019 USA

www.OpenSocietyFoundations.org

Para mais informações deverá contactar:

Masha Lisitsyna

Open Society Justice Initiative

masha.lisitsyna@opensocietyfoundations.org

Guia Prático de Contencioso Estratégico: Redigir Queixas de Tortura para o Comitê das Nações Unidas para os Direitos Humanos ou o Comitê Contra a Tortura

PARTE I: COMO UTILIZAR ESTE GUIA PRÁTICO.....	7
PARTE II: PROCEDIMENTO E ADMISSIBILIDADE DE QUEIXAS	9
A. Princípios Gerais sobre Admissibilidade.....	9
<i>A vítima e a representação.</i>	9
<i>Tempo e lugar</i>	9
<i>Outro procedimento internacional</i>	10
<i>Esgotamento de recursos internos</i>	10
<i>Fundamentação da queixa</i>	11
B. Apresentar uma Queixa.....	12
C. Procedimento após submeter uma Queixa	13
PARTE III: PRINCÍPIOS GERAIS DE REDAÇÃO.....	15
PARTE IV: COMO ESTRUTURAR UMA QUEIXA	18
A. Informações do Autor e da Vítima.....	18
B. Informações do Estado.....	18
C. Resumo da Queixa.....	18
<i>Elemento central do caso num parágrafo</i>	19
<i>Resumo dos factos</i>	19
<i>Resumo de violações do PIDCP ou UNCAT</i>	19
<i>Resumo dos recursos internos esgotados</i>	19
D. Factos da Queixa.....	20
<i>Apresentação da vítima</i>	20
<i>Detenção</i>	21
<i>Tortura</i>	22
<i>Libertação</i>	22
<i>Julgamento</i>	22
<i>Morte</i>	22
<i>Lesões e tratamento médico ou autópsia</i>	23
<i>Investigação oficial à tortura ou morte</i>	23
<i>Padrão de tortura e impunidade</i>	24
E. Admissibilidade.....	25
<i>Jurisdição</i>	25
<i>Inexistência de outra queixa internacional</i>	25
<i>Esgotamento de recursos internos</i>	25
F. Violações do Pacto/Convenção.....	26
G. Recursos.....	28
H. Lista de Documentos de Apoio.....	30
PARTE V: PARÁGRAFOS MODELO.....	31
A. Admissibilidade.....	31
<i>A.I (a): Comitê de Direitos Humanos tem competência</i>	31
<i>A. I (b): Comitê contra a Tortura tem competência</i>	31
<i>A.2: Comitê tem competência (violação contínua)</i>	32
<i>A.3: Inexistência de outra queixa internacional</i>	32

A 4: Recursos internos foram esgotados	32
A.5: Mais recursos internos seriam prolongados indevidamente	33
A.6: Mais recursos internos não seriam eficazes	33
A.7: Outros recursos internos não são adequados ou não estão disponíveis.....	33
A 8: Não é se exige que sejam esgotados mais recursos devido a perigo para o requerente.....	34
B. Questões probatórias	34
B.1: Inversão do ónus da prova.....	34
C. Violações substantivas ..	35
C 1: Tortura pelo Estado (CDH)	35
C.2: Tortura pelo Estado (CCT).....	36
C.3: Tortura por ator privado.....	37
C.4: Morte sob custódia (matar pelo Estado).....	37
C.5: Morte sob custódia (falta de proteção da vida)	38
C.6: Detenção ilegal	39
C.7: Detenção arbitrária.....	39
C.8: Detenção em regime de incomunicabilidade	41
C.9: Angústia para a família como tratamento cruel.....	42
C.10: Extradicação ou expulsão para enfrentar risco de tortura (não repulsão).....	42
C.11: Condenação baseada em confissão obtida através de tortura.....	43
C.12: Detenção, tortura ou execução baseadas em discriminação.....	44
C.13: Detenção, tortura ou execução sobre defensores de direitos humanos ou jornalistas.....	45
C 14: Prisão solitária	46
D. Violação de Salvaguardas	47
D.1: Obrigação de proporcionar salvaguardas contra a tortura	47
D.2: Falta de registo de custódia no momento da detenção e da manutenção de registos efetivos de custódia.....	48
D.3: Falta de comunicação da detenção à família.....	48
D.4: Falta de disponibilização de acesso imediato e privado a um advogado.....	49
D.5: Falta de realização de exames médicos privados e independentes	49
D.6: Falta de apresentação imediata perante um juiz	50
D.7: Falta de disponibilização de mecanismos de queixa e proteger os queixosos de represálias	51
D.8: Falta de gravação de entrevistas	52
D.9: Falta de monitorização independente de instalações de detenção.....	52
D.10: Detenção de mulheres em instalações de detenção temporária em que apenas existe pessoal do sexo masculino	53
D.11: Tolerância de um clima de impunidade.....	54
E. Violação de Obrigação de Investigar	55
E.1(a): Obrigação de investigar mortes sob custódia.....	55
E.1(b): Obrigação de investigar tortura (para além da morte sob custódia).....	55
E.2: Obrigação de investigar tortura (isolada)	55
E.3: Requisitos de investigação eficaz	56
E.4: Investigação não independente e imparcial	57
E.5: Investigação incompleta ou inadequada	58
E.6: Investigação não imediata e diligente.....	59
E.7: Investigação não consegue identificar e punir os responsáveis	60
E.8: Família impedida de participar na investigação	60
E.9: Inexistência de escrutínio público da investigação	61
E.10: Falha na realização de exames médicos apropriados (tortura)	62
E.11: Falta de realização de autópsia apropriada	63
F: Obrigação de Proporcionar Reparações	63
F.1: Obrigação de proporcionar reparações	64
F.2: Falta de disponibilização de compensação (tortura e morte sob custódia)	64
F.3: Falta de disponibilização de reabilitação (tortura)	65
F.4: Falta de disponibilização de satisfação (tortura ou morte sob custódia).....	65
F.5: Garantias de não repetição	66

PARTE VI: GUIA DE INVESTIGAÇÃO	67
ANEXOS: ESTRUTURAS E MODELOS DE QUEIXAS	73

AGRADECIMENTOS

Este guia foi escrito mediante um esforço contínuo de um grupo de advogados e defensores de direitos humanos que partilham uma devoção comum à luta contra a tortura.

O guia pretende servir como um manual para ativistas de direitos humanos e advogados desenvolverem as suas competências na redação de queixas individuais ao Comitê das Nações Unidas para os Direitos Humanos ou à Comitê das Nações Unidas contra a Tortura, e na utilização da via contenciosa como uma das ferramentas para combater a tortura e o tratamento e punição cruéis, desumanos ou degradantes.

O guia recorre a diversos perfis processuais, estruturas modelo e tramitações exemplares de processos em que foi utilizado o conhecimento especializado da Open Society Justice Initiative. Também apresenta princípios gerais de redação, breves explicações e argumentos sobre questões legais e explica como estruturar uma queixa.

Os autores principais do guia foram Ben Batros, Nigina Bakhrieva, Masha Lisitsyna e Alexandra Cherkasenko.

A Justice Initiative gostaria de agradecer também às seguintes pessoas pela sua inestimável ajuda na investigação, revisão e contributos: Katya Szarvas, Erin Neff, Fatima Yasmin Bokhari, Dila Torlak, Patricia A. Rothenberg, Eric Motika, Amanda Wetzel, Sarah Montgomery, Tashmin Ali, Matthew Windsor, Anna Astrakhan, Yulia Votslava, Sardorbek Abdukhalikov e Anastassiya Miller. A Justice Initiative está grata pela revisão por pares de Matthew Sands da Association for the Prevention of Torture (APT).

A Justice Initiative gostaria também de manifestar o seu mais profundo agradecimento aos Stein Scholars of Public Interest Law da Escola de Direito Fordham Law School, que realizaram a investigação inicial para o guia: Jocelyn Brooks, Katie Wang e Miranda Galindo.

Rupert Skilbeck, antigo diretor de contencioso, e David Berry, responsável superior de comunicações, reviram o guia.

A tradução para português foi revista por Amalia Ordóñez Vahí.

PARTE I: COMO USAR ESTE GUIA PRÁTICO

1. Este guia prático é uma síntese da experiência da Open Society Justice Initiative e pretende fornecer diretrizes a quaisquer advogados e ativistas que necessitem de avaliar queixas de tortura, mortes sob custódia e violações associadas, e de preparar o que o Comitê de Direitos Humanos (CDH) e o Comitê contra a Tortura (CCT) da Organização das Nações Unidas (ONU) designam por "comunicações individuais" — queixas em nome das vítimas destes crimes. Este guia prático serve-se de exemplos de queixas que foram apresentadas a estas Comissões para ajudá-lo a organizar os diferentes componentes da sua queixa e apresenta modelos de alegações que poderão ajudá-lo a elaborá-la.
2. Eis alguns dos termos que as Comissões da ONU utilizam nos seus procedimentos e decisões:
 - *Autor*: O indivíduo que apresenta a queixa à CDH da ONU.
 - *Comunicação*: O artigo 1.º do Protocolo Facultativo utiliza este termo em vez de "reclamação", "petição" ou "queixa". Este guia prático utiliza os termos "comunicação" e "queixa".
 - *Pareceres*: São as conclusões das Comissões da ONU sobre se houve uma violação dos direitos de um indivíduo. Em alguns casos, tais como decisões de que um caso não é admissível ou em conclusões do Comitê contra a Tortura da ONU, poderão utilizar o termo "decisão".
3. A Parte II deste guia prático fornece uma **breve visão geral** dos critérios de admissibilidade que as Comissões da ONU utilizam para comunicações individuais, bem como dos procedimentos utilizados para avaliá-las.
4. A Parte III do guia prático define os **princípios gerais de redação de queixas**. Dado que os membros do Comitê muitas vezes não estão familiarizados com os detalhes do sistema jurídico em vigor no seu país, e que apenas se reúne por curtos períodos a cada ano, é importante que a sua redação seja clara e direta.
5. A Parte IV do guia prático explica **como se estrutura uma queixa** para uma das Comissões. Identifica as diferentes partes da queixa, explica o que deverá incluir em cada uma destas e sugere formas de apresentar a informação. Os anexos providenciam modelos de estruturas baseados nesta abordagem.
6. A Parte V do guia prático contém uma série de **modelos de argumentos legais** que poderá utilizar como referência. Estes consistem em breves explicações e argumentos sobre pontos jurídicos que surgem frequentemente quando se preparam queixas que envolvem tortura ou morte sob custódia. Foram redigidos especificamente para a CDH, mas pode adaptá-los para a CCT. Quando estiver a adaptá-los ao seu caso específico, deverá:
 - alterar ou eliminar qualquer aspeto que não se aplique ao seu caso particular;
 - transpor os argumentos para que os regulamentos da CCT apareçam em primeiro lugar e os regulamentos da CDH em segundo, caso esteja a apresentar a sua argumentação perante a CCT; e
 - garantir que os argumentos estão em dia, verificando os recursos enumerados na Parte VI.
7. A Parte VI do guia prático contém uma **lista de recursos** e sugestões sobre como realizar investigações nesta área do direito. Poderá ser útil para verificar as decisões ou desenvolvimentos mais recentes numa questão específica ou para conduzir investigações sobre novos assuntos que não estejam incluídos neste guia prático.
8. Além de **modelos de estruturas** para as queixas, os anexos também incluem hiperligações para exemplos de casos reais que foram submetidos às Comissões. Os exemplos seguem a abordagem explicada na Parte IV. Juntamente com os modelos de argumentos jurídicos da Parte V, estes permitir-lhe-ão construir a sua queixa.

PARTE II: PROCEDIMENTO E ADMISSIBILIDADE DE QUEIXAS

9. Antes de examinar os méritos de uma queixa, a CDH e a CCT ponderam, individualmente, se a mesma é admissível ao abrigo do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) ou do Artigo 22.º da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura (UNCAT). Para ser admissível, uma queixa tem de estar abrangida pela competência do Comitê, não pode estar sob apreciação de outro organismo e, fundamentalmente, a vítima que tem de ter esgotado todos os recursos nacionais disponíveis. O Comitê considerará a resposta escrita do estado à sua queixa, assim como a informação apresentada por si. Esta secção do Guia apresentará uma visão global dos requisitos de admissibilidade e dos principais passos processuais e pormenores logísticos relevantes para elaborar e submeter uma queixa a uma das Comissões.

A. Princípios Gerais sobre Admissibilidade

A vítima e a representação

10. Qualquer pessoa pode queixar-se ao Comitê se as autoridades de um Estado que seja parte do Protocolo Facultativo ao PIDCP ou tenha apresentado uma declaração nos termos do Artigo 22.º da UNCAT que tenha violado os seus direitos, tal como estes documentos os descrevem. Não existem limites baseados em nacionalidade, capacidade legal ou idade.
11. Uma ONG ou um advogado não podem apresentar o caso ao Comitê sem o consentimento ou autorização da vítima. De um modo geral, o autor tem de assinar a comunicação ou autorizar que o seu representante legal submeta a queixa, caso em que o representante tem de a assinar. Não existe uma forma padrão de autorização; em particular, não é exigida uma certificação notarial. No entanto, a autorização tem de indicar especificamente que o representante está mandatado para apresentar uma comunicação ao Comitê das NU relevante em nome da vítima. Uma procuração genérica que não mencione o Comitê não seria, normalmente, suficiente.
12. Se o autor não puder assinar ou prestar autorização, a comunicação tem de incluir uma explicação clara sobre os motivos por que tal acontece. Por exemplo, quando uma pessoa tiver morrido ou estiver presa sem acesso ao mundo exterior, um familiar próximo (por ex. pais, filhos ou cônjuge) pode apresentar uma queixa em nome dessa pessoa sem autorização formal. No entanto, nem a detenção da vítima nem uma relação familiar, em si e por si, é suficiente para as Comissões aceitarem uma queixa em nome da vítima.
13. As Comissões não consideram queixas em grupo enquanto tal. No entanto, pode submeter uma queixa isolada em nome de duas ou mais vítimas se ambas tiverem sofrido violações emergentes dos mesmos factos e cada uma delas prestar uma autorização e descrição de como os seus direitos foram violados.

Tempo e lugar

14. No caso de queixas ao abrigo da UNCAT posteriores ao início da jurisdição - a data em que o Estado onde as violações ocorreram fez a sua declaração nos termos do Artigo 22.º - os requisitos de lugar e tempo são suficientes para efeitos de admissibilidade. Para as queixas ao CDH, em termos gerais, não só as violações devem ocorrer no território do Estado após a data em que o Protocolo Facultativo entrou em vigor como ainda, a partir de 2012, não podem constituir "abuso do direito de submissão,"¹ que estabelece que a queixa não pode ser apresentada mais de cinco anos após a vítima ter esgotado os recursos internos.

¹ UNHRC, Regras de Procedimento Doc. ONU CCPRIC/3/Rev.9, Regra 96 (a Regra 96 na sua forma alterada aplicar-se-á a comunicações recebidas pela Comissão após 1 de janeiro de 2012).

15. Se a vítima foi detida inicialmente ou a tortura se iniciou antes do início da jurisdição do Comitê em particular, ainda poderá apresentar uma queixa se a detenção ou tortura continuarem após essa data. Mesmo que os atos atentatórios terminem antes de as Comissões possuírem competência, se a vítima teve pedido uma investigação ou compensação após essa data e o Governo não satisfizer tal pedido (ainda que o primeiro pedido seja anterior à data de jurisdição), poderá ainda ser possível apresentar uma queixa pela falta de investigação e prestação de reparação. Em termos gerais, dependendo de quanto dos esforços para obter compensação ou investigação se verificaram antes de o Comitê ter jurisdição, tais falhas podem constituir violações contínuas (ver argumento jurídico modelo A.2, infra).
16. Se a queixa for submetida mais de cinco anos após a vítima ter esgotado os recursos internos, uma explicação dos motivos por que o CDH deveria admitir a queixa apesar das novas regras.

Outro procedimento internacional

17. Ambas as Comissões consideram queixas que estejam sob investigação por outro mecanismo internacional como admissíveis, embora tal não inclua processos não judiciais. Nenhum dos Comitês trata organismos como Relatores Especiais ou Grupos de Trabalho criados pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas como órgãos judiciais. Por exemplo, pode enviar um recurso urgente ou uma carta de alegações ao Relator Especial da ONU sobre Tortura e apresentar a comunicação junto do CDH ao mesmo tempo.² O CCT também considera casos inadmissíveis que foram considerados anteriormente, e alguns Estados impuseram restrições que também impedem o CDH de examinar esses casos.
18. Em termos gerais, nem o CDH nem o CCT considerarão um caso que um tribunal de direitos humanos regional, como o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, tenham avaliado materialmente.³ No entanto, há duas circunstâncias em que podem abrir uma exceção para um caso ou determinadas questões de um caso. Primeiro, se o outro tribunal regional ou internacional o tenha recusado apenas com fundamentos processuais como a admissibilidade, um caso pode ser admissível pelo CDH ou CCT. Segundo, se o outro tribunal se tiver debruçado sobre o mérito do caso, mas tenha considerado apenas violações diferentes das que são abrangidas pela comunicação, o CDH ou o CCT poderão considerar estas violações.⁴
19. Sendo a CDH ou a CCT uma escolha prioritária para as queixas de tortura, se o seu cliente for vítima de violência doméstica contra a mulher, poderá ponderar a apresentação da sua queixa junto da Comissão sobre a Eliminação de Discriminação contra as Mulheres, em vez da CDH ou da CCT.

² No entanto, dependendo das circunstâncias do seu compromisso, o envolvimento do Grupo de Trabalho das NU sobre Detenção Arbitrária pode excluir uma queixa da CDH ou CCT.

³ Pakas v. Lituânia, UNHRC, Pareceres de 25 de março de 2014, CCPRIC/110/D/2155/2012, para. 7.2.

⁴ Althammer v. Áustria, UNHRC, Pareceres de 8 de agosto de 2003, CCPRIC/78/D/998/2001, para. 8.4;

Pakas v. Lituânia, UNHRC, Pareceres de 25 de março de 2014, CCPRIC/110/D/2155/2012, para. 7.2; Puertas v. Espanha, UNHRC, Pareceres de 18 de junho de 2013, CCPRIC/107/D/1945/2010, para. 7.3.

Esgotamento de recursos internos

20. O Protocolo Facultativo exige que o requerente esgote os recursos internos em relação a cada uma das violações da queixa, o que não acontece com a CCT. Por exemplo, mencionar apenas que todos os tribunais relevantes consideraram o caso do requerente e que todos eles confirmaram o veredicto, não é, geralmente, suficiente.
21. Conforme a CDH tem declarado repetidamente, "o Artigo 5(2) (b) do Protocolo Facultativo, referindo-se a "todos os recursos internos disponíveis" refere-se claramente, em primeiro lugar, a recursos judiciais."⁵ Em alguns casos, a CDH esperava que os autores esgotassem também quaisquer recursos internos não judiciais disponíveis que oferecessem uma perspectiva razoável de sucesso.⁶ No entanto, em casos de tortura e morte sob custódia, apenas o procedimento criminal contra perpetradores constitui um recurso eficaz, pelo que o Comitê não considerará, de um modo geral, a falta de recurso às vias civis ou administrativas como uma falha no esgotamento de recursos internos.⁷
22. Não se exige o esgotamento de recursos internos que estejam indisponíveis, se tenham revelado ineficazes ou que registem atrasos injustificados - os recursos têm de oferecer uma perspectiva razoável de sucesso para que a sua omissão constitua uma falta de esgotamento dos mesmos.⁸ Além disso, a exigência de esgotamento dos recursos internos não se aplica se o fazê-lo puder constituir um perigo.⁹
23. Recai inicialmente sobre o autor de uma comunicação o ónus da provar de que foram esgotados os recursos internos. Se o Estado invocar que o autor dispõe de outros recursos, terá de mostrar ao Comitê que esses recursos estão disponíveis e serão potencialmente eficazes no caso do autor. O Comitê habitualmente não discutirá com profundidade o esgotamento de recursos internos, a menos que o Estado argumente neste sentido.

Fundamentação da queixa

24. A fundamentação insuficiente pode conduzir a uma declaração de inadmissibilidade. Para citar a CDH em relação a um princípio que também se aplique à CCT, os autores têm de apresentar "informação pertinente, documentada e detalhada."¹⁰ É importante não promover queixas em termos vagos e genéricos, mas sim especificar os atos e omissões em particular das autoridades do Estado que violaram os direitos das vítimas ao abrigo do PIDCP e da CCT.
25. A PIDCP exige provas de que a lei, a política, a prática, a atuação ou omissão do Estado - que é por si acusado de violar os direitos da vítima - o faz direta e pessoalmente.¹¹ Por exemplo, uma queixa deverá mencionar quando e onde ocorreu a tortura; quantas vezes e durante que período; os métodos usados; e quando possível a identidade, o número e a

⁵ RT v. França, UNHRC, Pareceres de 30 de março de 1989, CCPR/C/35/D/262/1987, para. 7.4; RL.M v. França, UNHRC, CCPR/C/44/D/363/1989, para. 5.4; P.S. v. Dinamarca, UNHRC, CCPR/C/45/D/397/1990, para. 5.4.

⁶ Pereira em nome de a/ Thompson v. Panamá, UNHRC, Pareceres de 21 de outubro de 1994, CCPR/C/52/D/438/1990, para. 5.2; Pereira em nome de Patino v. Panamá, UNHRC, Pareceres de 21 de outubro de 1994, CCPR/C/52/D/437/1990, para. 5.2; Jonassen Noruega, UNHRC, Pareceres de 25 de outubro de 2002, CCPR/C/76/D/881/1999, para. 8.6

⁷ Vicente et al. v. Colômbia, UNHRC, Pareceres de 19 de agosto de 1997, CCPR/C/60/D/612/1995, para.5.2; Coronel et al. v. Colômbia, UNHRC, Pareceres de 24 de outubro de 2002, CCPR/C/76/D/778/1997, para. 6.2.

⁸ Patino v. Panamá, UNHRC Pareceres de 21 de outubro de 1994, CCPR/C/52/D/437/1990, para.5.2; Potter v. NZ, UNHRC, Pareceres de 28 de julho de 1997, CCPR/C/60/D/632/95, para. 6.3. Ver também Torres Ramirez v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 8 de abril de 1980, CCPR/C/10/D/411977, para. 5 (solicitando que o Estado demonstrasse "uma perspectiva razoável de que esses recursos seriam eficazes").

⁹ Phillip v. Jamaica, UNHRC, Pareceres de 3 de dezembro de 1998, CCPR/C/64/D/594/1992, para. 6.4.

¹⁰ A, B, C e D v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 12 de maio de 2010, CCPR/C/98/D/1079/2002.

¹¹ OHCHR, 23 FAQ sobre Procedimentos de Queixas de Órgãos do Tratado, <http://www2.ohchr.org/english/bodies/petitions/individual.htm>.

posição dos perpetradores.

26. É importante apresentar provas para sustentar cada facto que menciona e cada violação que invoca, caso contrário, a totalidade ou parte da queixa pode ser inadmissível. As alegações de tortura e violações relacionadas têm de ser suportadas por provas substantivas.¹² Embora o tipo de prova que tenha de incluir dependa dos factos específicos alegados, as formas de prova que o Comitê aceita incluem:
- uma declaração da vítima ou de outras testemunhas;
 - queixas às autoridades e relatórios policiais;
 - decisões dos tribunais locais;
 - excertos de leis locais relevantes;
 - fotografias de quaisquer lesões sofridas;
 - relatórios médicos e psicológicos¹³ (incluindo autópsias quando relevantes); e
 - outra documentação oficial.
27. É importante uma declaração detalhada da vítima que descreva a tortura. Deverá conter o máximo de pormenor possível, incluindo o estado de saúde atual da vítima e outras consequências da tortura. No entanto, as Comissões geralmente não consideram a declaração da vítima em si mesmo suficiente, sendo por isso importante apoiar estas alegações com a inclusão de provas médicas e/ou outras. O relatório de um perito, por exemplo de um médico ou psicólogo com formação para avaliar o impacto da tortura, pode ser usado para sustentar a sua queixa.
28. Embora as Comissões possam considerar provas de confirmação que não estejam especificamente relacionadas com os factos da queixa - incluindo relatórios de ONG e meios de comunicação social que indiquem um padrão de prática de tortura no Estado requerido -, não consideram este tipo de prova genérica dispositiva e esta não pode substituir a prova direta exigida para sustentar uma queixa.¹⁴
29. Quando qualquer das Comissões recebe uma queixa, o Estado requerido tem de apresentar observações escritas relativamente à admissibilidade e ao mérito da comunicação e a qualquer recurso que o Estado possa ter fornecido. Se o Estado não responder, o Comitê atribui o devido valor às alegações do autor, na medida em que tenham sido adequadamente fundamentadas.¹⁵
30. O Comitê não disponibilizou diretrizes gerais sobre fundamentação. O que conta para a fundamentação difere de caso para caso.

B. Apresentar uma Queixa

31. As queixas devem ser enviadas para

Petitions and Inquiries Section

Office of the High Commissioner for Human Rights

¹² UNHRC, Regras de Procedimento do Comitê de Direitos Humanos, UN Doc.CCPR/C/3/Rev.9, ¹³ janeiro de 2011, Regra 96(b) (i.e., if an individual submission is not supported with adequate evidence, the Committee may deem it inadmissible under Article 2 of the Optional Protocol); Bazarov v. Uzbekistan, UNHR.C, Pareceres of 8 August 2006, CCPR/C/87/D/959/2000, para. 7.3-7.4; Singh v. Canadá, UNHRC, Pareceres de 30 de março de 2006, CCPR/C/86/D/1315/2004, para. 6.3.

¹³ Eshonov v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 22 de julho de 2010, CCPR/C/9/D/1225/2003, para. 9.5 (assinalando que a "descrição do autor das lesões é corroborada tanto pela prova fotográfica apresentada à Comissão como pelos próprios relatórios de medicina forense do Estado parte").

¹⁴ Kouidis v. Grécia, UNHRC, Pareceres de 28 de março de 2006, CCPR/C/86/D/1070/2002, para. 7.4 (considerando que "os relatórios da ONG e da Comissão sobre a Prevenção de Tortura submetidos pelo autor têm um caráter geral e não podem estabelecer maus-tratos do autor").

¹⁵ NT. v. Quirguizistão, UNHRC, Pareceres de 19 de março de 2010, CCPR/C/98/D/1522/2006, para 4.

United Nations Office at Geneva

1211 Geneva 10, Switzerland

Na apresentação inicial, esclareça qual o Comitê a quem requer que aprecie a sua queixa. Se preferir comunicar por correio eletrónico em vez de correio tradicional, solicite que o Comitê comunique consigo por e-mail e indique um único endereço de e-mail para esse efeito.

32. Quando apresentar a sua queixa, inclua uma lista de todas as provas que a suportam e apresente ainda cópias dessas provas. Esta lista deve ser numerada para que seja mais fácil ao Comitê encontrar a prova quando se refere à mesma, devendo essa enumeração ser feita por ordem cronológica. Quando essa prova não estiver numa das línguas de trabalho do Secretariado (inglês, espanhol, francês ou russo), deverá apresentar uma tradução, ou pelo menos um resumo traduzido.
33. Aconselha-se também que seja enviada uma cópia eletrónica da queixa para petitions@ohchr.org. Pode igualmente copiar a queixa para registry@ohchr.org. Será útil se puder enviar a cópia eletrónica nos formatos Word e PDF. Não é necessário enviar todas as provas eletronicamente. Pode apenas explicar no e-mail que a prova acompanhará a versão escrita da queixa que enviou pelo correio.
34. Nos casos em que tenham de ser tomadas medidas urgentes em relação à sua queixa, envie um e-mail com o assunto "Questão urgente", bem como um fax para +41 22 917 9022.

C. Procedimento após Apresentar uma Queixa

35. O procedimento subsequente à apresentação de uma queixa é muito similar no âmbito do Comitê dos Direitos Humanos e do Comitê contra a Tortura. O Relator Especial sobre Novas Queixas ou o Secretariado das Comissões processa a queixa entre sessões do Comitê. Depois de apresentar a queixa, se esta contiver todas as informações básicas necessárias para a registar, o Estado irá recebê-la. De um modo geral, o Comitê pedirá ao Governo para responder à queixa no prazo de *seis meses*. No entanto, deverá receber qualquer pedido para uma decisão separada sobre admissibilidade no prazo de *dois meses*.
36. O Comitê que analisar a sua queixa irá encaminhar para si a resposta do Governo. Nesta ocasião, o Comitê especifica geralmente que tem dois meses para responder ao Governo. O Comitê também pode pedir ao Governo ou ao autor informações adicionais sobre admissibilidade ou fundamentação. Se o Governo não responder, o Comitê pode tomar uma decisão na ausência de informação oficial do Governo. No entanto, o Comitê dará ao Governo, geralmente, algumas oportunidades antes de avançar nesse sentido. Se não receber informação das Comissões durante um período de tempo prolongado, envie uma mensagem de seguimento ao Comitê para garantir que não perdeu uma comunicação.
37. Assim que o Comitê tiver todas as informações de que necessita, analisará a substância da queixa numa sessão à porta fechada e apresenta as suas Pareceres. Em 2017, o Comitê emitiu novas diretrizes sobre a realização de comentários orais, declarando que consideraria, em casos apropriados que apresentassem questões de facto ou de direito interno complexas ou matérias importantes de interpretação da Convenção, convidar as partes a apresentar os seus comentários oralmente perante o Comitê. Em regra, a reunião ocorreria apenas se ambas as partes aceitassem o convite e aceitassem realizar os preparativos necessários para participar na reunião. Se o Comitê considerar o caso admissível, emitirá conclusões sobre o facto de saber se os direitos do autor foram violados e identificará medidas de reparação. De acordo com as Diretrizes de 2016 sobre medidas de reparação, o Comitê de Direitos Humanos estabelece medidas concebidas para a reparação integral às vítimas (restituição, compensação, reabilitação e medidas de satisfação), assim como medidas destinadas a prevenir a recorrência de violações similares

no futuro (garantias de não repetição).¹⁶ A CCT destaca ainda que o conceito reparador abrangente integra assim a restituição, compensação, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição.¹⁷

38. O Comitê de análise enviará as suas Pareceres para o Governo e para o autor. Se entender que existem violações dos direitos do autor, irá solicitar que o Governo comunique as ações que promoveu para implementar as medidas que o Comitê determinou num prazo especificado. (A CDH normalmente concede 180 dias enquanto a CCT geralmente concede 90 dias)
39. Depois de as Pareceres terem sido decididas, o Relator Especial para o Seguimento supervisiona primariamente a sua implementação. Depois de o Governo ter apresentado o seu relatório inicial sobre as ações que promoveu, ou promoverá, para implementar as Pareceres, o Relator Especial pode continuar a exigir a implementação das Pareceres, se necessário.
40. É útil apoiar o Relator Especial informando-o sobre qualquer ação que o Governo tenha desenvolvido relativamente à implementação das Pareceres do Comitê. É igualmente importante suscitar preocupações quando o Governo se tenha recusado a adotar quaisquer medidas, especialmente se o Governo estiver a reivindicar noutro sentido.
41. O Relator Especial tem recursos limitados e há muitas decisões à espera de implementação. Assim, é aconselhável disponibilizar ao gabinete informações específicas e concretas sempre que possível. Se as Pareceres não forem implementadas, o que contribui para o fracasso? Que responsáveis ou instituições do Governo estão a criar os obstáculos? O que poderia proporcionar oportunidades específicas para haver uma evolução? Que instituições necessitam de apoio para a implementação? Estas informações ajudam o Relator Especial a estabelecer contactos como Governo. As informações para o Relator Especial devem ser enviadas através da Secção de Petições e Consultas do ACNUDH.

¹⁶ UNHR.C, Guidelines on measures of reparation under the Optional Protocol to the International Covenant on Civil and Political Rights, 2016, para 2.

¹⁷ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14.º pelos Estados Partes, 2012, para 2

PARTE III: PRINCÍPIOS GERAIS DE REDAÇÃO

42. *Linguagem simples.* Ao redigir a comunicação, utilize uma linguagem simples e direta. Isto faz com que o Comitê compreenda melhor os seus argumentos. Muitas comunicações serão traduzidas, e utilizar uma linguagem simples melhorará este processo.
43. *Resumos e limites de páginas.* A Secção de Petições e Consultas da ONU limita agora as queixas a 50 páginas. Se a queixa tiver mais de 20 páginas, também exigem um resumo de até cinco páginas que contam para o limite de 50 páginas. Conforme o referido anteriormente, incluir um resumo da sua queixa é sempre uma boa prática, e este deverá incluir todos os pontos principais que pretende que o Comitê compreenda, incluindo por que razão o caso é admissível e como resolve quaisquer aparentes problemas com a sua queixa.
44. *Evitar o jargão.* Evite termos jurídicos técnicos, e utilize uma linguagem corrente sempre que possível. Se tiver de se referir à denominação jurídica técnica de um tribunal, documento ou procedimento, explique-o, pois o Comitê (e os tradutores) podem não estar familiarizados com o sistema jurídico e os termos do seu país.
45. *Linguagem ativa* Para ajudar a manter a sua linguagem clara e direta em português, utilize verbos na voz ativa em vez de verbos na voz passiva: "O polícia torturou o Sr. B," em vez de "O Sr. B foi torturado."
46. *Humanize a vítima.* Refira-se às pessoas pelo nome, especialmente a vítima de tortura, em vez de lhe chamar "a vítima" ou "o autor." Isto é mais direto, mais pessoal e reduz o risco de confusão.
47. *Escrever frases curtas.* As frases longas podem ser confusas e o leitor pode perder o seguimento do ponto essencial.
48. *Parágrafos.* Apresente um parágrafo separado para cada facto ou ponto. Os parágrafos curtos podem ser uma forma útil de organizar o argumento. Cada parágrafo dá um sinal ao leitor de que está a iniciar um novo ponto. Numere cada parágrafo. Isto permite-lhe evitar a repetição de informação mais tarde, tornando mais fácil remeter para um parágrafo anterior.
49. *Separar factos do direito.* Quando elaborar a redação, crie secções separadas para os factos e para os argumentos de direito. De um modo geral, não apresente argumentos jurídicos nem utilize rótulos jurídicos na secção de factos. Por exemplo, quando descrever os factos, não diga que a pessoa foi torturada. Pelo contrário, descreva a atuação do agente público em termos claros e específicos. Explicará por que motivou isto constitui tortura na secção sobre as violações, em que apresenta os seus argumentos.
50. *Fundamentar o seu caso.* Apresente ao Comitê provas e argumentos de autoridade para fundamentar o seu caso. Quando apresentar os factos, refira-se à prova que mostra como tem conhecimento de algo; não basta declarar um facto, tem de mencionar a prova. É muito mais fácil para o Comitê seguir a sua prova (e a sua queixa) se numerar os documentos que apresentar como prova. Deverá mencionar a prova para cada facto principal que apresentar. Do mesmo modo, apresente argumentos de autoridade (como comentários gerais, decisões anteriores e relatórios de Comissões) para os argumentos jurídicos em que se baseia. Deverá apresentar pelo menos um argumento de autoridade para cada argumento jurídico principal que desenvolver.
51. *Apresentar o seu caso.* Para os factos e os argumentos, não exagere o seu caso. Se exagerar (invocar que uma violação é pior do que os factos sustentam) ou empolar, perde credibilidade perante o Comitê, o que pode afetar todo do seu caso. Se os factos não sustentam a sua queixa, o Comitê pode virar-se contra si mesmo que os factos constituam

claramente uma violação.

Centre-se na descrição dos factos, e depois demonstre ao Comitê por que razão estes constituem uma violação. Não diga ao Comitê que a pessoa foi "gravemente torturada". Em vez disso, mostre ao Comitê os factos específicos do caso. Um argumento jurídico exige mais do que a mera afirmação de uma conclusão.

52. *Estrutura e títulos.* Certifique-se de que a sua queixa tem uma estrutura lógica. O modelo prevê as secções principais, mas utiliza subtítulos para agrupar factos ou argumentos relacionados e ajudar o leitor a compreender como se articulam. Certifique-se de que os subtítulos são claros e diga ao leitor o que cada grupo de factos ou argumentos mostra. Títulos claros e bem organizados permitem ao leitor folhear o seu documento e compreender os argumentos principais. Os subtítulos são especialmente úteis para organizar a secção de factos e em secções mais complicadas, como a falta de investigação.
53. Certifique-se de que os seus subtítulos seguem um formato consistente. O sistema que este Guia Prático utiliza é o seguinte:

I. TÍTULO DE SECÇÃO

A. Subtítulo

1. Título de terceiro nível

a) Introdução aos títulos

54. *Argumentos legais.* Para cada argumento, seja relativo à admissibilidade ou a uma violação, é muitas vezes útil utilizar uma estrutura consistente, com (1) uma frase como tópico, (2) as normas jurídicas relevantes, (3) como os factos se enquadram na norma jurídica e (4) como o Estado é responsável.
55. *Frases de tópico.* Cada secção deverá começar com uma frase de tópico que identifique (1) a questão que a secção irá tratar e (2) o elemento chave ou argumento que está a apresentar nessa questão. Se o Comitê souber o que lhe irá mostrar a seguir, é mais fácil para os respetivos membros compreenderem os factos e a relevância dos mesmos para os seus argumentos. Ao definir a agenda, pode enfatizar os pontos importantes e construir um argumento. As frases de tópico, como bons subtítulos, funcionam como sinalizações, tomando mais fácil para o leitor seguir o seu documento.
56. *Normas jurídicas.* Ao apresentar os seus argumentos jurídicos, avance primeiro com as normas que o Comitê em causa tiver definido em decisões ou comentários gerais, sustentando-as depois com a citação de decisões de outros Órgãos do Tratado das Nações Unidas ou outros tribunais de direitos humanos. Se tiver de fornecer mais informações ou suporte de fontes de "direito indicativo" - como observações conclusivas, diretrizes ou relatórios de relatores especiais -, estas devem vir mais tarde.
57. *Utilizar jurisprudência.* Na apresentação de jurisprudência relevante, verifique se existem casos recentes sobre o assunto, especialmente do seu Comitê. As Comissões muitas vezes referem-se a princípios legais que desenvolveram e aplicaram em decisões anteriores quando avaliam novos casos. Assim, é muitas vezes útil encaminhar o Comitê para casos em que estabeleceu ou aplicou princípios que sustentam os seus argumentos, ou para casos em que tenha apurado a existência de violações com base em factos similares aos factos do seu caso.
58. *Citar autoridades jurídicas.* Ao apresentar argumentos jurídicos, e ao utilizar argumentos modelos da Parte V do Guia Prático, certifique-se de que presta todas as informações necessárias para o leitor encontrar as autoridades ou fontes jurídicas em que se baseia. As fontes jurídicas são mais fáceis de ler e localizar quando são apresentadas num formato consistente. Neste Guia Prático, os nomes de casos e livros estão em itálico. Pondere

colocar as autoridades jurídicas (e provas) que estiver a citar em notas de rodapé para manter a fluidez do seu argumento.

59. *Orientações complementares.* O Gabinete das NU do Alto Comissário para os Direitos Humanos emitiu orientações sobre a apresentação de queixas individuais ao abrigo dos Tratados sobre Direitos Humanos da ONU, incluindo queixas para a CDH e a CCT, na sua [FactSheet N.º 7](#). Inclui-se aqui uma perspetiva geral das informações que as queixas devem incluir e requisitos específicos do procedimento para cada Comitê. Além disso, para uma perspetiva mais detalhada dos princípios e do processo de redação de uma queixa de direitos humanos, a Justice Initiative elaborou uma [Nota Prática sobre Elaboração de Queixas em Matéria de Direitos Humanos](#). A Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT) também disponibilizou orientações sobre a elaboração de queixas de tortura no seu manual atualizado sobre [Seeking Remedies for Torture Victims: A Handbook on the Individual Complaints Procedures of the UN Treaty Bodies](#).

PARTE IV: COMO ESTRUTURAR UMA QUEIXA

60. Esta parte explica como estruturar uma queixa para uma das Comissões. Identifica as diversas partes da queixa, explica o que deverá incluir em cada parte e apresenta sugestões sobre como apresentar a informação. Alternativamente, as Comissões têm um formulário que os requerentes podem preencher (ver para 31, supra).

A. Informações do Autor e da Vítima

61. Identifique o autor da queixa. Normalmente, este será a vítima. Indique o nome, nacionalidade, data de nascimento, endereço postal e endereço de e-mail do autor e da vítima, quer estes sejam a mesma pessoa ou não.
62. Se não for a vítima a apresentar a queixa, explique por que razão e como o autor está relacionado com a vítima (ver para. 12, supra).
63. Se pretender que o Comitê mantenha a identidade do autor ou algum dado pessoal confidencial, explique essa situação na secção sobre informações. Em regra, o Comitê fornecerá estas informações ao Governo requerido, mas pode pedir que, quando o Comitê publicar a sua decisão, utilize apenas iniciais para a vítima em vez do nome completo da mesma. Se mesmo as iniciais da vítima forem suscetíveis de a expor, deverá então pedir que a decisão use "X" ou anonimize de outra forma a vítima.
64. Identifique o advogado/ativista ou organização que está a representar a vítima. Anexe uma credencial da vítima a favor do autor. Deverá enviar o original da credencial se a vítima não assinar pessoalmente a comunicação. Se a vítima não puder assinar a credencial, terá de explicar claramente o motivo desta situação: por exemplo, a vítima está sob prisão sem qualquer contacto com o mundo exterior.
65. Indique o endereço para onde o Comitê poderá enviar correspondência. Inclua um número de telefone, número de fax e endereço de e-mail, se possível. Recomendamos que seja usado o escritório do advogado ou da ONG como endereço para correspondência, pois as vítimas e familiares podem não estar cientes da necessidade de responder rapidamente à correspondência do Comitê, o que poderia afetar negativamente os resultados da comunicação.

B. Informações do Estado

66. Identifique o Estado acusado e mencione a data em que o tratado em que a sua queixa se baseia (o PIDCP ou UNCAT) entrou em vigor nesse Estado. Refira também a data em que o Estado aceitou que o Comitê poderia considerar comunicações individuais. Em particular, mencione a data em que o Primeiro Protocolo Facultativo ao PIDCP entrou em vigor para o Estado, ou a data em que o estado fez uma declaração nos termos do Artigo 22.º da Convenção contra a Tortura, especialmente se o Estado o aceitou num momento posterior ao da ratificação ou adesão ao tratado principal.

C. Resumo da Queixa

67. Comece a sua comunicação com a apresentação de um breve resumo do seu caso. A Secção de Petições e Consultas da ONU exige-o para queixas com mais de 20 páginas, mas são úteis em todas as queixas. Ter um resumo no início ajuda os membros do Comitê a compreender o que está em causa no caso como um todo, antes mesmo de começarem a ler os pormenores. É uma oportunidade de lhes apresentar um quadro geral. O próprio resumo deve ser breve, idealmente três a quatro páginas e nunca mais de cinco páginas.

68. Para cada queixa será designado um Relator e um Grupo de Trabalho sobre Comunicações Individuais discutirá a totalidade do texto da reclamação. No entanto, o resumo deverá incluir todos os pontos-chave para que outros membros do Comitê que não sejam parte do Grupo de Trabalho possam avaliar a sua queixa mesmo que não tenham oportunidade de ler o requerimento completo. Assim, deverá destacar os pontos fortes da queixa e abordar eventuais fraquezas da mesma.
69. O resumo não tem de conter todos os pormenores, devendo dar uma perspectiva geral dos factos do caso (incluindo a identidade da vítima e as ofensas sofridas por esta), as principais iniciativas desenvolvidas pela vítima ou pela família da vítima para esgotar os recursos internos, e uma explicação de como os direitos da vítima foram violados.
70. O resumo deverá conter quatro secções: (1) o elemento central do seu caso num parágrafo; (2) um resumo dos factos; (3) uma lista das violações e uma breve explicação de cada uma delas; e (4) um resumo das iniciativas que a vítima desenvolveu para esgotar os recursos internos.

Elemento central do caso num parágrafo

71. O elemento central do caso consiste no que aconteceu, os direitos que foram violados e porquê.

Resumo dos factos

72. Forneça um curto resumo dos principais factos que compõem a queixa; isto ocupa habitualmente menos de uma página. Num caso de tortura, o resumo inicia-se normalmente com a detenção da vítima. Se não existiam salvaguardas específicas contra a tortura e permitiram que a tortura ocorresse, identifique-as aqui.
73. Não tem de incluir todas as datas ou pormenores neste ponto. Apresente uma descrição geral do tratamento que constituiu a tortura. Identifique os parâmetros chave do caso: durante quanto tempo a pessoa foi detida e torturada; o local da tortura; quem torturou a vítima; e se a vítima recebeu qualquer assistência médica. Se souber por que razão a tortura aconteceu (por ex., para extrair uma confissão, como retaliação por uma ação ou para efeitos de discriminação), declare-o aqui.
74. Se a tortura tiver parado, explique quando e como (por ex. a pessoa foi libertada; julgada e condenada e então retirada do estabelecimento prisional onde a tortura ocorreu; a pessoa morreu?). Descreva brevemente qualquer tratamento médico recebido e o impacto da tortura sobre a vida e a saúde da vítima. A vítima ou a família da vítima apresentaram alguma queixa relativa à tortura (seja aquando da detenção, durante qualquer julgamento ou após a libertação)? Foi desenvolvida qualquer investigação ou qualquer outra resposta oficial e, nesse caso, qual foi o resultado?

Resumo de violações do PIDCP ou UNCAT

75. Mencione as violações pelas quais o Estado é responsável, como a prática de tortura, inexistência de salvaguardas apropriadas contra a tortura, falta de promoção de uma investigação eficaz ou falta de prestação de reparação. É importante apresentar um caso claro. Para cada uma das violações, atribua à queixa um título curto e persuasivo (como "Falta Permanente de Investigação de Tortura pela Polícia" ou "Tortura pela Polícia durante Detenção não Formalizada"), e depois explique brevemente num parágrafo ou dois que artigo foi violado pelo e por que razão.

Resumo dos recursos internos esgotados

76. Descreva sucintamente as ações da vítima ou da família no sentido de obter justiça ao nível interno. Se os esforços chegaram ao tribunal supremo, poderá ser suficiente mencionar a decisão final que rejeitou as queixas.
77. Em alternativa, se tiver havido um conjunto de queixas e pedidos que não culminaram

numa decisão única, mencione as queixas apresentadas às autoridades internas durante a detenção ou durante qualquer julgamento; as queixas apresentadas à polícia ou ao Ministério Público para obter qualquer investigação; e quaisquer objeções apresentadas nos tribunais (por exemplo, uma objeção contra a polícia ou o Ministério Público por se recusarem a abrir uma investigação ou por arquivarem uma investigação). No resumo, pode apresentar uma perspectiva geral das objeções apresentadas pelo requerente. Por exemplo:

"Entre 1 de junho de 2008 e 28 de março de 2009, o requerente fez quatro pedidos à polícia e ao Ministério Público para investigarem a tortura do seu irmão. Entre 12 de dezembro de 2008 e 13 de maio de 2009, os requerentes também apresentaram três objeções no Tribunal de Comarca contra a omissão do Ministério Público em iniciar um processo contra os agentes responsáveis por esta tortura."

D. Factos da Queixa

78. A secção que se segue será uma explicação clara dos factos que fundamentam a sua queixa. Relate os factos por ordem cronológica. Quando possível, apresente as datas e as horas dos acontecimentos. Remeta para a prova que suporta cada um dos factos.
79. Não inclua argumentos ou discussões jurídicas nesta secção. O caso será mais convincente se o apresentar de forma objetiva, sem os rótulos jurídicos que pedirá ao Comitê que atribua mais tarde. Descreva apenas os factos de uma forma simples mas detalhada, deixando que estes falem por si próprios. Por exemplo, não diga "A polícia torturou gravemente a pessoa; em vez disso, descreva os atos da polícia com pormenores físicos. Explicará ao Comitê por que razão isto constitui tortura numa secção posterior em que se discute cada uma das violações.
80. Utilize títulos para dividir as queixas entre as principais fases ou acontecimentos que ocorreram, e para agrupar os factos de acordo com estas fases. Isto ajudará o Comitê a compreender os pontos principais, por que razão determinados factos são importantes e como cada conjunto de factos se relaciona com os outros. Por exemplo, num caso de tortura poderá ter secções para Detenção de [nome da vítima], Tortura de [nome da vítima], Recusa de Assistência Médica na Detenção, Tratamento Médico após a libertação, Investigação Oficial e Objeções à Suspensão da Investigação.
81. Algumas das secções podem conter bastantes detalhes ou podem exigir uma explicação da sequência de acontecimentos. Nestes casos, utilize subtítulos para organizar os factos. Por exemplo, quando discutir a investigação oficial, poderá ter um subtítulo para cada uma das diferentes medidas que foram adotadas durante a investigação, e um para cada vez que esta foi suspensa e reaberta. Também poderá utilizar subtítulos para cada uma das objeções que a pessoa colocou à investigação inadequada.
82. Os títulos e secções que utilizar dependerão dos factos do seu caso em particular. Os parágrafos que se seguem descrevem algumas secções que serão relevantes para muitas queixas e apresentam uma explicação breve dos pormenores que deverá incluir em cada uma delas. No entanto, é importante utilizar títulos e secções baseados nos factos do seu caso em particular.

Apresentação da vítima

83. Em dois ou três parágrafos faça a apresentação da vítima: a sua idade, estado civil, existência de filhos, local de residência, profissão, posição na comunidade se for proeminente e pertença a um grupo vulnerável, se relevante. Se tiver alguma declaração de familiares ou membros da comunidade da vítima de que esta foi um cidadão responsável e de confiança, poderá incluí-la aqui.
84. Explique quaisquer acontecimentos que antecederam a detenção e/ou a tortura que sejam relevantes. Por exemplo, descreva qualquer situação de assédio por parte da polícia antes das violações que constituem o núcleo da queixa, qualquer envolvimento político e quaisquer conflitos familiares ou de vizinhança que possam estar implícitos. Se houver bastantes antecedentes, tal pode justificar um título próprio. Mas inclua apenas o que é relevante para o Comitê compreender o que aconteceu à pessoa.

Detenção

85. Diga ao Comitê quando e onde a vítima foi levada sob custódia pela primeira vez; quem o deteve ou a deteve; o que desencadeou a detenção; se a polícia informou a vítima das razões da detenção; se a detenção foi registada formalmente e, tendo sido, quando.
86. Identifique o local da detenção. Descreva as condições (instalação sanitária, luz natural, espaço por pessoa, alimentação, acesso a duche/banho). Descreva se estavam outras pessoas colocadas na mesma instalação e/ou na mesma célula. Indique o tempo de duração da detenção e, se a vítima tiver sido deslocada para diferentes instalações de detenção, quando ocorreu a transferência e as condições de cada instalação. Especifique o organismo do Estado que detinha a tutela sobre cada instalação de detenção, se possível.
87. Responda a estas perguntas: Foi a vítima **informada dos seus direitos**? Foi a **família da vítima informada da detenção**? Se sim, quando e como? Se a vítima foi transferida para diferentes locais de detenção, a família foi informada de cada transferência? A família questionou sobre a vítima e tentaram vê-lo no local de detenção? O que disseram as autoridades? A família foi autorizada a ver a vítima? Quando foi a primeira vez que a família viu a vítima? Quantas vezes a família viu a vítima? O que observaram? A vítima foi autorizada a ver outros visitantes?
88. Mencione se a vítima pediu um advogado e como respondeu a polícia? Se a vítima teve acesso a um advogado, quando ocorreu a primeira reunião? Se o advogado foi nomeado pelo estado, descreva eventuais queixas contra o advogado. Refira se o advogado estava presente durante quaisquer diligências de investigação, em particular entrevistas ou interrogatórios. Esclareça quantas diligências tiveram lugar sem o advogado. Descreva quaisquer dificuldades que o advogado teve para visitar a vítima, como o organismo público lhe exigir a obtenção das autorizações e impor os limites de tempo aplicados às visitas. Mencione se a vítima viu o advogado em privado e quaisquer pormenores que tenha prestado sobre o alegado abuso.
89. Apresente as respostas a estas perguntas: A vítima foi examinada por pessoal médico nas instalações de detenção? Se sim, quando? O que disse a vítima ao pessoal médico? Durante o exame estiveram presentes alguns agentes policiais ou de detenção? Se sim, disseram alguma coisa? O que mais foi observado pelo pessoal médico? Ocorreram mais exames médicos posteriormente, talvez aquando da transferência entre instalações de detenção, e quais são os pormenores? Se tiver registos de quaisquer exames médicos, inclua essa informação aqui.
90. Mencione se a vítima foi **presente perante um juiz** para confirmação da detenção e, tendo sido, quando e com que fundamentos foi tomada a decisão. Descreva a audição: O advogado estava presente? Quanto tempo levou a audição? A vítima tentou falar sobre eventuais espancamentos pela polícia? Qual foi a reação e decisão do juiz? Se tiver sido ordenada a

detenção, durante quanto tempo e quais foram os motivos apresentados pelo juiz? Descreva se a vítima foi detida sob custódia policial após a audiência do tribunal.

Se um juiz tiver ordenado a detenção preventiva, mencione se a vítima recorreu desta decisão e os resultados do recurso. Se tiver havido outras audições que prolonguem a detenção, descreva-as também.

91. Esclareça se algum magistrado do Ministério Público ou algum órgão de monitorização **visitaram as instalações de detenção** enquanto a vítima estava detida. Descreva qualquer queixa que a vítima tenha apresentado junto do órgão de monitorização e os respetivos resultados.

Tortura

92. Descreva pormenorizadamente as ofensas à vítima, incluindo atos de abuso físico (espancamentos, etc.) ou pressão psicológica. Quanto tempo durou o abuso de cada vez, e durante que período continuou o abuso? Quem o infligiu? Inclua quaisquer detalhes sobre onde ocorreu precisamente a tortura, com que regularidade ocorreu e algo que os torturadores tenham dito que possa demonstrar por que razão foi a vítima torturada. Mencione quaisquer ameaças de ofensas a outras pessoas, como familiares da vítima.
93. Se a vítima souber o nome completo ou os cargos dos agentes envolvidos, mencione estas informações. É normal não se conhecer estas informações. Nesses casos, mencione quaisquer aspetos específicos de que a vítima se recorde (como o número de pessoas envolvidas, os nomes próprios, descrição da sua aparência ou uniforme, e a que entidade pertenciam). Indique qualquer pessoa presente que tenha testemunhado a tortura.
94. Inclua a descrição da vítima do seu estado físico e emocional antes e após a detenção e a tortura. Se a vítima tiver assinado alguma coisa (confissões ou papéis em branco) como consequência da pressão física ou psicológica, descreva esta situação. Se outra pessoa tiver sido torturada para incriminar a vítima de um alegado crime, descreva o que aconteceu a essa pessoa num parágrafo autónomo.

Libertação:

95. Se a vítima tiver sido libertada, inclua uma curta secção que descreva quando e por que razão, assim como quaisquer declarações prestadas pela polícia na ocasião. Descreva a condição física da vítima após a libertação e o que esta fez depois de ter sido libertada.

Julgamento

96. Se a vítima tiver sido acusada, descreva as acusações e indique a data do julgamento e o nome do tribunal em que este decorreu. Se no julgamento tiverem sido usadas contra a vítima quaisquer declarações que tenham sido feitas como consequência da tortura, clarifique esta situação e explique a importância destas declarações para o desfecho do julgamento. Se a vítima ou qualquer das testemunhas tiverem referenciado a tortura durante o julgamento, descreva a reação do tribunal.
97. Qual foi o resultado do julgamento? A vítima recorreu? Se sim, descreva quaisquer recursos que tenham existido, incluindo os argumentos principais apresentados, especialmente se incluírem referências à tortura. Descreva quaisquer circunstâncias que tenham impedido outros recursos (como falta de uma decisão judicial escrita ou intimidação da vítima).

Morte

98. Se a vítima morreu, seja durante a detenção ou como consequência da tortura, apresente quaisquer factos conhecidos sobre a causa e circunstâncias da morte. Inclua quaisquer detalhes objetivos conhecidos, como quem encontrou o corpo da vítima, onde, quando e na presença de quem. Quando a polícia tiver apresentado a sua própria versão dos acontecimentos e esta divergir, pondere incluir também essa informação.

99. Se a família tiver tido dificuldade em receber o corpo para o funeral, explique esta situação. Em alguns casos o Estado já pediu à família para enterrar o corpo imediatamente sem a presença de outras pessoas como condição de libertação do corpo, normalmente como uma forma de ocultar o abuso. Se a família tiver sentido essa pressão, explique o que aconteceu.

Lesões e tratamento médico ou autópsia

100. As Comissões muitas vezes atribuem um peso considerável à prova médica. Consideram geralmente o pessoal médico como sendo objetivo e credível. Esta prova normalmente é produzida numa data próxima em que ocorreu a tortura, uma vantagem sobre declarações que podem ter sido feitas anos mais tarde. No entanto, as instituições forenses do Estado podem prestar falsas provas sob pressão, pelo que deverá analisar cuidadosamente qualquer informação prestada por elas.
101. Descreva as lesões sofridas pela vítima como consequência da tortura. Comece pelas lesões físicas. Mencione qualquer exame médico ou tratamento que a vítima recebeu durante a detenção ou após a libertação e a prova das lesões, incluindo relatórios médicos. Se tiver sido recusada a assistência médica à vítima durante a detenção, torne isso claro e descreva quaisquer pedidos de exames médicos, formais ou informais, que a vítima ou o seu advogado tenham feito.
102. Se a vítima sofreu, ou continua a sofrer, problemas de saúde mental como resultado da tortura, descreva esses problemas, assim como qualquer diagnóstico médico ou tratamento para esses danos psicológicos.
103. Se a vítima morreu, descreva qualquer autópsia ou outro exame de medicina forense que tenha sido realizado, quando foi feito e que lesões e causas de morte foram registadas no relatório.
104. Especifique quem conduziu os exames médicos, o tratamento ou a autópsia. Quando e onde teve lugar? O médico era independente ou um funcionário público? Esclareça se a família ou a vítima pediram um médico independente e se este pedido foi atendido. Descreva brevemente o sistema de exames médicos forenses no país: existem qualquer ligações entre a polícia ou as autoridades prisionais e o pessoal médico que conduziu os exames? Durante o exame estiveram presentes elementos da polícia ou do estabelecimento prisional? A vítima falou ao pessoal médico sobre a tortura? Se não o fez, por que razão? Em que consistiu o exame?
105. Se tiver quaisquer documentos resultantes de tratamento médico ou exames, garanta que os apresenta de forma clara e completa. Quais foram os resultados dos exames médicos ou de qualquer tratamento que foi prestado? O médico documentou quaisquer lesões ou sinais de tortura no corpo da vítima? Qual foi a explicação oficial para estas lesões? Foi realizado um exame psicológico? A vítima e o seu advogado receberam uma cópia do relatório forense? Se sim, quando? Se a vítima ou o advogado tentaram contestar os relatórios ou obter exames adicionais, qual foi o resultado dessas tentativas?
106. Se o corpo de uma vítima falecida tiver sido autopsiado, mencione se a família teve conhecimento de que seria realizada uma autópsia e se tiveram oportunidade de colocar questões sobre o processo. A família da vítima contestou as conclusões ou pediu outro exame independente? Se tiver sido promovida uma investigação independente, explique quem a conduziu, quando e como foi esta conduzida e se a polícia esteve presente ao longo da investigação. Inclua também os resultados da investigação.

Investigação oficial da tortura ou morte

107. Os detalhes da investigação oficial e os esforços da vítima ou da família da vítima para obter justiça podem ser complicados. Esses esforços e investigações podem incluir diversos pedidos, entrevistas e suspensões. Nesses casos, identifique as fases principais

usando subtítulos para descrever as diligências mais significativas. Inclua o máximo possível de datas.

108. Se a vítima não pôde apresentar uma queixa por escrito mas informou alguém da tortura, especifique as circunstâncias. Se a vítima ou a sua família e/ou advogado ou alguma ONG apresentaram uma queixa por escrito junto de quaisquer organismos públicos, descreva a queixa e a pessoa ou gabinete a quem foi enviada.
109. Descreva quaisquer ações realizadas pelas autoridades internas para investigar a tortura. Mencione a primeira medida da polícia ou outro órgão de investigação ou a primeira queixa feita pela vítima ou em nome da vítima. Indique quando foi aberta a investigação (ou uma verificação pré-investigação) e quem conduziu a investigação, incluindo quem era formalmente responsável e quem recolheu efetivamente as provas. Descreva outras medidas adotadas pela polícia e se foi iniciado um processo criminal.
110. Se algum dos perpetradores tiver sido condenado por um crime, ou com uma sanção administrativa ou disciplinar, apresente os pormenores. A acusação mudou ao longo da investigação? Alguém foi acusado e condenado?
111. Mencione as razões apresentadas para determinada decisão não condenar alguém ou para arquivar a investigação. Descreva detalhadamente todos os incidentes ocorridos quando a investigação foi suspensa, encerrada ou reiniciada. Inclua qualquer informação relativa a contestações da família à investigação enquanto esta decorria.
112. Mencione se a autoridade investigadora informou a vítima ou o seu advogado ou família sobre o progresso da investigação e se qualquer destas entidades teve a oportunidade de ser envolvida. Que informação a polícia prestou à vítima ou substituto da vítima? Descreva todos os pedidos de informação ou de atuação feitos pela vítima ou em seu nome. Descreva os resultados destes pedidos.
113. Descreva cada uma das vezes em que o requerente contestou a suspensão da investigação, ou a falta de investigação ou de acusação das pessoas responsáveis pela tortura. É muitas vezes útil separar as contestações ou acusações apresentadas à polícia ou ao Ministério Público de quaisquer contestações judiciais.
114. A vítima apresentou uma queixa civil? Recebeu uma indemnização? Como foi esta calculada? Os requeridos num processo civil autónomo eram abusadores ou um Estado?
115. Descreva quaisquer atos ou intimidação/retaliação contra a vítima e/ou a família da vítima pela apresentação da queixa. Se a polícia ofereceu compensações não oficiais ou dinheiro em troca da retirada da queixa, descreva cada incidente ocorrido quando essas ofertas foram feitas. A família reportou a intimidação? Quais foram os resultados destas queixas adicionais? A família pediu algum tipo de proteção? Se sim, quais foram os resultados?

Padrão de tortura e impunidade

116. As violações num caso particular - a tortura, morte, ausência de salvaguardas ou falta de investigação - são muitas vezes parte de um padrão mais abrangente de falhas e abusos no país. Se for este o caso, resuma brevemente qualquer prova desses padrões. Os relatórios de direitos humanos da ONU que discutem esses modelos são particularmente interessantes; pode também usar outras fontes como relatórios do Departamento de Estado dos EUA ou relatórios de organizações não-governamentais como a Amnistia Internacional ou a Human Rights Watch. Os pontos de similitude podem incluir tortura sob custódia policial, morte de detidos, falta de prevenção ou investigação desses abusos, ou a falta de independência da polícia, do Ministério Público e do poder judicial quando investigam casos de tortura. Embora a prova de um padrão de tortura, por si só, não seja suficiente para provar a existência de tortura num caso individual, essa prova pode ser útil para complementar outras provas específicas do seu caso.
117. Descreva processos anteriores do Comitê dos Direitos Humanos das Nações Unidas ou do Comitê das NU contra a Tortura e contra este Estado em particular que apresente

conclusões relativas à tortura, à falta de prevenção ou investigação de tortura, e à independência da polícia, da acusação e dos tribunais no que se refere a casos de tortura. A Parte VI deste Guia Prático inclui uma lista de recursos da internet sugeridos para encontrarem casos.

E. Admissibilidade

118. Explique por que razão a sua comunicação é admissível ao abrigo do Artigo 5.º do Primeiro Protocolo Facultativo ao PIDCP ou do Artigo 22(5) da Convenção contra a Tortura. Normalmente, utilizará este argumento com base em três condições: (1) as violações recaem no âmbito da competência do Comitê; (2) as violações não foram submetidas a qualquer outro foro internacional; e (3) o autor esgotou todos os recursos internos disponíveis. Inclua uma breve declaração no início desta secção que mencione que o caso satisfaz estes três requisitos.

Jurisdição

119. Primeiro, mencione a data de início de jurisdição para o Estado - seja quando o PIDCP e o Primeiro Protocolo Facultativo ao PIDCP entraram em vigor para o Estado, seja quando a Convenção contra a Tortura entrou em vigor para o Estado e quando este fez a sua declaração nos termos do Artigo 22.º da Convenção contra a Tortura. Depois declare quando ocorreram as violações.
120. Se a violação teve lugar antes do início da jurisdição do Comitê, explique por que motivo a queixa é admissível. Os motivos incluem a falta de investigação ou de reparações disponíveis, ou se uma parte significativa da investigação tiver ocorrido depois da ratificação ou declaração ou tratando-se de uma violação contínua (ver para. 15, supra).

Inexistência de outra queixa internacional

121. Declare que nenhuma queixa sobre a violação, incluindo queixas associadas como a falta de investigação, foi apresentada a qualquer outra comissão ou tribunal internacional. O PIDCP e a CCT estabelecem que os respetivos Comitês não considerarão qualquer caso que também seja submetido a um procedimento diferente de investigação ou resolução internacional. Por isso, não pode ter queixas apresentadas simultaneamente ao Comitê contra a Tortura e ao Comitê de Direitos Humanos. No entanto, os Grupos de Trabalho e os Relatores Especiais não são considerados geralmente instituições de regulação internacional (ver para. 17, supra).

Esgotamento de recursos internos

122. Explique o que a vítima e/ou o seu advogado, representante ou família fizeram para submeter essas violações ao cuidado das autoridades internas e tentar obter justiça ao nível nacional. Descreva os resultados destes esforços. Explique também por que razão prosseguir quaisquer outros recursos ao nível nacional seria inútil, ineficaz ou injustificadamente prolongado.
123. Identifique os argumentos que irá apresentar. Se houver vários argumentos pode pretender descompô-los em secções separadas. Atribua a cada secção um título (ou subtítulo) claro que diga ao leitor qual o argumento de que tratará. Por exemplo:

Todos os recursos disponíveis esgotados.

ou

Outros recursos internos seriam adiados injustificadamente.

124. Para cada argumento, inicie com uma frase que indique de forma clara e simples a questão

de que a secção irá tratar, e qual o ponto que irá demonstrar (utilize uma "frase de tópico", tal como descrita nos paras. 54-55, supra). Por exemplo:

Todos os recursos disponíveis esgotados.

A família do Sr. Emazarov esgotou todos os recursos internos potencialmente eficazes em relação aos maus-tratos e morte do Sr. Emazarov.

Outros recursos internos seriam adiados injustificadamente.

A família do Sr. Emazarov não deverá ser obrigada a apresentar uma nova queixa junto do Tribunal da Comarca de Osh para esgotar os recursos internos porque fazê-lo iria prolongar de forma irrazoável esses recursos

125. Depois da frase de tópico insira os argumentos jurídicos relevantes. Estes podem ter por base os argumentos padrão que fazem parte deste Guia Prático, que poderá adaptar para a sua situação em concreto. Conforme se referiu anteriormente, adapte estes argumentos padrão aos seu caso, incluindo assegurar que as decisões do Comitê a que se dirige aparecem em primeiro lugar e verificar se existem processos mais recentes a que se deva referir.
126. Finalmente, reporte-se a factos que mostram que o autor esgotou os recursos internos e explique por que razão esta situação satisfaz os requisitos legais. Repita isto para cada uma das subsecções.
127. Ao tratar dos recursos internos que foram esgotados, não tem de repetir em pormenor cada queixa, requerimento e contestação que a vítima ou o seu representante ou família tenham feito. Em vez disso, resuma as ações promovidas e reporte para os parágrafos da secção de Factos da Queixa (descritos na Secção D, supra) que apresentamos pormenores. Pode resumir quantos pedidos foram apresentados pela família, quantas vezes a investigação foi suspensa, e quantos anos o autor esperou por um recurso eficaz para a violação. Se tiverem existido diferentes tipos de queixas ou contestações (como queixas para iniciar a investigação, requerimentos para serem tomadas medidas de investigação em particular, e depois oposições à suspensão ou arquivamento da investigação), pode apresentá-las em frases ou parágrafos separados.
128. Quando explicar por que razão não foram esgotados outros recursos, pode ter de discutir o sistema jurídico relevante: se são possíveis ações cíveis sem uma acusação criminal, se os investigadores neste caso eram independentes dos agentes responsáveis pela tortura, e se determinados tipos de queixas são inúteis neste sistema.

F. Violações do Pacto/Convenção

129. Para iniciar esta secção, repita a lista de violação da CCT ou do PIDCP que mencionou no início do documento. Inclua um curto título, assim como uma breve descrição da violação.
130. Na parte restante da queixa, trate cada uma das violações desta lista numa secção separada, usando o título como cabeçalho para cada secção.

13

- Primeiro, uma frase de tópico.
- Segundo, as normas jurídicas, que podem basear-se nos argumentos legais incluídos neste Guia Prático.
- Terceiro, explique como os factos deste caso cumprem essa norma jurídica.
- Finalmente, termine com a sua conclusão: que os factos mostram que o Estado é responsável por esta violação.

132. *Frases de Tópico*. Para cada violação, comece com uma frase de tópico que mencione de forma clara e simples as questões e argumentos incluídos nesta secção (ver para. 55, supra). Por exemplo:

"O tratamento infligido ao Sr. Gerasimov pelos agentes policiais em 27/28 de março de 2007 constitui tortura de acordo com a definição do Artigo 1. da CCTUN.

133. *Argumentos Múltiplos*. Se tiver de desenvolver um conjunto de argumentos ou provar um conjunto de elementos para demonstrar a violação, defina logo a início a estrutura desses argumentos ou elementos. Por exemplo:

A República do Quirguistão assumiu a responsabilidade de proteger o direito à vida do Sr. Emazarov quando este ficou sob custódia do Estado. Se violou esta obrigação porque (1) o Sr. Emazarov era um prisioneiro vulnerável e o Estado tinha uma obrigação positiva de o proteger (2) as autoridades não forneceram uma explicação plausível para a sua morte, podendo assim presumir-se que são responsáveis pela sua morte.

134. *Normas Jurídicas*. Depois da frase de tópico, mencione as normas jurídicas relevantes (ver paras. 56-58, supra). Podem basear-se nos argumentos padrão que estão incluídos neste Guia Prático. Adapte-os ao seu caso em particular e certifique-se de que as decisões do Comitê em causa estão em primeiro lugar.
135. Verifique se o Comitê tratou anteriormente de um caso semelhante ao seu. Procure saber, mais especificamente, se o Comitê tratou de um tipo de abuso ou lesão similar e se o Comitê concluiu que o incidente similar constitui uma violação. Verifique também se o Comitê tratou de tipos de prova similares e considerou a prova suficiente. As decisões anteriores do Comitê não provarão o seu caso nem garantirão o mesmo resultado, pois a experiência e sofrimento de cada vítima dependem das circunstâncias individuais, mas podem fornecer orientações úteis. É muitas vezes persuasivo mostrar ao Comitê que já decidiu anteriormente que atuações muito similares constituíam uma violação de direitos.
136. *Submissões* Depois de mencionar as normas jurídicas, demonstre como os factos do seu caso (que estabeleceu na secção Factos da Queixa) satisfazem esses requisitos jurídicos. É muitas vezes útil destacar os dados mais importantes e fazer a ligação dos mesmos aos requisitos jurídicos. Comece por estabelecer os factos mais convincentes (pode reportar para a secção Factos em vez de repetir todos os detalhes) e depois explicar como se trata de uma violação ao abrigo da jurisprudência do Comitê. Quando tiver provas objetivas que demonstrem um facto, como uma perícia médica ou registos judiciais, referencie-as e descreva como cumprem os requisitos estabelecidos pelo Comitê.
137. Os factos em particular que vier a usar e as normas jurídicas que terão de cumprir dependerão sempre do seu caso. No entanto, os requerimentos modelo dos Anexos apresentam um conjunto de exemplos que mostram como apresentar estas comunicações.
138. *Conclusão*. Apresente uma declaração conclusiva de que o Estado é responsável pela violação.
139. *Argumentos Complexos*. Algumas violações dizem respeito a uma regra que declara o Estado responsável por um conjunto de obrigações. Por exemplo, nos termos da CCT, o

Estado tem de implementar um conjunto de diversas salvaguardas para prevenir a tortura, e tem de defender um conjunto de princípios ao investigar violações. O Estado raramente deixou de defender cada salvaguarda ou violou todos os princípios num caso em particular. Nesses casos, deverá começar com os argumentos jurídicos do Guia Prático que mostram que existe a obrigação geral (ou seja, que o Estado está obrigado a investigar ou a implementar salvaguardas). Depois identifique que aspetos o Estado violou no seu caso e, por sua vez, debruce-se sobre cada um deles.

G. Recursos

140. Depois de ter apresentado todas as violações pelas quais o Estado é responsável, informe o Comitê dos recursos que pretende obter. Lembre-se de que a decisão do Comitê apenas apura a existência de violações. O Comitê insta então o Estado a tomar medidas, para proporcionar reparação pessoal à vítima e impedir violações similares no futuro. No entanto, pode continuar a ser útil mencionar ao Comitê as medidas que considera poderiam proporcionar uma reparação e impedir futuras violações.
141. *Apurar a existência de uma violação.* Um recurso comum é pedir ao Comitê para determinar que o Estado é responsável pela tortura da vítima ou que é responsável por uma violação do direito à vida da vítima. Os requerentes pedem ainda frequentemente ao Comitê para determinar que o Estado falhou na investigação eficaz da tortura ou da morte da vítima e que falhou na implementação de salvaguardas adequadas para proteger a vítima. Especifique os artigos do tratado que invoca terem sido violados.
142. *Investigação.* Se o caso envolver uma falta de investigação, pode pedir ao Comitê para instar o Estado a investigar de forma eficaz e independente o caso. É útil, nesses casos, especificar o que será necessário para essa investigação ser eficaz. Em particular, se existiam dúvidas sobre a independência ou imparcialidade da investigação inicial, pode querer especificar quem deveria conduzir as novas investigações para afastar essas dúvidas. Em alguns casos, isto pode exigir que o Estado conduza a investigação através de uma Comissão de Inquérito. Uma Comissão de Inquérito é um órgão criado para investigar um incidente ou conjunto de incidentes que originaram preocupação pública. São constituídas normalmente após incidentes graves como crimes de grande escala ou crimes com motivações políticas ou violações sistémicas.¹⁸ Alternativamente, se existirem medidas específicas que não foram tomadas ou prova de que foram rejeitadas, como exames médico-forenses, então destaque-as e solicite ao Comitê para insistir na sua consideração como parte dos recursos.
143. *Novo Julgamento.* Se a vítima foi condenada com base em testemunhos feitos como resultado de tortura, deverá pedir que a condenação seja anulada e que as acusações sejam revistas e, se necessário, o processo penal se repita, com todas as salvaguardas necessárias.
144. *Libertação.* Se o Estado deteve arbitrariamente a vítima e ainda a mantém nessa situação, deverá pedir a sua libertação imediata como recurso. Se a vítima foi sujeita a um desaparecimento forçado, peça a sua libertação imediata e informações sobre o seu paradeiro.
145. *Salvaguardas.* Os casos de tortura envolvem frequentemente a falta de implementação de salvaguardas adequadas. Nestes casos, é muitas vezes útil pedir ao Comitê para instar o

¹⁸ Universidade de Essex, Human Rights Centre Clinic, 'National Commissions of Inquiry: Towards a Human Rights-Based Approach' (2013), <https://www.essex.ac.uk/hrc/careers/clinic/documents/national-comissions-of-inquiry-towards-a-human-rights-based-approach.pdf>

Estado a implementar salvaguardas suficientes para prevenir a recorrência da violação. Se o fizer, pondere que salvaguardas faltaram neste caso, e indique-as em termos concretos e práticos à Comissão. Isto pode ser útil na implementação subsequente da decisão se o Comitê apurar uma violação.

146. *Não repetição.* O Comitê recordará também ao Governo, por vezes, a sua obrigação de prevenir a recorrência das violações. Além de especificar salvaguardas contra a tortura que aconteceu neste caso, poderá também identificar junto do Comitê alterações legislativas ou institucionais mais amplas, ou iniciativas como a formação de agentes públicos, que ajudariam a prevenir futuras violações.
147. *Compensação.* Com frequência, os requentes pedirão ao Comitê para instruir o Governo para atribuir uma compensação adequada à vítima ou à sua família. A compensação, não sendo um recurso suficiente em si mesmo, pode ser um passo importante na demonstração à vítima de que o Governo reconhece que foi praticado um mal e que leva a sério a violação cometida.
148. O Comitê de Direitos Humanos e o Comitê contra a Tortura não possuem princípios especificados que determinem o montante da compensação que um Estado violador deverá atribuir às vítimas. No entanto, é útil apresentar ao Comitê os tipos de danos que a vítima sofreu e que a compensação deverá cobrir. Podem incluir-se aqui danos morais pela dor, sofrimento e humilhação resultante da tortura e da detenção arbitrária, assim como danos por perdas financeiras ou perda de rendimento durante o período de detenção e tortura, perda de ganhos futuros como consequência das violações e custos de reabilitação clínica e física, passada e futura.
149. *Outras formas de reparação.* Também pode pedir ao Comitê para instar o Estado a prestar outras reparações à vítima, que podem incluir assistência médica ou reabilitação. Se fizer um tal pedido, pode querer clarificar se pretende que o Governo disponibilize serviços clínicos ou de reabilitação ou que reembolse a vítima por serviços que esta irá adquirir.
150. *Pedido de desculpas público e publicação da decisão.* O Comitê de Direitos Humanos e o Comitê contra a Tortura pedirão habitualmente ao Governo para publicar a decisão que apure a existência de uma violação. Também pode pedir que o Governo apresente um pedido de desculpas público em separado à vítima, se o autor da queixa o desejar.
151. *Orientações complementares.* O Comitê de Direitos Humanos adotou em novembro de 2016 diretrizes sobre medidas de reparação ao abrigo do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (CCPR/C/158). A Open Society Justice Initiative elaborou uma Practice Note on Remedies in Human Rights Claims, que apresenta uma discussão mais detalhada das medidas que pode solicitar.

H. Lista de Documentos de Apoio

152. No final da queixa, inclua uma lista de todas as provas que estiver a apresentar na sua queixa. Atribua a cada documento um número para ser mais fácil referenciá-los na requerimento e ser mais fácil para o Comitê identificá-los.
153. O tipo de provas que irá apresentar dependerá da natureza das queixas. No entanto, algumas das fontes que deverão ser consideradas para muitas das queixas são
 - declarações da vítima, familiares e muitas outras testemunhas;
 - comprovativo clínico das lesões, incluindo fotografias, relatórios médicos e o relatório da autópsia se a vítima morrer;
 - cópias de queixas, cartas ou contestações legais que a vítima ou a família tenham feito;
 - cópias de quaisquer decisões judiciais ou dos resultados de quaisquer investigações;

- cópias de relatórios de ONG locais ou regionais ou outras investigações que sejam relevantes para o seu caso;
 - se relevante, um mapa ou diagrama da zona, cidade e/ou esquadra da polícia.
154. Se algum dos documentos de apoio estiver num idioma que não seja um idioma de trabalho do Secretariado (inglês, francês, espanhol ou russo), deverá entregar uma tradução ou um resumo numa destas línguas, se tal for possível. Não é necessário certificar notarialmente a tradução. Se o documento for muito extenso (por exemplo, a acusação, sentença, registo judicial), pode traduzir apenas as partes relevantes do documento, indicando as páginas e pontos que sustentam o seu caso.

PARTE V: PARÁGRAFOS-MODELO

155. Esta parte do guia prático traz uma série de modelos de argumentos jurídicos que podem ser utilizados como base para seus próprios argumentos jurídicos. São explicações e argumentos curtos que concernem questões jurídicas que frequentemente surgem quando redigimos denúncias de tortura, morte em prisões e violações associadas.
156. Ao preparar a denúncia, primeiro deve-se identificar as possíveis violações envolvidas, e que Comitê ou Comitês podem ter jurisdição. Com base nessa identificação, deve-se selecionar a estrutura apropriada (dentre aquelas listadas no anexo) e ajustá-la para refletir as violações específicas do caso. Então, pode-se selecionar os argumentos-modelo que se relacionam com cada uma das violações alegadas e usá-los como base para sua denúncia dentro da estrutura escolhida.
157. Os argumentos-modelo são preparados com vistas a serem utilizados perante o Comitê de Direitos Humanos, uma vez que esse Comitê cobre todas as violações, e porque mais Estados aceitaram os direitos de indivíduos de levar suas denúncias a esse Comitê. Entretanto, se a denúncia está sendo encaminhada ao Comitê contra a Tortura, deve-se então editar os argumentos, de maneira que se refiram primeiramente à sua lei, e em segundo lugar à lei do Comitê de Direitos Humanos. Note também que alguns poucos argumentos são escritos separadamente para utilizar perante o CDR e o CCT — por exemplo, o argumento sobre o ato da tortura em si — por causa de elementos específicos exigidos pela Convenção contra a Tortura.
158. Apesar desses modelos servirem como uma base para o argumento jurídico, cada caso é diferente, e deve-se verificar os argumentos cuidadosamente e adaptá-los para se adequar ao caso em particular. Deve-se checar também se houve alguma alteração recente na lei e, se for o caso, adaptar os argumentos para refletir as mudanças. A Parte VI deste guia prático contém uma lista de recursos e sugestões de como assegurar que os argumentos estão atualizados.
159. Finalmente, assim como foi verificada a estrutura da denúncia e foram apagadas ou adaptadas as sessões não relevantes para o caso, deve-se fazer o mesmo com os argumentos-modelo jurídicos: ler os argumentos cuidadosamente e alterar ou apagar qualquer coisa que não seja relevante ou apropriada para o caso em particular.

A. Admissibilidade

Competência do Comitê de Direitos Humanos

160. O PIDCP e o primeiro Protocolo Facultativo do PIDCP entraram em vigor para o Estado em [data]. As violações que são o objeto desta comunicação tiveram início [quando]. Esta comunicação, portanto, é da competência do Comitê.

Competência do Comitê contra a Tortura

161. A Convenção contra a Tortura entrou em vigor para o Estado em [data] e o Estado fez a declaração de acordo com os termos do Artigo 22, reconhecendo a competência do Comitê para aceitar e examinar petições individuais em [data]. As violações que são o objeto desta comunicação tiveram início [quando]. Esta comunicação, portanto, é da competência do Comitê.

Competência do Comitê (violação continuada)

Nota: Utilize os parágrafos abaixo se a principal violação aconteceu antes da entrada em vigor do tratado ou do direito de petição individual.

162. Apesar da [tortura/morte] ter ocorrido antes de o Tratado ter entrado em vigor, esta denúncia é admissível porque o Estado afirmou aquelas violações, e as violações continuaram depois da entrada em vigor do Tratado.
163. O Comitê de Direitos Humanos já considerou admissíveis denúncias onde as violações continuam a afetar a vítima, concluindo que há uma violação continuada quando as supostas violações “continuam, ou têm efeitos que por si constituem violações, após aquela data” da entrada em vigor do tratado.¹⁹ Também considera que a denúncia é admissível quando um Estado reafirma uma violação anterior.²⁰ O Comitê contra a Tortura, similarmente, sustenta que pode examinar supostas violações que ocorreram antes de um Estado reconhecer o direito de se fazer comunicações individuais “se os efeitos dessas violações continuaram após a declaração de acordo com os termos do Artigo 22 entrar em vigor, e se os efeitos constituem em si uma violação da Convenção. Uma violação continuada deve ser interpretada como uma afirmação, depois da formulação da declaração, por ato ou por clara implicação, de violações anteriores do Estado-parte.”²¹ Em particular, a ausência de investigação de uma violação e a ausência de remediação para aquela violação têm sido consideradas violações continuadas.²²

Ausências de outras denúncias internacionais

164. Nenhuma denúncia foi encaminhada para nenhuma outra instância internacional de inquérito ou de decisão no que concerne este caso. Esta comunicação, portanto, satisfaz o requisito de admissibilidade do [Artigo 5(2)(a) do primeiro Protocolo Facultativo do PIDCP e/ou do Artigo 22(5)(a) da Convenção contra a Tortura].

Recursos internos esgotados

165. Um reclamante deve esgotar os recursos domésticos que estejam disponíveis e sejam efetivos.²³ O Comitê de Direitos Humanos esclareceu que tal afirmação se refere “primariamente a recursos jurisdicionais,”²⁴ que devem oferecer “uma perspectiva de

¹⁹ *Lovelace v. Canada*, UNHRC, Acesso em 30 de julho de 1981, UN Doc. A/36/40 (Sup. No. 40), parágrafo 11.

²⁰ *Könye v. Hungary*, UNHRC, Acesso em 22 de setembro de 1992, CCPR/C/5-D/520/1992, parágrafo 6,4.

²¹ *A.A. v. Azerbaijan*, UNCAT, Acesso em 25 de novembro de 2005, CAT/C/35/D/247/2004.

²² *Gerasimov v. Kazakhstan*, UNCAT, Decisão de 24 de maio de 2012, CAT/C/48/D/433/2010, parágrafo 11.2; *S.E. v. Argentina*, UNHRC, Acesso em 26 de março de 1990, CCPR/C/WG/36/DR/275/1988, parágrafo 5,4.

²³ UNHRC, *Annual Report 1984*, parágrafo 584 (citado em Moller and de Zayas, *United Nations Human Rights Committee Case Law 1977–2008* (Kehl am Rhein: N.P. Engel Verlag, 2009), 112) (“exaustão de recursos domésticos pode ser exigida somente se os recursos são eficazes e disponíveis”); *M.G.C. v. Australia*, UNHRC, Acesso em 26 de março de 2015, CCPR/C/113/D/1875/2009, parágrafo 10,3.

²⁴ *R.T. v. France*, UNHRC, Acesso em 30 de março de 1989, CCPR/C/35/D/262/1987, parágrafo 7.4; *Vicente et al. v. Colombia*, UNHRC, Acesso em 19 de agosto de 1997, CCPR/C/60/D/612/1995, parágrafo 5.2; *Mariam Sankara et al. v. Burkina Faso*, UNHRC, Acesso em 28 de março de 2006, CCPR/C/60/D/1159/2003, parágrafo 6,4.

reparação razoável.”²⁵ Como o Comitê explicou, “se a suposta infração é particularmente séria, como no caso de violações de direitos humanos básicos, em particular o direito à vida, remediações puramente administrativas ou disciplinares não podem ser consideradas adequadas e efetivas.”²⁶ O Comitê especificou que um “inquérito criminal e um processo penal decorrente” são recursos necessários em casos de violações do direito à vida e de não ser submetido à tortura.²⁷

Demais recursos internos prolongados indevidamente

166. Um indivíduo não é obrigado a esgotar os recursos internos que sejam prolongados excessivamente.²⁸ Os atrasos serão considerados excessivos de acordo com a complexidade do caso.²⁹ O Comitê de Direitos Humanos declarou que “um atraso de mais de três anos para a adjudicação de um caso em primeira instância, deduzindo a disponibilidade de recursos subsequentes, foi ‘prolongado excessivamente’ de acordo com o significado do artigo 5, parágrafo 2(b), do Protocolo Facultativo.”³⁰ Quando uma nova investigação foi iniciada quase quatro anos após a ocorrência do incidente, o Comitê contra a Tortura decidiu que “os procedimentos internos se tornaram excessivamente demorados e, sendo assim, o requerente não é mais obrigado a prosseguir com eles.”³¹

Demais recursos internos ineficazes

167. Os requerentes só são obrigados a esgotar os recursos que são eficazes; eles não precisam exaurir recursos que não oferecem uma perspectiva razoável de reparação³² ou que não oferecem expectativa razoável de obtenção de recursos eficazes.³³ Ao realizar essa avaliação, os órgãos de direitos humanos tipicamente examinam se os recursos existem e se estão disponíveis na prática: a eficácia de um recurso deve ser avaliada com base nas circunstâncias do caso individual, não só analisando os recursos formais, como também levando em consideração o contexto político e jurídico e as circunstâncias pessoais do requerente.³⁴

Outros recursos internos inadequados ou indisponíveis

168. O Comitê de Direitos Humanos explicou que “caso o suposto ato criminoso for particularmente sério, como o caso das violações de direitos humanos básicos, em particular o direito à vida, recursos puramente administrativos e disciplinares não podem ser considerados adequados e eficazes.”³⁵ Sendo assim, não é obrigatório que a vítima explore outros recursos, tais como procedimentos disciplinares ou civis. À luz da gravidade das

²⁵ *Patiño v. Panama*, UNHRC, Acesso em 21 de outubro de 1994, CCPR/C/52/D/437/1990, parágrafo 5.2; *Potter v. N.Z.*, UNHRC, Acesso em 28 de julho de 1997, CCPR/C/60/D/632/95, parágrafo 6.3; *Torres Ramirez v. Uruguay*, UNHRC, Acesso em 8 de abril de 1980, CCPR/C/10/D/4/1977, parágrafo 5 (exigindo que o estado demonstrasse “uma perspectiva razoável comprovando que tais recursos seriam eficazes”); *Yuzepchuk v. Belarus*, UNHRC, Acesso em 17 de novembro de 2014, CCPR/C/112/D/1906/2009, Parágrafo 7.4.

²⁶ *Vicente et al. v. Colombia*, UNHRC, Acesso em 19 de agosto de 1997, CCPR/C/60/D/612/1995, parágrafo 5.2; *Coronel et al. v. Colombia*, UNHRC, Acesso em 24 de outubro de 2002, CCPR/C/76/D/778/1997, parágrafo 6.2.

²⁷ *Moidunov v. Kyrgyzstan*, UNHRC, Acesso em 19 de julho de 2011, CCPR/C/102/D/1756/2008, parágrafo 8.10.

²⁸ Primeiro Protocolo Opcional para o ICCPR, Artigo 5(2)(b) (“Esta não deverá ser a regra quando a aplicação desses recursos for prolongada excessivamente.”).

²⁹ *Fillastre and Bizoarn v. Bolívia*, UNHRC, Acesso em 5 de novembro de 1991, CCPR/C/43/D/336/1988, Parágrafo 5.2.

³⁰ *Ibid.*

³¹ *Gerasimov v. Kazakhstan*, UNCAT, Decisão de 24 de maio de 2012, CAT/C/48/D/433/2010, Parágrafo 11.5.

³² *Patiño v. Panama*, UNHRC, Acesso em 21 de outubro de 1994, CCPR/C/52/D/437/1990, Parágrafo 5.2.

³³ *Ramirez v. Uruguay*, UNHRC, Acesso em 8 de abril de 1980, CCPR/C/10/D/4/1977, Parágrafo 5; *Monika v. Cameroon*, UNHRC, Acesso em 19 de janeiro de 2015, CCPR/C/112/D/1965/2010, Parágrafo 11.4.

³⁴ *Akdivar and Others v. Turkey*, ECtHR [GC], Julgamento da Grande Câmara de 30 de agosto de 1996, Parágrafo 68–69; *Khashiyev and Akayeva v. Russia*, ECtHR, Julgamento de 24 de fevereiro de 2005, Parágrafo 116–17.

³⁵ *Vicente et al. v. Colombia*, UNHRC, Acesso em 19 de agosto de 1997, CCPR/C/60/D/612/1995, Parágrafo 5.2; *Coronel et al. v. Colombia*, UNHRC, Acesso em 24 de outubro de 2002, CCPR/C/76/D/778/1997, Parágrafo 6.2.

violações, nada menos que uma investigação completamente independente, capaz de levar à punição dos responsáveis poderia constituir um recurso eficaz.

Não obrigatoriedade de exaustão dos recursos devido ao perigo para o requerente

169. O Comitê de Direitos Humanos considera que não existe obrigação de esgotar recursos internos caso seja perigoso para o requerente fazê-lo.³⁶ Especificamente, quando um detento tem motivos para temer retaliação por parte das autoridades carcerárias, o detento não é obrigado a fazer reclamações para essas autoridades em relação a maus-tratos ou condições carcerárias ruins.³⁷ Em tais circunstâncias, o Comitê considera justificável a impossibilidade do requerente de exaurir os recursos internos. Mecanismos regionais de direitos humanos também reconhecem que os requerentes não são obrigados a esgotar os recursos internos, caso isso implique perigo para eles ou suas famílias.³⁸

B. Assuntos Relacionados às Provas

Inversão do ônus da prova

Nota: Os parágrafos desta seção devem ser utilizados quando há ausência de acesso a provas importantes, incluindo provas médicas, porque a violação aconteceu sob custódia do Estado, que não conduziu os exames apropriados ou não concedeu acesso aos resultados. O ônus inicial da prova sempre é de responsabilidade do autor, mas ele pode ser invertido.

170. Quando um indivíduo sofre lesões ou falece sob custódia, o Comitê de Direitos Humanos concluiu que, em diversas ocasiões, “o ônus da prova não pode ser de responsabilidade única do autor do comunicado, especialmente se se considera que os autores e o Estado-parte nem sempre têm acesso igualitário às provas e, frequentemente, somente o Estado-parte tem acesso a informações relevantes.”³⁹ Nesses casos, o ônus é invertido para que o Governo forneça uma explicação satisfatória e plausível corroborada por provas.⁴⁰ De fato, o Comitê de Direitos Humanos decidiu que “uma morte sob qualquer tipo de custódia deve ser considerada *prima facie* uma execução sumária ou arbitrária,” a menos que “uma investigação detalhada, imediata e imparcial” refute essa suposição.⁴¹ O Comitê também considerou que “em casos de confissões forçadas, recai sobre o Estado o ônus de provar que as declarações feitas pelo acusado foram feitas por sua livre vontade.”⁴²
171. O Comitê contra a Tortura considerou também que “o ônus da prova deverá recair sobre a acusação quando existam alegações de que uma confissão foi obtida sob tortura”⁴³ e aplicou a inversão do ônus da prova em casos que envolviam a obrigação de não repulsão.⁴⁴ O Relator

³⁶ *Randolph v. Togo*, UNHRC, Acesso em 15 de dezembro de 2003, CCPR/C/79/D/910/2000, Parágrafo 2.5, 5.8, 8.6; *Avadanov v. Azerbaijan*, UNHRC, Acesso em 2 de novembro de 2010, CCPR/C/100/D/1633/2007, Parágrafo 6.4; *El Alwani v. Libya*, UNHRC, Visualizado em 11 de julho de 2007, CCPR/C/90/D/1295/2004, parágrafo 3.1, 5.2.

³⁷ *Phillip v. Trinidad and Tobago*, UNHRC, Acesso em 20 de outubro de 1998, CCPR/C/64/D/594/1992, Parágrafo 6.4.

³⁸ *Akdivar and Others v. Turkey*, ECtHR [GC], Julgamento da Grande Câmara de 30 de agosto de 1996, Parágrafo 74; *Plan de Sanchez Massacre*, IACCommHR, Relatório n.º. 31/99 de 11 de março de 1999, Parágrafo 27; *Rodriguez v. Honduras*, IACtHR, Julgamento de 29 de julho de 1988, Parágrafo 66; *Jawara v. Gambia*, AfCommHPR, Comm. Nos. 147/95, 149/96 (2000), Parágrafos 35–36.

³⁹ *Krasnova v. Kyrgyzstan*, UNHRC, Acesso em 29 de março de 2011, CCPR/C/101/D/1402/2005, Parágrafo 8.3; *Sassene v. Algeria*, UNHRC, Visualizado em 29 de outubro de 2014, CCPR/C/112/D/2026/2011, Parágrafo 7.3.

⁴⁰ *Bleier v. Uruguay*, UNHRC, Acesso em 29 de março de 1982, UN Doc. A/37/40 (Sup. No. 40), Parágrafo 13.3.

⁴¹ *Eshonov v. Uzbekistan*, UNHRC, Acesso em 22 de julho de 2010, CCPR/C/9/D/1225/2003, Parágrafo 9.2. *Gunethige v. Sri Lanka*, UNHRC, Acesso em 30 de março de 2015, CCPR/C/113/D/2087/2011, Parágrafo 6.2.

⁴² *Sharifova et al. v. Tajikistan*, UNHRC, Visualizado em 1º de abril de 2008, CCPR/C/92/D/1209, 1231/2003, e 1241/2004.

⁴³ *Ktiti v. Morocco*, UNCAT, Decisão de 26 de maio de 2011, CAT/C/46/D/419/2010, Parágrafo 8.8; UNCAT, *Report on Brazil Produced by the Committee under Article 20 of the Convention and Reply from the Government of Brazil*, UN Doc. CAT/C/39/2, 28 de julho de 2008.

⁴⁴ *A.S. v. Sweden*, UNCAT, Decisão de 24 de novembro de 2000, CAT/C/25/D/149/1999, Parágrafo 8.6; *Karou v. Sweden*, UNCAT, Decisão de 8 de maio de 2002, UN Doc. A/57/44, Parágrafo 10.

Relator Especial das NU sobre Tortura assinalou do mesmo modo que quando um indivíduo sofre maus-tratos enquanto se encontra sob custódia do Estado, passa para o Governo o ónus de pres tar uma explicação satisfatória e plausível suportada por provas.⁴⁵

C. Violações Materiais

Tortura pelo Estado (CDH)

172. A proibição de tortura e tratamento cruel e desumano tem caráter absoluto nos termos do Artigo 7.º do PIDCP. O Comitê de Direitos Humanos tornou claro que o "Artigo 7.º não admite qualquer limitação."⁴⁶ Não há uma lista de atos que constituem não constituem tortura ou tratamento desumano; mais, a avaliação "depende de todas as circunstâncias do caso, como a duração e modo de tratamento, [e] os seus efeitos físicos e mentais."⁴⁷ No âmbito desta avaliação, o Comitê considerou que os espancamentos repetidos sob custódia constituem tortura ou tratamento cruel e desumano ao abrigo do Artigo 7.º, especialmente quando o Estado nega à vítima cuidados médicos para as suas lesões.⁴⁸ O Comitê de Direitos Humanos apurou a existência de uma violação do direito a tratamento humano num caso em que a polícia ameaçou exercer retaliações sobre familiares das vítimas, privou as vítimas de comida durante três dias, não permitiu o contacto com os seus familiares e não lhes entregou bens alimentícios que familiares seus lhes deixaram.⁴⁹

Nota: Ao apresentar os seus argumentos sobre tortura, inclua fatores como:

que atos foram exatamente cometidos que constituem tortura;

- a identidade do(s) perpetrador(es) e os atos específicos praticados por cada um;
- o local em que as lesões foram infligidas e o motivo por que a vítima estava nesse lugar (sob prisão, a ser interrogado, etc.);
- os efeitos médicos, psicológicos e outros efeitos da tortura, quaisquer fatores que tornaram a vítima particularmente vulnerável;
- por que razão estes atos constituem tortura ao abrigo do Artigo 7.º do PIDCP ou ao abrigo da UNCAT;
- como o Estado está ligado à tortura e/ou a quem praticou tortura para mostrar que o requerido é desse modo responsável pela violação; e
- informações que ajudariam a explicar a intenção da tortura.

⁴⁵ Relator Especial sobre Tortura, Manfred Nowak, *Report on Mission to Kazakhstan*, UN Doc. A/HRC/13/39/Add.3, dezembro de 2009, Parágrafo 53; Relator Especial sobre Tortura, Nigel Rodley, *Report of the Special Rapporteur on Torture*, UN Doc. A/56/156, julho de 2001, Parágrafo 12(j); Relator Especial sobre Tortura, Manfred Nowak, *Report on Mission to Sri Lanka*, UN Doc. A/HRC/7/3/Add.6, fevereiro de 2008, Parágrafo. h; idem, *Report on Mission to Indonesia*, UN Doc. A/HRC/7/3/Add.7, março de 2008, 21.

⁴⁶ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 3, 5.

⁴⁷ Ibid, para. 4; Vuolanne v. Finlândia, UNHRC, Pareceres de 7 de abril de 1989, CCPR/C/35/D/265/1987, para. 9.2.

⁴⁸ Bailey v. Jamaica, UNHRC, Pareceres de 31 de março de 1993, CCPR/C/47/D/334/1988, para. 9.2-9.3; Linton v. Jamaica, UNHRC, Pareceres de 22 de outubro de 1992, CCPR/C/46/D/255/1987, para. 8.5.

⁴⁹ Sharifova et al. v. Tajiquistão, UNHRC, Pareceres de 1 de abril de 2008, CCPR/C/92/D/1209, 1231/2003, e 1241/2004

Tortura pelo Estado (CCT)

173. O Artigo 1.º da UNCAT define tortura como qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a uma pessoa, como fim de se obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão; de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de a intimidar ou coagir a ela ou a uma terceira pessoa; ou por qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie, quando tal dor ou sofrimento é imposto por um funcionário público ou por outra pessoa que atue no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência.

A UNCAT consigna o caráter "absoluto e inderrogável" da proibição contra a tortura,⁵⁰ que é aceite como uma matéria do direito internacional consuetudinário.⁵¹ A UNCAT exige ainda aos Estados partes que previnam "outros atos de tratamento ou punição cruéis, desumanos ou degradantes que não são considerados tortura."⁵²

174. A UNCAT não contém uma lista de atos que constituem ou não constituem tortura ou tratamento desumano. O Relator Especial sobre Tortura concluiu que "os critérios decisivos para distinguir tortura de [tratamento cruel, desumano ou degradante] podem ser melhor entendidos como sendo a intenção da conduta e a impotência da vítima, mais do que a intensidade da pena ou do sofrimento infligido."⁵³ Considerou-se que os espancamentos pela polícia durante uma detenção constituem tortura nos termos do Artigo 1.^º⁵⁴

Tortura por ator privado

175. A tortura não tem de ser infligida por um agente do Estado para constituir uma violação do PIDCP. O Comitê de Direitos Humanos explicou que os Estados têm o dever "de suportar a proteção de qualquer pessoa contra os atos proibidos pelo Artigo 7.º, sejam infligidos por pessoas que atuam na sua qualidade oficial, fora da sua capacidade oficial ou enquanto privados."⁵⁵ O Comitê afirmou que os Estados partes têm uma obrigação positiva de proteger pessoas sob a sua jurisdição de atos de privados,⁵⁶ e deve adotar medidas razoáveis para prevenir e punir atos de tortura por eles praticados.⁵⁷ A jurisdição sobre atores privados alarga-se a locais que estejam formalmente fora do território do Estado mas

⁵⁰ UNCAT, Article 2(2).

⁵¹ UNCAT, Comentário Geral 2, Implementação do Artigo 2 por Estados Partes, 2008, para. 1

⁵² UNCAT, Artigo 16(1)

⁵³ Relator Especial sobre Tortura, Manfred Nowak, Report of the Special Rapporteur on Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment, UN Doc.E/CN.4/2006/6, Dezembro de 2005, para. 39

⁵⁴ Dimitrijevic v. Sérvia e Montenegro, UNCAT, Decisão de 24 de novembro de 2004, CAT/C/33/D/207/2002, para 5.3, 6; Dimitrov v. Sérvia e Montenegro, UNCAT, Decisão de 3 de maio de 2005, CAT/C/34/D/171/2000, para. 2.1,7.1; Niyonzima v. Burundi, UNCAT, Decisão de 21 de novembro de 2014, CAT/C/53/D/514/2012, para. 8.2; Abdelmalek v. Argélia, UNCAT, Decisão de 23 de maio de 2014, CAT/C/52/D/402/2009, para 11.2-11.3.

⁵⁵ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 3 de outubro de 1992, para. 2; Ernazarov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 7 de maio de 2015, CCPR/C/113/D/2054/2011, para. 9.5.

⁵⁶ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 8

⁵⁷ UNHRC, Concluding Observations on the Russian Federation, UN Doc. CCPR/C/079/RUS, 2003, para. 13.

em que o Estado efetivamente exerça controle.⁵⁸ Esta obrigação positiva de os Estados prevenir a tortura, incluindo a tortura por entidades privadas, aplica-se em particular à proteção de pessoas vulneráveis sujeitas a prisão, detenção ou encarceramento.⁵⁹

176. Nos termos do Artigo 1.º da UNCAT, os agentes públicos aceitam a perpetração de tortura quando não tomam medidas apropriadas para prevenir esses atos e não processam os responsáveis pelos atos.⁶⁰ O Comitê contra a Tortura observou que quando autoridades do Estado ou outros que atuam no desempenho de uma função pública "sabem ou têm fundamentos razoáveis para acreditar que estão a ser praticados atos de tortura ou maus-tratos por agentes não públicos ou atores privados e não exercem a devida diligência para prevenir, investigar, processar e punir esses agentes não públicos ou atores privados em conformidade com a [UNCAT], o Estado suporta a responsabilidade e os seus funcionários devem ser considerados como autores, cúmplices ou de outro modo responsáveis ao abrigo da [UNCAT] por consentirem ou aceitarem esses atos indesejáveis."⁶¹

Morte sob custódia (morte pelo Estado)

177. O Comitê de Direitos Humanos descreveu o direito à vida ao abrigo do Artigo 6(1) como o "direito supremo do qual não é permitida qualquer derrogação... [e] que não deve ser interpretado restritivamente."⁶² O Comitê considerou que os Estados partes devem "adotar medidas para prevenir e punir a morte arbitrária pelas suas próprias forças de segurança,"⁶³ que descreve a privação da vida pelas autoridades do Estado como "uma matéria da máxima gravidade."⁶⁴ O Comitê estabeleceu recentemente que "uma morte sob qualquer tipo de custódia deverá ser encarada, à primeira vista, como uma execução sumária ou arbitrária, e deverá ser promovida uma imediata investigação imparcial para confirmar ou rejeitar a presunção."⁶⁵ Este princípio aplica-se igualmente em casos em que o Estado invoque que a morte foi um suicídio.⁶⁶ O Estado é igualmente responsável pela morte de uma vítima que morra mais tarde, em casa ou no hospital, como consequência de lesões sofridas enquanto se encontrava sob custódia policial.⁶⁷

178. Quando um indivíduo morre sob custódia, apurar-se-á geralmente uma violação do Artigo 6(1), salvo se uma investigação eficaz e atempada mostrar o contrário. O ónus da prova não pode recair apenas sobre o autor de uma comunicação, pois o Estado muitas vezes tem acesso exclusivo à informação relevante.⁶⁸ Quando o caso depende dessa informação, de acordo com o Comitê de Direitos Humanos, o Comitê pode considerar as alegações de um autor como fundamentadas "na ausência de provas e explicações satisfatórias em sentido contrário apresentadas pelo Estado parte."⁶⁹

Morte sob custódia (falta de proteção da vida)

⁵⁸ Relator Especial sobre Tortura, Juan Mendez, Interim Report of the Special Rapporteur on Torture and other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment, UN Doc. A/70/303, 7 August 2015, para. 65.

⁵⁹ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Punição Cruéis, 1992, para. 11; Emazarov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 7 de maio de 2015, CCPR/C/113/D/2054/2011, para. 9.5

⁶⁰ Dzemajl et al. v. Sérvia e Montenegro, UNCAT, Decisão de 21 de novembro de 2002, CAT/C/29/D/161/2000, para. 9.2.

⁶¹ UNCAT, Comentário Geral 2, Implementação do Artigo 2 por Estados Partes, 2008, para. 18

⁶² UNHRC, Comentário Geral 6, Artigo 6.º, O Direito à Vida, 1982, para. 1; UNHRC, Comentário Geral 14, Artigo 6.º, Armas Nucleares e o Direito à Vida, 1984, para. 1.

⁶³ UNHRC, Comentário Geral 6, Artigo 6.º, O Direito à Vida, 1982, para. 3.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Eshonov v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 22 de julho de 2010, CCPR/C/9/D/1225/2003, para. 9.2; Gunethiige v. Sri Lanka, UNHRC, Pareceres de 30 de março de 2015, CCPR/C/113/D/2087/2011, para. 6.2.

⁶⁶ Barbato v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 21 de outubro de 1982, CCPR/C/17/D/84/1981, para. 9.2; Moidunov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 19 de julho de 2011, CCPR/C/102/D/1756/2008, para. 8.8

⁶⁷ Akmatov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 29 de outubro de 2015, CCPR/C/115/D/2052/2011, para. 8.7

⁶⁸ Bleier v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 29 de março de 1982, UN Doc. A/37/40 (Sup. N.º 40), para. 13.3; Mukong v. Camarões, UNHRC, Pareceres de 21 de julho de 1994, CCPR/C/51/D/458/1991, para. 9.2

⁶⁹ Bleier v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 29 de março de 1982, UN Doc. A/37/40 (Sup. N.º 40), para. 13.3.

Nota: Utilize este argumento se a vítima morrer sob custódia do Estado, mas não existirem provas suficientes para provar que os agentes do Estado provocaram diretamente a morte. Inclui-se aqui casos que podem ter sido um suicídio ou em que outros detidos possam ter morto a vítima.

179. O Comitê de Direitos Humanos descreveu o direito à vida ao abrigo do Artigo 6(1) como o "direito supremo,"⁷⁰ que não pode ser entendido de uma forma restritiva, e a proteção deste direito exige que os Estados adotem medidas positivas.⁷¹ Diversas decisões reconheceram a obrigação positiva de tomar medidas adequadas para proteger a vida,⁷² o que inclui a proteção "não só contra violações de direitos da Convenção pelos seus agentes, mas também contra atos praticados por pessoas ou entidades privadas que prejudicariam o gozo dos direitos da Convenção."⁷³
180. A obrigação positiva de proteger a vida aplica-se em particular a detidos: "Cabe aos Estados garantir o direito à vida dos detidos ... o Estado parte, ao prender e deter indivíduos, assume a responsabilidade de cuidar das sua vida."⁷⁴ O Comitê reconheceu que os prisioneiros são "particularmente vulneráveis,"⁷⁵ impondo uma especial responsabilidade sobre o Estado de tomar medidas apropriadas e adequadas para os proteger.⁷⁶ O Estado deve proteger a vida de um detido mesmo que o detido não tenha pedido proteção.⁷⁷ Esta obrigação exige que o Estado tome medidas positivas para proteger o indivíduo contra o homicídio e o suicídio enquanto se encontra sob custódia.⁷⁸ Quando um Estado não toma "medidas adequadas" para proteger prisioneiros, pode ser responsável por uma violação do Artigo 6(1).⁷⁹ De acordo com o Comitê de Direitos Humanos, esta proteção "deve ser interpretada de modo a alargar o mais amplamente possível a proteção contra abusos, sejam físicos ou mentais."⁸⁰

Detenção ilegal

181. O Artigo 9(1) do PIDCP prevê que "ninguém deve ser privado da sua liberdade, salvo com base e em conformidade com os procedimentos que forem estabelecidos por lei." O Comitê de Direitos Humanos reiterou que a privação da liberdade "em violação de um procedimento estabelecido por lei" viola o Artigo 9(1).⁸¹
182. O registo imediato e rigoroso é uma componente da detenção legal,⁸² assim como uma importante salvaguarda contra a tortura.⁸³ As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras Mandela) revistas exigem que todos os prisioneiros não só sejam registados, mas que este registo indique com rigor o dia em que a pessoa foi

⁷⁰ UNHRC, Comentário Geral 14, Artigo 6.º, O Direito à Vida, 1984, para. 1

⁷¹ UNHRC, Comentário Geral 6, Artigo 6.º, O Direito à Vida, 1982, para. 2

⁷² Akmatov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 29 de outubro de 2015, CCPR/C/115/D/2052/2011, para. 8.4; Barbato v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 21 de outubro de 1982, CCPR/C/17/D/84/1981, para. 9.2.

⁷³ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 8; Rizvanovic v. Bósnia e Herzegovina, UNHRC, Pareceres de 21 de março de 2004, CCPR/C/110/D/1997/2010, para. 9.1-9.4.

⁷⁴ Lantsova v. Rússia, UNHRC, Pareceres de 15 de abril de 2002, CCPR/C/74/D/763/1997, para. 9.2; Titiahonjo v. Camarões, UNHRC, Pareceres de 13 de novembro de 2007, CCPR/C/91/D/1186/2003, para. 6.2.

⁷⁵ UNHRC, Comentário Geral 21, Artigo 10, Direito a Tratamento Humano e Respeito pela Dignidade Humana, 1992, para. 3

⁷⁶ Barbato v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 21 de outubro de 1982, CCPR/C/17/D/84/1981, para. 9.2; Bleier v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 29 de março de 1982, CCPR/C/15/D/30/1978, para. 11.2, 13.3.

⁷⁷ Emazarov v. Quirguistão UNHRC, Pareceres de 25 de março de 2015, CCPR/C/113/D/2054/2011, para. 9.4; Lantsov v. Federação Russa, UNHRC, Pareceres de 22 de março de 2002, CCPR/C/74/D/763/1997, para. 9.2

⁷⁸ Barbato v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 21 de outubro de 1982, CCPR/C/17/D/84/1981, para. 9.2

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ Conjunto de Princípios das Nações Unidas para a Proteção de Todas as Pessoas sob Qualquer Forma de Detenção ou Prisão, 9 de dezembro de 1988, G.A. Res. 43/173, UN Doc. A/RES/43/173, nota ao Princípio 6.

⁸¹ Gridin v. Federação Russa, UNHRC, Pareceres de 20 de julho de 2000, CCPR/C/69/D/770/1997, para. 8.1; UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 11, 22

⁸² Cakici v. Turquia, ECtHR, Sentença de 8 de julho de 1999, para. 105; Kozulina v. Bielorrússia, UNHRC, Pareceres de 14 de janeiro de 2015, CCPR/C/112/D/1773/2008, para. 9.6; ver também UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 58.

⁸³ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 11.

detida inicialmente, assim como as razões e a competência para a detenção.⁸⁴ O Comitê de Direitos Humanos considerou também que essa detenção é ilegal nos termos do Artigo 9(1) quando um suspeito é mantido sob detenção policial por mais tempo do que a lei nacional autoriza,⁸⁵ por exemplo quando uma pessoa foi mantida durante duas semanas sob detenção policial sem ser apresentada a um juiz.⁸⁶

Detenção arbitrária

183. O Artigo 9(1) do PIDCP prevê que "ninguém deverá ser sujeito a prisão ou detenção arbitrária." Embora o PIDCP não defina o conceito de arbitrariedade, o Comitê de Direitos Humanos sustentou que a proteção contra a detenção arbitrária não se limita à proibição da detenção que seja "contra a lei"; mais, "tem de ser interpretada mais amplamente de modo a incluir elementos de inadequação, injustiça e falta de previsibilidade." ⁸⁷ A arbitrariedade inclui assim a falta de um processo lícito⁸⁸ e a "incompatibilidade com os princípios de justiça ou com a dignidade da pessoa humana."⁸⁹ O Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária encarou a detenção como arbitrária quando a pessoa é detida apenas por ter exercido um dos seus direitos fundamentais.⁹⁰ A detenção durante procedimentos de controlo de imigração, não é, por si, arbitrária, mas tem de ser justificada como razoável, necessária e proporcional à luz das circunstâncias e reavaliada ao longo do tempo.⁹¹
184. O cumprimento formal da lei interna não afasta a detenção arbitrária.⁹² A detenção apenas pode ser imposta para cumprir um propósito legítimo e apenas quando for razoável, necessária e proporcional para atingir esse propósito.⁹³ O Comitê de Direitos Humanos considera que "a prisão preventiva tem não só de ser legal mas razoável e necessária em todas as circunstâncias."⁹⁴ A detenção para uma finalidade adicional, como para forçar a divulgação de informação, pode ser arbitrária.⁹⁵ A detenção também será arbitrária se for "motivada por discriminação."⁹⁶ O Comitê afirmou ainda que a detenção é arbitrária quando se destine a silenciar um defensor de mais democracia⁹⁷ ou quando for uma consequência de opiniões políticas pessoais de alguém.⁹⁸ Além disso, o Comitê entendeu que a garantia contra a detenção arbitrária é inderrogável, de modo que os Estados não podem justificar uma privação de liberdade que seja irrazoável ou desnecessária segundo as circunstâncias, mesmo em situações abrangidas pelo Artigo 4.⁹⁹

⁸⁴ Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras Mandela), 21 de maio de 2015, E/CN.15/2015/L.6/Rev.1, Regra 7.

⁸⁵ Umarova v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 3 de novembro de 2010, CCPR/C/100/D/1449/2006, para.8.4.

⁸⁶ Akhadov v. Quirguistão, UNHCR, Pareceres de 25 de maio de 2011, CCPR/C/101/D/1503/2006, para 7.4.

⁸⁷ Van Alphen v. Países Baixos, UNHRC, Pareceres de 23 de julho de 1990, CCPR/C/39/D/305/1988, para. 5.8; Mukong v. Camarões, UNHRC, Pareceres de 21 de julho de 1994, CCPR/C/51/D/458/1991, para. 9.8; UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 12.

⁸⁸ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 12; Marques de Moraes v. Angola, UNHRC, Pareceres de 29 de março de 2005, CCPR/C/83/D/1128/2002, para. 6.1.

⁸⁹ A v. Austrália, UNHRC, Pareceres de 30 de abril de 1997, CCPR/C/59/D/560/1993, para. 7.6

⁹⁰ Fact Sheet N.º 26: "The Working Group on Arbitrary Detention, OHCHR, na Parte II, disponível em <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FactSheet26en.pdf>

⁹¹ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 18

⁹² Van Alphen v. Países Baixos, UNHRC, Pareceres de 23 de julho de 1990, CCPR/C/39/D/305/1988, para. 5.8; Saadi v. Reino Unido, ECtHR, Sentença de 29 de janeiro de 2008, para. 67; UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 12

⁹³ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 12; Relator Especial sobre Tortura, Manfred Nowak, UN Covenant on Civil and Political Rights: CCPR Commentary (Estrasburgo: N. P. Engel, 2005), 225; Kozulina v. Bielorrússia, UNHRC, Pareceres de 14 de janeiro de 2015, CCPR/C/112/D/1773/2008, para. 9.7

⁹⁴ Kulov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 19 de agosto de 2010, CCPR/C/99/D/1369/2005, para. 8.3

⁹⁵ Mbenge v. Zaire, UNHRC, Pareceres de 25 de março de 1983, CCPR/C/OP/2, para.20-21.

⁹⁶ Nowak, Pacto das NU sobre Direitos Civis e Políticos: CCPR Commentary (Estrasburgo: N.P. Engel, 2005), 225; UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 17.

⁹⁷ Mukong v. Camarões, UNHRC, Pareceres de 21 de julho de 1994, CCPR/C/51/D/458/1991, para. 9.6, 9.8.

⁹⁸ Bahamonde v. Guiné Equatorial, UNHRC, Pareceres de 10 de novembro de 1993, CCPR/C/49/D/468/1991, para. 9.1, 9.5; Jaona v. Madagáscar, UNHRC, Pareceres de 1 de abril de 1985, CCPR/C/24/D/132/1982, para. 14; Blanco v. Nicarágua, UNHRC, Pareceres de 20 de julho de 1994, CCPR/C/51/D/328/1988, para. 10.3; Gusinskiy v. Rússia, ECtHR, Sentença de 19 de maio de 2004, para. 77.

⁹⁹ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 66

Detenção em regime de incomunicabilidade

185. A detenção em regime de incomunicabilidade, em que o detido não pode comunicar com o mundo exterior, viola um conjunto de normas de direitos humanos. O Comitê de Direitos Humanos sustentou que a detenção em regime de incomunicabilidade pode violar o direito de um detido ser tratado com dignidade nos termos do Artigo 10¹⁰⁰ e o direito à liberdade pessoal nos termos do Artigo 9.¹⁰¹ A detenção em regime de incomunicabilidade vista geralmente como uma violação do Artigo 7.¹⁰² Entendeu também que "o isolamento total de uma pessoa detida ou presa podem representar atos proibidos pelo Artigo 7.º."¹⁰³
186. A detenção em regime de incomunicabilidade também está ligada a outras violações, em particular tortura.¹⁰⁴ O Comitê de Direitos Humanos considerou que a detenção em regime de incomunicabilidade pode conduzir à tortura¹⁰⁵ e pediu, desse modo, a todos os Estados para aprovarem disposições contra a detenção em regime de incomunicabilidade.¹⁰⁶ Em 2003, o Relator Especial das NU sobre Tortura reportou que "a tortura é praticada mais frequentemente durante a detenção em regime de incomunicabilidade. A detenção em regime de incomunicabilidade será ilegal, e as pessoas mantidas incomunicáveis devem ser libertadas de imediato."¹⁰⁷ A detenção em regime de incomunicabilidade inclui situações em que a família de um detido é informada de que a pessoa está "segura" mas não de onde se encontra ou da natureza da detenção.¹⁰⁸ O Comitê contra Tortura também exprimiu repetidamente preocupações relativas à detenção em regime de incomunicabilidade, observando que "o regime de incomunicabilidade, independentemente das salvaguardas legais para a sua aplicação, facilita a prática de atos de tortura e maus-tratos";¹⁰⁹ e considerou que a detenção em regime de incomunicabilidade antes do julgamento ("arraigo") viola a obrigação do México prevenir a tortura ao abrigo do Artigo 2(1) da UNCAT.¹¹⁰

Angústia para a família como tratamento cruel

187. O Comitê de Direitos Humanos sustentou que as famílias de vítimas de direitos humanos podem ser, elas próprias, vítimas, particularmente quando as violações envolvem o desaparecimento forçado ou a execução. Foram consideradas violações do Artigo 7.º do

¹⁰⁰ Arutyunyan v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 13 de maio de 2004, CCPR/C/80/D/917/2000 (neste caso, a vítima foi mantida incomunicável durante duas semanas).

¹⁰¹ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 35; Marques de Moraes, UNHRC, Pareceres de 18 de abril de 2005, CCPR/C/83/D/1128/2002, (detenção em regime de incomunicabilidade por 10 dias sem acesso a um advogado com violação dos Artigos 9(3)(4)); Shaw v. Jamaica, UNHRC, Pareceres de 4 de junho, CCPR/C/62/D/704/1996, (a vítima foi mantida incomunicável durante oito meses); Shikhmuradov v. Turquemenistão, UNHRC, Pareceres de 17 de outubro de 2014, CCPR/C/112/D/2069/2011, para 6.5.

¹⁰² Shikhmuradova v. Turquemenistão, UNHRC, Pareceres de 17 de outubro de 2015, CCPR/C/112/D/2069/2011, para. 6.4; UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 56.

¹⁰³ Kulov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 26 de julho de 2010, CCPR/C/99/D/1369/2005.

¹⁰⁴ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 56

¹⁰⁵ Observações Preliminares do Comitê de Direitos Humanos: Peru, UN Doc. CCPR/C/79/Add.67, para. 18, 24, 25 de julho de 1996; Mukong v. Camarões, UNHRC, Pareceres de 21 de julho de 1994, CCPR/C/51/D/458/1991; El Megreisi v. Jamahiriya Árabe da Líbia, UNHRC, Pareceres de 23 de março de 1994, CCPR/C/50/D/440/1990

¹⁰⁶ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 11; Kulov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 26 de julho de 2010, CCPR/C/99/D/1369/2005

¹⁰⁷ Relator Especial das NU sobre Tortura, Theo Van Boven, The Question of Torture Submitted in Accordance with Commission Resolution 2002138, UN Doc. E/CN.4/2003/68, Dezembro de 2002, para. 26(g).

¹⁰⁸ Conselho de Direitos Humanos, Estudo Conjunto sobre Detenção Secreta, elaborado pelo Relator Especial sobre a Promoção e Proteção de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais no Combate ao Terrorismo, o Relator Especial sobre Tortura, o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária e o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados e Involuntários, UN Doc. NHRC/13/42, maio de 2010, 19; Bendib v. Argélia, UNCAT, Decisão de 8 de novembro de 2013, CAT/C/51/D/376/2009, para. 6.4.

¹⁰⁹ Conclusões e Recomendações do Comitê contra a Tortura, Espanha, UN Doc. CAT/C/CR/29/3, 23 de dezembro de 2002, para. 10; Aran v. França, UNCAT, Pareceres de 9 de novembro de 1999, CAT/C/23/D/63/1997 para 11.4; Aarrass v. Marrocos, UNCAT, Decisão de 19 de maio de 2014, CAT/C/52/D/477/2011, para. 10.3; Bendib v. Argélia, UNCAT, Decisão de 8 de novembro de 2013, CAT/C/51/D/376/2009, para. 6.4; ver também UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 58.

¹¹⁰ Ramiro Ramirez Martinez et al. v. México, UNCAT, Decisão de 4 de agosto de 2015, CAT/C/55/D/500/2012, para 17.5.

PIDCP relativamente a famílias das vítimas, com base na "angústia e no stress" que o desaparecimento de um filho ou de uma filha provoca aos pais devido à "permanente incerteza quanto ao seu destino e paradeiro."¹¹¹ O Comitê também considerou violações do Artigo 7.º em nome de famílias das vítimas em situações de tortura e morte sob detenção,¹¹² e falta de condução de uma investigação eficaz de um assassino.¹¹³ Quando um familiar é um menor, a angústia que sofre pode ser particularmente aguda e constitui também uma violação do Artigo 24 do PIDCP.¹¹⁴

188. O Comitê contra a Tortura também reconhece que a tortura de uma pessoa pode afetar os direitos de dependentes. O Artigo 14(1) da Convenção contra a Tortura prevê especificamente um direito de os dependentes de vítimas de tortura exigirem uma compensação, e alguns defenderam que os familiares próximos de vítimas de tortura podem ter direito a compensação tanto pelo sofrimento da vítima como pelo seu próprio sofrimento.¹¹⁵

Extradicação ou expulsão para enfrentar risco de tortura (não repulsão)

189. O Comitê de Direitos Humanos determinou que os Estados "não devem expor os indivíduos ao perigo de tortura ou tratamento ou punição cruéis, desumanos ou degradantes após regresso a outro país através de extradicação, expulsão ou repulsão."¹¹⁶ Esta obrigação, incluída no Artigo 2.º do PIDCP, impõe aos Estados que se "comprometam a respeitar e a garantir a todos os indivíduos no seu território e sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto." Ao avaliar uma potencial violação do Artigo 2.º, o Comitê considera se um risco elevado de tortura ou maus-tratos é uma "consequência necessária e previsível" de deportação.¹¹⁷ O Comitê esclareceu que os Estados não podem expulsar indivíduos se vierem a enfrentar um risco real de detenção arbitrária prolongada ou outra forma de violação grave da liberdade ou segurança.¹¹⁸
190. O Artigo 3.º da Convenção das NU contra a Tortura proíbe explicitamente a extradicação ou expulsão de um indivíduo que se arrisque a estar sujeito a tortura se devolvido a outro Estado. Uma pessoa não pode ser extraditada em circunstâncias em que o risco seja "previsível, real e pessoal"¹¹⁹ não tem de cumprir o teste de "altamente provável."¹²⁰ Para determinar se esse risco existe, o Comitê examina diversos fatores, incluindo a origem étnica do autor, o envolvimento político,¹²¹ e o histórico de detenção e/ou tortura.¹²² O

¹¹¹ Almeida v. Uruguai, UNHR.C, Pareceres de 21 de julho de 1983, CCPR/C/OP/2, para 14; Sarma v. Sri Lanka, UNHRC, Pareceres de 31 de julho de 2003, CCPR/C/78/D/950/2000, para. 9.5; Sharma v. Nepal, UNHRC, Pareceres de 6 de novembro de 2008, CCPR/C/94/D/1469/2006, para 7.9

¹¹² Eshonov v. Uzbequistão, UNHR.C, Pareceres de 2010, CCPR/C/99/D/1225/2003, para. 9.10; Guneththige v. Sri Lanka, UNHRC, Pareceres de 30 de março de 2015, CCPR/C/113/D/2087/2011, para 6.6.

¹¹³ Sankara et al. v. Burkina Faso, UNHR.C, Pareceres de 2006, CCPR/C/86/D/1159/2003, para 12.2.

¹¹⁴ Almegaryaf and Matar v. Líbia, UNHR.C, Pareceres de 25 de março de 2014, CCPR/C/110/D/2006/2010, para. 7.10

¹¹⁵ Manfred Nowak and Elizabeth McArthur, 'The United Nations Convention against Torture: A Commentary' (Oxford: Oxford University Press, 2008), 489

¹¹⁶ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para 9.

¹¹⁷ G.T. v. Austrália, UNHRC, Parecer de 4 de novembro de 1997, CCPR/C/61/D/706/1996, para. 8.1, 8.6.

¹¹⁸ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Liberdade e Segurança de Pessoas, 2014, para. 57.

¹¹⁹ A.R. v. Países baixos, UNCAT, Decisão de 21 de novembro de 2003, CAT/C/31/D/203/2002, para 7.3. Abdussamatov et al. v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 1 de junho de 2012, CAT/C/48/D/444/2010, para 13.4.

¹²⁰ Abdussamatov et al. v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 1 de junho de 2012, CAT/C/48/D/444/2010, para 13.4.

¹²¹ El Rgeig v. Suíça, UNCAT, Pareceres de 22 de janeiro de 2007, CAT/C/37/D/280/2005 (o requerente estava politicamente ativo no país de origem); Aemei v. Suíça, UNCAT, Pareceres de 9 de maio de 1997, CAT/C/18/D/34/1995 (o requerente desenvolveu atividades no país recetor); Khan v. Canadá, UNCAT, Pareceres de 4 de julho de 1994, UN Doc. A/50/44 at 46 (1994) (carta da organização do próprio requerente a avisá-lo para não regressar).

¹²² Aemei v. Suíça, UNCAT, Pareceres de 9 de maio de 1997, CAT/C/18/D/34/1995; El Rgeig v. Suíça, UNCAT, Pareceres de 22 de janeiro de 2007, CAT/C/37/D/280/2005.

Comitê pode ainda considerar as circunstâncias em que o autor deixou o seu país,¹²³ um risco de expulsão para um país terceiro onde a tortura seja provável,¹²⁴ procedimentos judiciais no país de origem que tenham levado à condenação à revelia,¹²⁵ a situação de direitos humanos relevante para as circunstâncias específicas da vítima,¹²⁶ e um padrão consistente de violações grosseiras, flagrantes ou em massa de direitos humanos.¹²⁷ O combate contra o terrorismo não exonera os Estados de honrarem as suas obrigações de não repulsão.¹²⁸ As garantias diplomáticas em si mesmas não podem evitar a aplicação do princípio de não repulsão.¹²⁹

Condenação baseada em confissão obtida através de tortura

191. O Artigo 14.º do PIDCP prevê que todas as pessoas têm o direito de "não serem obrigadas a testemunhar contra si próprias ou a confessar culpa." O Comitê de Direitos Humanos reconheceu que "é importante para o desencorajamento de violações ao abrigo do Artigo 7.º que a lei proíba o uso ou admissibilidade em processos judiciais de depoimentos ou confissões obtidos através de tortura ou outro tratamento proibido"¹³⁰ incluindo tratamento cruel, desumano e degradante,¹³¹ assim como "qualquer coação física ou psicológica direta ou indireta."¹³² O Comitê sublinhou que a obrigação de os Estados receberem quaisquer queixas que sugiram que declarações do acusado foram feitas sob coação, independentemente de as confissões terem sido consideradas posteriormente.¹³³ O Comitê também referiu que, em casos de alegadas confissões forçadas, o ónus de provar que as vítimas prestaram essas declarações por sua livre vontade, é do Estado¹³⁴ a ausência de marcas físicas não mostra necessariamente que não ocorreu tortura;¹³⁵ e as queixas de tortura do acusado apenas têm de ser bem fundamentadas, indiciando que é mais provável a tortura tenha ocorrido do que não tenha ocorrido.¹³⁶
192. O Artigo 15.º da Convenção contra a Tortura estabelece expressamente os mesmos princípios, prevendo que as declarações feitas como consequência de tortura "não devem ser invocadas como prova em quaisquer procedimentos, exceto contra uma pessoa acusada de tortura como prova de que a declaração foi feita." Esta proibição aplica-se a declarações que a vítimas façam descrevendo maus-tratos sobre elas próprias, declarações feitas por elas sobre terceiros, assim como provas reais obtidas através de declarações feitas sob tortura.¹³⁷ Este princípio não é derogável e não se aplicam quaisquer exceções, incluindo motivos de segurança nacional.¹³⁸ Quando uma pessoa invoca que uma declaração foi obtida sob tortura, qualquer Estado que utilize a declaração em procedimentos judiciais

¹²³ Mutombo v. Suíça, UNCAT, Pareceres de 27 de abril de 1994, UN Doc. A/49/44 at 45 (o requerente saiu do país de forma clandestina); Alan v. Suíça, UNCAT, Pareceres de 1 January 1995, CAT/C/16/D/21/1995 (o requerente encontrava-se em exílio interno).

¹²⁴ Korban v. Suécia, UNCAT, Pareceres de 16 de novembro de 1998, CAT/C/21/D/88/1997.

¹²⁵ Karoui v. Suécia, UNCAT, Pareceres de 8 de maio de 2002, CAT/C/28/D/185/2001.

¹²⁶ Arana v. França, UNCAT, Pareceres de 16 de dezembro de 1996, CAT/C/23/D/63/1997 (ONG apresentaram suspeitas de que outras pessoas nas mesmas circunstâncias que o requerente tinham sido sujeitas a tortura); Agiza v. Suécia, UNCAT, Pareceres de 20 de maio de 2005, CAT/C/34/D/233/2003 (a tortura é amplamente utilizada contra dissidentes políticos e detidos comuns).

¹²⁷ Abdussamatov et al. v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 1 de junho de 2012, CAT/C/48/D/444/2010, para 13.3.

¹²⁸ Ibid, para 13.7.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para 12.

¹³¹ Relator Especial sobre Tortura, Juan Mendez, Relatório do Relator Especial sobre Tortura sobre Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, UN Doc. A/HRC/25/60, 10 de abril de 2014, para. 26.

¹³² Idieva v. Tajiquistão, UNHRC, Pareceres de 31 de março de 2009, CCPR/C/95/D/1276/2004, para 9.3; Grishkovtsov v. Bielorrússia, UNHRC, Pareceres de 1 de abril de 2015, CCPR/C/113/D/2013/2010, para 8.2.

¹³³ Kouidis v. Grécia, UNHRC, Pareceres de 28 de março de 2006, CCPR/C/86/D/1070/2002, para. 7.5.

¹³⁴ Singarasa v. Sri Lanka, UNHRC, Pareceres de 21 de julho de 2004, CCPR/C/81/D/1033/2001, para 7.4; Sultanova and Ruzmetov v. Uzebequistão, UNHRC, Pareceres de 19 de abril de 2006, CCPR/C/86/D/915/2000

¹³⁵ Relator Especial sobre Tortura, Juan Mendez, Relatório do Relator Especial sobre Tortura sobre Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, UN Doc. A/HRC/25/60, 10 de abril de 2014, para. 25.

¹³⁶ Ibid, para. 33.

¹³⁷ P.E. v. França, UNCAT, Pareceres de 21 de novembro de 2002, CAT/C/29/D/193/2001, 30.

¹³⁸ Relator Especial sobre Tortura, Juan Mendez, Relatório do Relator Especial sobre Tortura sobre Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, UN Doc. A/HRC/25/60, 10 de abril de 2014, para. 22.

tem uma obrigação de investigar essas queixas independentemente de a alegada tortura ter ocorrido sob a sua própria jurisdição.¹³⁹ Além disso, o Estado deve garantir que as pessoas podem contestar a legalidade de qualquer prova plausivelmente suspeita de ter sido obtida por tortura.¹⁴⁰

Detenção, tortura ou execução baseadas em discriminação

193. O Comitê de Direitos Humanos tem sublinhado repetidamente a importância do princípio de não discriminação que integra o Artigo 2.º e o Artigo 26.º do PIDCP, e interpretou o termo "discriminação" de forma ampla.¹⁴¹ O princípio de não discriminação é essencial para proteger os direitos de populações vulneráveis, incluindo pessoas sob custódia, minorias e indivíduos que exponham opiniões que os coloquem em perigo de represálias governamentais ou de terceiros.

De igual modo, o Comitê contra a Tortura tem reforçado a importância de salvaguardar populações vulneráveis de tortura e outros tratamentos cruéis. Além disso, a definição de "tortura" no Artigo 1.º da Convenção contra a Tortura inclui a aplicação intencional de dor violenta e sofrimento por "qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie." O Comitê insistiu que "a proteção de determinada minoria ou indivíduos ou populações marginalizados em risco de tortura faz parte da obrigação de prevenir a tortura ou os maus-tratos."¹⁴² O Comitê dos Direitos Humanos também reconheceu determinado abuso sexual contra mulheres, cometido pelo Estado, como "violência extrema baseada no gênero", o que pode constituir uma violação do Artigo 7.º do PIDCP.¹⁴³

194. No caso *Osmani v. República da Sérvia*, o Comitê contra a Tortura considerou que o facto de a vítima pertencer a um grupo minoritário historicamente sujeito a discriminação, os ciganos, agravou o sofrimento físico e mental da vítima, atingindo assim o limiar do tratamento ou punição cruéis, desumanos ou degradantes.¹⁴⁴ No caso *L.N.P. v. Argentina*, o Comitê de Direitos Humanos entendeu que a idade, o sexo e a etnia da vítima contribuíram para a discriminação a que foi sujeita quando tentou reportar uma violação e durante o julgamento do alegado violador. A re-vitimização provocada por esta violação do Artigo 7.º, assim como pela proibição de discriminação do Artigo 26.º.¹⁴⁵

Detenção, tortura ou execução sobre defensores de direitos humanos ou jornalistas

195. O Comitê de Direitos Humanos destacou repetidamente a importância da liberdade de expressão garantida pelo Artigo 19.º, que estabelece: "Todos deverão ter o direito à liberdade de expressão; este direito deverá incluir a liberdade de procurar, receber e partilhar informações e ideias de todos os gêneros." O Comitê incidiu a sua especial atenção sobre a expressão de opiniões políticas, referindo que um risco elevado de acusação e outras medidas punitivas acompanha o exercício deste direito. O Comitê defendeu que a detenção como consequência das opiniões políticas de uma pessoa é arbitrária.¹⁴⁶ Ainda que uma prisão seja formalmente realizada em conformidade com a lei interna, se a sua intenção for silenciar as opiniões de uma pessoa, a prisão é arbitrária e contrária ao Artigo 9.º.¹⁴⁷

¹³⁹ G.K. v. Suíça, UNCAT, Parecer de 7 de maio de 2003, CAT/C/30/D/219/2002, para 6.10; Niyonzima v. Burundi, UNCAT, Decisão de 21 de novembro de 2014, CAT/C/53/D/514/2012, para 8.7.

¹⁴⁰ UNCAT, Concluding Observations on the UK, UN Doc. CAT/C/CR/33/3, 2004, para.5(d).

¹⁴¹ UNHRC, Comentário Geral 18: Não discriminação, 1989, para 7.

¹⁴² UNCAT, Comentário Geral 2, Implementação do Artigo 2 pelos Estados Partes, 2008, para. 21.

¹⁴³ Mehalli v. Argélia, UNHRC, Pareceres de 28 de maio de 2014, CCPR/C/110/0/1900/2009, para.7.10.

¹⁴⁴ *Osmani v. República da Sérvia*, UNCAT, Decisão de 25 de maio de 2009, CAT/C/42/D/261/2005, para. 10.4.

¹⁴⁵ *L.N.P. v. Argentina*, UNHRC, Pareceres de 18 de julho de 2011, CCPR/C/102/0/1610/2007, para. 13.3, 13.6

¹⁴⁶ *Jaona v. Madagáscar*, UNHRC, Pareceres de 1 de abril de 1985, UN Doc. Sup. N.º. 40 (A/40/40) at 179, para 14-16; *Blanco v. Nicarágua*, UNHRC, Pareceres de 20 de julho de 1994, CCPR/C/51/D/328/1988, para. 10.3.

¹⁴⁷ *Mukong v. Camarões*, UNHRC, Pareceres de 10 agosto de 1994, CCPR/C/51/0/458/1991, para. 2.1, 9.8.

196. Os defensores dos direitos humanos e os jornalistas estão especialmente sujeitos a ser vítimas de violações da liberdade de expressão. Reconhecendo a elevada vulnerabilidade dos jornalistas a tratamentos discriminatórios, ataques arbitrários e assédio, o Comitê de Direitos Humanos pediu o reforço das medidas de proteção para garantir o livre exercício dos seus direitos de expressão e associação.¹⁴⁸
197. Fazendo eco destas impressões, os Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação de defensores de direitos humanos assinalou que estes são frequentemente presos e condenados por falsas acusações, sendo-lhes recusado regularmente o acesso a um advogado, assistência médica e processo judicial enquanto estão detidos.¹⁴⁹ O Relator Especial exprimiu profunda preocupação sobre "a utilização de execuções, assédio e ameaças" contra os defensores que tentam recolher e publicar informações sobre violações de direitos humanos,¹⁵⁰ e instou os Estados a cumprir a Declaração sobre Defensores de Direitos Humanos, que incita os Estados a tomar todas as medidas necessárias para proteger os defensores contra "qualquer violência, ameaças, retaliações, descriminação negativa de facto ou de direito, pressão ou qualquer outra ação arbitrária."¹⁵¹
198. Outros organismos de direitos humanos regionais reconheceram também o direito à liberdade de expressão sem receio de intimidação ou prisão. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) condenou a detenção que foi usada em parte para silenciar a oposição política,¹⁵² e a Comissão Interamericana reconheceu que as táticas de assédio e intimidação contra "comunicadores sociais" violam o direito à liberdade de expressão.¹⁵³ Foi também referido que a morte de jornalistas com impunidade tem "efeitos dissuasores" sobre outros intervenientes na comunicação social e o público em geral, incutindo o medo generalizado de denunciar abusos do Governo e privados.¹⁵⁴

Prisão solitária

199. A prisão solitária em certas circunstâncias pode ser considerada tortura ou tratamento cruel, desumano e degradante. Se as condições de prisão solitária constituem tortura ou maus-tratos é determinado numa base individual ao avaliar as condições da prisão, o rigor do isolamento, a duração, o objetivo do isolamento e o efeito sobre o prisioneiro.¹⁵⁵ De acordo com as Regras Mandela, a prisão solitária prolongada ou por tempo indeterminado pode ser considerada tortura ou tratamento cruel, desumano e degradante.¹⁵⁶ As Regras Mandela definem detenção prolongada o isolamento por mais de 15 dias consecutivos.¹⁵⁷ O Relator Especial afirmou que é mais provável ocorrer tortura quando um indivíduo está em prisão solitária o porque não há presença de testemunhas.¹⁵⁸ O Relator Especial também refere que a prisão solitária prolongada constitui uma violação do Artigo 10.º, parágrafo 3 do PIDCP porque não cumpre a finalidade da reabilitação de prisioneiros.¹⁵⁹

¹⁴⁸ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Direito à Liberdade, 2014, CCPR/C/GC/35, para. 9; UNHRC, Concluding Observations on Argentina, UN Doc. CCPR/C/79/Add.46, 1995, para 12.

¹⁴⁹ Relator Especial das Nações Unidas sobre a Situação dos Defensores dos Direitos Humanos, Margaret Sekaggya, UN Doc. A/HRC/13/2230, Dezembro de 2009, para 31, 47, 49, 55 (determinadas categorias de defensores, como membros de ONG de direitos humanos, jornalistas, defensores das mulheres e defensores dos direitos de lésbicas, homossexuais, bissexuais e transgéneros estão sujeitos a ameaças, ataques e intimidações particularmente virulentos).

¹⁵⁰ Relator Especial sobre a Situação dos Defensores dos Direitos Humanos, Margaret Sekaggya, UN Doc. A/HRC/13/2230, Dezembro de 2009, para.40, 53.

¹⁵¹ *Ibid.*, para. 62.

¹⁵² *Gusinskiy v. Rússia*, ECtHR, Sentença de 19 de maio de 2004, para 77; para. 62-78.

¹⁵³ Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos, Gabinete do Relator Especial para a Liberdade de Expressão, Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão, Princípio 9 (Out. 2000).

¹⁵⁴ *Miranda v. México*, IACoNunHR, Relatório N.º 50/99 de 13 de abril de 1999, para. 52; *Victor Manuel Orepeza v. México*, IACoMmHR, Relatório N.º 130/99 de 19 de novembro de 1999, para. 58.

¹⁵⁵ *A.A. v. Dinamarca*, UNCAT, Decisão de 13 de novembro de 2012, CAT/C/49/D/412/2010, para. 7,4.

¹⁵⁶ Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras Mandela), 21 de maio de 2015, E/CN.15/2015/L.6/Rev.1, Regra 43.

¹⁵⁷ *Ibid.*, Regra 44.

¹⁵⁸ Relator Especial sobre Tortura, Juan Mendez, Relatório Provisório do Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos sobre Tortura sobre Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, UN Doc. A/66/268, 5 de agosto de 2011, para. 70

¹⁵⁹ *Ibid.*

200. A prisão solitária tem de ser usada apenas em casos excepcionais pelo período de tempo mais curto possível.¹⁶⁰ Além disso, a prisão solitária não deve ser imposta como parte da sentença de uma pessoa ou como punição por violação de regras da cadeia.¹⁶¹ De acordo com o Relator Especial sobre tortura, a prisão solitária nunca deve ser usada com uma pessoa com incapacidade mental ou durante a prisão preventiva.¹⁶² A aplicação de prisão preventiva durante a detenção provisória aumenta as oportunidades de confissões falsas como consequência da pressão e sofrimento que aquela impõe.¹⁶³

D. Violação de Salvaguardas

Nota: Enquanto a UNCAT e o PIDCP possuem referências à obrigação de prevenir a tortura, a lei internacional dos direitos humanos e a jurisprudência reconhecem cada vez mais a importância vital de adotar salvaguardas para proteger pessoas sob custódia. Enquanto a jurisprudência dos Órgãos do Tratado das NU confirma a maioria das salvaguardas, as decisões individuais não deram destaque a todas elas (por exemplo, falta de gravação em vídeo dos interrogatórios e monitorização independente das instalações estão nitidamente ausentes). A jurisprudência está a evoluir e poderá recorrer às normas do direito indicativo, assim como à jurisprudência existente, para apoiar os seus argumentos.

Obrigação de proporcionar salvaguardas contra a tortura

201. A lei internacional de direitos humanos reconhece a importância vital de salvaguardas para proteger pessoas sob custódia. O Comitê de Direitos Humanos explicou que a proibição de tortura inclui a obrigação de proteger as pessoas da tortura e, no âmbito desta obrigação, os Estados têm que implementar salvaguardas.¹⁶⁴ Estas salvaguardas incluem o direito a que a detenção de alguém seja registada e notificada a um terceiro, o direito de ter acesso a um advogado, e a realização de um exame médico independente.¹⁶⁵ O Comitê reforçou ainda que os Estados têm o dever de formar pessoal relevante, como agentes policiais e guardas prisionais, para minimizar a oportunidade de ocorrerem violações de direitos.¹⁶⁶
202. O Artigo 2.º da UNCAT contém o mesmo requisito de salvaguardas contra a tortura, exigindo que "cada Estado Parte tomará medidas legislativas, administrativas, judiciais ou de outra natureza com o intuito de impedir atos de tortura no território sob a sua jurisdição". O Comitê contra a Tortura também identificou um conjunto de salvaguardas necessárias, incluindo um registo oficial de detenções, inspeção independente de instalações de detenção, informar os detidos dos seus direitos (incluindo apreciação jurídica imediata), assistência médica, contacto com a família e o direito de se queixar de

¹⁶⁰ Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras Mandela), 21 de maio de 2015, E/CN.15/2015/L.6/Rev.1, Regra 45.

¹⁶¹ Relator Especial sobre Tortura, Juan Mendez, Relatório Provisório do Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos sobre Tortura sobre Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, UN Doc. A/66/268, 5 de agosto de 2011, para. 72.

¹⁶² Ibid. 78, 81, 85.

¹⁶³ Peter Scharff Smith, "Solitary Confinement: An Introduction to the Istanbul Statement on the Use and Effects of Solitary Confinement," 41; ver também Relator Especial sobre Tortura, Juan Mendez, Interim Report of the Special Rapporteur of the Human Rights Council on Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment, UN Doc. A/66/268, 5 de agosto de 2011, para. 76

¹⁶⁴ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 11.

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ Ibid, para. 10.

maus-tratos e contestar a detenção.¹⁶⁷

Falta de registo de custódia aquando da detenção e da manutenção de registos efetivos de custódia

203. O Comitê de Direitos Humanos declarou que a proteção de pessoas detidas implica que "os seus nomes e locais de detenção, assim como os nomes de pessoas responsáveis pela sua detenção, sejam mantidos em registos disponíveis e acessíveis de forma legível pelos interessados, incluindo familiares e amigos."¹⁶⁸ Além disso, "a hora e local de todos os interrogatórios devem ser registados, juntamente com os nomes de todos os presentes e esta informação deverá estar igualmente disponível para efeitos de procedimento judicial ou administrativo."¹⁶⁹
204. O Comitê contra a Tortura declarou que os países devem criar um registo nacional de presos.¹⁷⁰ Aquela decidiu que a "falta de registo da detenção do queixoso" entre outros factos contribuiu para a violação da obrigação do Estado prevenir e punir a tortura.¹⁷¹ O Relator Especial das NU sobre Tortura também recomendou que os Estados "registem pessoas privadas da sua liberdade a partir do preciso momento da prisão."¹⁷² As Regras Mandela determinam que todos os locais de detenção policial devem inscrever num registo apropriado (1) informações relativas à identidade e género preferido do preso, (2) os motivos para realizar a captura e a autoridade para o fazer, (3) o dia e a hora da sua admissão e libertação, e (4) a data e hora da prisão. Além disso, os locais de detenção não devem receber pessoas sob custódia "sem uma ordem de captura válida cujos detalhes deverão ter sido inseridos previamente no registo."¹⁷³

Falta de comunicação da detenção à família

205. A família de um detido tem de ser informada de imediato da sua detenção. O Comitê de Direitos Humanos assinalou que registar a detenção permite que a informação relativa à detenção da pessoa esteja "imediatamente disponível e acessível para os interessados, incluindo familiares e amigos".¹⁷⁴ O Comitê contra a Tortura indicou o direito de "informar um familiar" como uma das "salvaguardas fundamentais" que os Estados têm de assegurar aos detidos a partir do momento em que são privados da sua liberdade.¹⁷⁵ O Comitê contra a Tortura e o Relator Especial das NU sobre Tortura também recomendou aos Estados que "concedam acesso a advogados e permitam a notificação de familiares a partir do momento da efetiva privação de liberdade."¹⁷⁶

Falta de disponibilização de acesso imediato e privado a um advogado

206. A detenção sem acesso a um advogado viola a lei de direitos humanos.¹⁷⁷ O Comitê de

¹⁶⁷ UNCAT, Comentário Geral 2, Implementação do Artigo 2 pelos Estados Partes, 2008, para. 8, 13.

¹⁶⁸ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 11.

¹⁶⁹ Ibid.

¹⁷⁰ Abdelmalek v. Argélia, UNCAT, Decisão de 23 de maio de 2014, CAT/C/52/D/402/2009, para 11.6; Bendib v. Argélia, UNCAT, Decisão de 8 de novembro de 2013, CAT/C/51/D/37612009, para. 6.5.

¹⁷¹ UNCAT, Gerasimov v. Cazaquistão, Decisão de 24 de maio de 2012, CAT//C/48/D/433/2010, para 12.2.

¹⁷² Relator Especial sobre Tortura, Nowak, Report on Mission to Kazakhstan, UN Doc. NHRC/13/39/.3, Dezembro 2009, para. 81(a).

¹⁷³ Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (aprovadas pelo Conselho Económico e Social pelas suas resoluções 663C de 31 de julho de 1957 e 2076 de 13 de maio de 1977), Regra 7.

¹⁷⁴ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 11.

¹⁷⁵ Ibid.

¹⁷⁶ Relator Especial sobre Tortura, Nowak, Report on Mission to Kazakhstan, UN Doc. A/HRC/13/39/Add. 3 de dezembro de 2009, para. 81(a); Bendib v. Argélia, UNCAT, Decisão de 8 de novembro de 2013, CAT/C/51/D/376/2009, para. 6.4, 6.6.

¹⁷⁷ ICCPR, Artigo 14 (3) (b); Wight v. Madagáscar, UNHRC, Pareceres de 1 de abril de 1985, CCPR/C/OP/2, para. 17; Grishkovtsov v. Bielorrússia, UNHRC, Pareceres de 1 de abril de 2015, CCPR/C/113/D/2013/2010, para 8.5.

Direitos Humanos declarou expressamente que "a proteção do detido também exige que seja dado acesso imediato e regular a médicos e advogados."¹⁷⁸ O Relator Especial das NU sobre Tortura sublinhou que o acesso de um detido a um advogado tem de ser imediato e que o advogado deverá ser independente do Estado¹⁷⁹; tendo o Comitê contra a Tortura considerado também que esta é uma salvaguarda importante contra a tortura.¹⁸⁰ O Conjunto de Princípios das Nações Unidas para a Proteção de Pessoas Detidas assegura os direitos de o detido consultar e comunicar com um advogado sem adiamentos e com total confidencialidade.¹⁸¹

207. Impedir que os detidos acedam a um advogado viola o seu direito a preparar a sua defesa. Os arguidos têm o direito de preparar adequadamente uma defesa com o seu advogado, de modo a satisfazer o princípio da igualdade de armas e cumprir devidamente o direito a um advogado e o direito a um julgamento justo. Os indivíduos têm de poder comunicar com os seus advogados livremente, em privado, e sem a presença de agentes policiais ou judiciais. A assistência jurídica adequada implica que o advogado do arguido possa preparar devidamente uma defesa, o que inclui receber registos judiciais, provas, documentação e outros materiais relevantes com tempo suficiente para os analisar.¹⁸² Os advogados devem exercer as suas funções em conformidade com a ética profissional e sem qualquer interferência policial ou judicial. Os arguidos também devem receber materiais apropriados, incluindo papel, canetas e similares, necessários para preparar a sua defesa.¹⁸³

Falta de realização de exames médicos privados e independentes

208. O Comitê de Direitos Humanos recomendou que os Estados parte disponibilizassem exames médicos independentes,¹⁸⁴ e assinalou que "a proteção do detido exige que seja facultado um acesso rápido e regular aos médicos."¹⁸⁵ O Comitê contra a Tortura determinou de modo similar que as garantias para proteger pessoas privadas da sua liberdade contra a tortura incluem o direito a "assistência médica independente."¹⁸⁶ Mais especificamente, os exames clínicos devem ser realizados por médicos que sejam suficientemente independentes das autoridades do estado.¹⁸⁷
209. O Conjunto de Princípios para a proteção de todas as pessoas sujeitas a qualquer forma de detenção ou prisão da Nações Unidas exige que "a pessoa detida ou presa deverá ser sujeita a um exame médico adequado, em prazo tão breve quanto possível após o seu ingresso no local de detenção ou prisão; posteriormente, deverá beneficiar de cuidados e tratamentos médicos sempre que tal se mostre necessário."¹⁸⁸ O Relator Especial das Nações Unidas

¹⁷⁸ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 11.

¹⁷⁹ Relator Especial das NU sobre Tortura, Theo van Boven, Report on the Question of Torture Submitted in Accordance with Commission Resolution 2002/138, UN Doc. E/CN.4/2003/68, Dezembro de 2002, para. 26; Aarrass v. Marrocos, UNCAT, Decisão de 19 de maio de 2014, CAT/C/52/D/477/2011, para. 10,3.

¹⁸⁰ G.K. v. Suíça, UNCAT, Decisão de 12 de maio de 2003, CAT/C/30/D/219/2002, para. 6.3; Abdelmalek v. Argélia, UNCAT, Decisão de 23 de maio de 2014, CAT/C/52/D/402/2009, para II.6; Ntikaraha v. Burundi, UNCAT, Decisão de 12 de maio de 2014, CAT/C/52/D/503/2012, para 6.6.

¹⁸¹ Conjunto de Princípios das Nações Unidas para a Protecção de Todas as Pessoas sob Qualquer Forma de Detenção ou Prisão, 9 de dezembro de 1988, G.A. Res. 43/173, UN Doc. A/RES/43/173, Princípio 18(3); Ntikaraha v. Burundi, UNCAT, Decisão de 12 de maio de 2014, CAT/C/52/D/503/2012, para 6.6.

¹⁸² Sirageva v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 1 de novembro de 2005, CCPR/C/85/D/907/2000, para. 6,3.

¹⁸³ Khoroshenko v. Federação Russa, UNHRC, Pareceres de 29 de março de 2011, CCPR/C/101/D/1304/2004, para. 9,7.

¹⁸⁴ UNHRC, Concluding Observations on Hungary, UN Doc. CCPR/C/HUN/C0/5, 2010, para. 14; UNHRC, Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 40 of the Covenant, Federação Russa, UN Doc. CCPR/C/RUS/2002/5, 2002, para. 51; Bazarov v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 8 de agosto de 2006, UN Doc. CCPR/C/87/D/959/2000, para. 8,3.

¹⁸⁵ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 11.

¹⁸⁶ UNCAT, Comentário Geral 2, Implementação do Artigo 2 pelos Estados Partes, 2008, para 2 13; Aarrass v. Marrocos, UNCAT, Decisão de 19 de maio de 2014, CAT/C/52/D/477/2011, para. 10,3.

¹⁸⁷ Agiza v. Suécia, UNCAT, Decisão de 24 de maio de 2005, CAT/C/34/D/233/2003, para. 12.25; UNCAT, Concluding Observations on Argentina, 2004, UN Doc. CAT/C/CR/33/1, para 6; Bairamov v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 14 de maio de 2014, CAT/C/52/D/497/20 12, para. 8,3.

¹⁸⁸ Conjunto de Princípios das Nações Unidas para a Protecção de Todas as Pessoas sob Qualquer Forma de Detenção ou Prisão, 9 de dezembro de 1988, G.A. Res. 43/173, UN Doc. A/RES/43/173, Princípio 24.

sobre Tortura declarou que "no momento da prisão, uma pessoa deverá ser submetida a uma inspeção médica, que deverão ser repetidas regularmente e serão obrigatórias após a transferência para outro local de detenção."¹⁸⁹ O exame médico obrigatório de detidos após a admissão e antes da saída da custódia policial ajuda a garantir que qualquer alteração da saúde física dos detidos durante o período de custódia é registada, dissuadindo assim as autoridades de lhes infligirem maus-tratos. Os exames médicos devem também seguir as normas estabelecidas no Protocolo de Istambul.¹⁹⁰

Falta de apresentação imediata perante um juiz

210. A tortura muitas vezes ocorre nas primeiras horas sob custódia e, assim, a apresentação imediata de um detido perante um juiz representa uma salvaguarda importante contra a tortura. A falta dessa apresentação constituirá muitas vezes uma violação da obrigação de prestar salvaguardas contra a tortura. Também poderá violar o Artigo 9(3), que exige especificamente que os agentes do Estado apresentem um detido perante um juiz ou poder judicial autorizado imediatamente após a sua prisão ou detenção.¹⁹¹ O Comitê realçou que a autorização de detenção por um procurador do Ministério Público não é aceitável, exigindo-se antes a independência e imparcialidade do controlo judicial.¹⁹² Os detidos têm de estar fisicamente presentes perante o juiz durante a diligência destinada a autorizar a sua detenção.¹⁹³ Isto permite ao juiz inquirir sobre o tratamento que o detido recebeu sob custódia.¹⁹⁴ O juiz também determina se a detenção é legal e se é necessário prolongar a detenção, garantindo assim que o detido não é mantido de forma arbitrária.¹⁹⁵ A detenção provisória não deverá envolver o regresso à custódia policial, mas para uma instalação sujeita a uma autoridade diferente, onde os riscos para os direitos do detido podem ser mais facilmente mitigados.¹⁹⁶
211. O significado de "imediato" no Artigo 9(3) tem de ser determinado em cada caso separadamente,¹⁹⁷ mas não deverá ultrapassar as 48 horas; apenas circunstâncias muito excepcionais poderão justificar um atraso mais prolongado.¹⁹⁸ A falta de um pedido do detido no sentido de a sua detenção ser revista não justifica atrasos na sua apresentação perante um juiz.¹⁹⁹ O Comitê de Direitos Humanos tem ainda reiterado que a detenção provisória apenas pode ser usada em casos excepcionais e tem de ser o mais curta possível.²⁰⁰ No entanto, sendo detido, o indivíduo deve ser mantido num estabelecimento prisional oficial sob uma autoridade diferente, autónoma dos investigadores, dos agentes da polícia, e dos supervisores que inicialmente mantiveram o detido sob custódia, para mitigar o risco de tortura.²⁰¹

¹⁸⁹ Relator Especial das NU sobre Tortura, Theo van Boven, Report on the Question of Torture Submitted in Accordance with Commission Resolution 2002/138, UN Doc.E/CN.4/2003/68, Dezembro 2002, para. 26

¹⁹⁰ Aarrass v. Morocos, UNCAT, Decisão de 19 de maio de 2014, CAT/C/52/D/477/2011, para. 12.

¹⁹¹ Bazarov v. Uzebequistão, UNHRC, Pareceres de 14 de julho de 2006, CCPR/C/87/D/959/2000, para 8.2; Bashasha v. Lúbia, UNHRC, Pareceres de 2 de novembro de 2010, CCPR/C/100/D/1776/2008, para. 7.6; Grishkovtsov v. Bielorrússia, UNHRC, Pareceres de 1 de abril de 2015, CCPR/C/113/D/201312010, para 8.3.

¹⁹² Kaldarov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 18 de março de 2010, CCPR/C/98/D/1338/2005, para. 8.2; Gapiirjanova v. Uzebequistão, UNHRC, Pareceres de 5 de março de 2010, CCPR/C/98/D/1589/2007, para. 8.4; UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9, Liberdade e Segurança de Pessoas, 2014, para. 32.

¹⁹³ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Liberdade e Segurança de Pessoas, 2014, para. 34.

¹⁹⁴ Ibid.

¹⁹⁵ UNHRC, Concluding Observations on Tajikistan, UN Doc. CCPR/C/0/84/ffK, 2005, para. 12.

¹⁹⁶ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Liberdade e Segurança de Pessoas, 2014, para. 36.

¹⁹⁷ McLawrence v. Jamaica, UNHRC, Pareceres de 18 de julho de 1997, CCPR/C/60/D/702/1996, para 5.6; Yuzepchuk v. Bielorrússia, UNHRC, Pareceres de 24 de outubro de 2014, CCPR/C/112/D/1906/2009, para. 8.3

¹⁹⁸ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Liberdade e Segurança de Pessoas, 2014, para. 33; Yuzepchuk v. Bielorrússia, UNHRC, Pareceres de 24 de outubro de 2014, CCPR/C/112/D/1906/2009. Para. 8. 3.

¹⁹⁹ Pichugina v. Bielorrússia, UNHRC, Pareceres de 17 de julho de 2013, CCPR/C/108/D/1592/2007, para. 7.3; UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Liberdade e Segurança de Pessoas, 2014, para. 32

²⁰⁰ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Liberdade e Segurança de Pessoas, 2014, paras. 37-38; Basso v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 29 de outubro de 2010, CCPR/C/100/D/1887/2009, para. 10, 2.

²⁰¹ UNHRC, Comentário Geral 35, Artigo 9.º, Liberdade e Segurança de Pessoas, 2014, para. 36; Relator Especial das NU sobre Tortura, Manfred

Falta de disponibilização de mecanismos de queixa e protecção dos queixosos contra represálias

212. Os estados partes têm a obrigação de garantir que existe um mecanismo eficaz em vigor para que os detidos ou presos se queixem do tratamento recebido. O Comitê de Direitos Humanos estabeleceu que os Estados têm de reconhecer "o direito a apresentar queixas contra maus-tratos proibidos pelo Artigo 7.º,"²⁰² destacando que uma falta de investigação dessas alegações e levar os perpetradores de violações à justiça poderá originar uma violação autónoma do PIDCP.²⁰³ O Comitê de Direitos Humanos assinalou ainda que os Estados estão implicitamente "obrigados a não dificultar o acesso ao Comitê e a impedir medidas de retaliação contra qualquer pessoa que tenha remetido uma comunicação ao Comitê."²⁰⁴ Assim, qualquer tentativa das autoridades do Estado de intimidar o autor de uma comunicação ou o seu mandatário seria "insustentável e incompatível com o espírito do PIDCP e o Protocolo Facultativo ao mesmo."²⁰⁵
213. De igual modo, o Artigo 13.º da Convenção das NU contra a Tortura exige que os Estados garantam que os indivíduos tenham direito a queixar-se sobre maus-tratos e protejam quaisquer queixosos ou testemunhas de retaliação ou intimidação. O Conjunto de Princípios das Nações Unidas para a Protecção de Pessoas Detidas reitera o dever dos Estados protegerem queixosos de represálias.²⁰⁶ O Comitê contra a Tortura considerou existir uma violação do Artigo 13.º, e uma interferência com o direito de petição do queixoso que representa uma violação do Artigo 22.º, quando o queixoso foi coagido - através de pressão da polícia sobre a sua família e interrogatórios repetidos - a assinar uma carta de retirada da sua queixa para o Comitê.²⁰⁷

Falta de gravação de inquirições

214. O registo áudio e visual de inquirições policiais é uma salvaguarda contra a tortura ou os maus-tratos de detidos. O Comitê de Direitos Humanos recomendou que os Estados partes promovessem "registo audiovisual sistemático de interrogatórios em todas as esquadras de polícia e locais de detenção."²⁰⁸ Esta gravação deverá realizar-se ao longo de "toda a duração" de interrogatórios; "o uso esporádico e seletivo de métodos de vigilância electrónica" é inadequado.²⁰⁹ O Comitê contra a Tortura identificou a gravação áudio e vídeo de interrogatórios como um método eficaz de prevenir a tortura,²¹⁰ afirmando que os Estados partes devem garantir a gravação de todos os interrogatórios em esquadras da polícia e instalações de detenção.²¹¹ Declarou que a gravação vídeo de interrogatórios deverá constituir um exigência legal,²¹² e um "procedimento padrão ... para ampliar e

Nowak, Report Mission to Indonesia, UN Doc. AIHR.C/7/3/Add.7, Março 2008, para. 78.

²⁰² UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 14.

²⁰³ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 15, 18.

²⁰⁴ UNHRC, Comentário Geral 33, As Obrigações dos Estados Partes ao abrigo do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, 2009.

²⁰⁵ Hammel v. Madagáscar, UNHRC, Pareceres de 3 de abril de 1987, CCPR/C/OP/2 at 179 (1990), para. 19,3.

²⁰⁶ Conjunto de Princípios das Nações Unidas para a Protecção de Todas as Pessoas sob Qualquer Forma de Detenção ou Prisão, 9 de dezembro de 1988, G.A. Res. 43/173, UN Doc. NRES/43/173, Princípio 33(4).

²⁰⁷ Gerasimov v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 24 de maio de 2012, CAT/C/48/D/433/2010, para 12.10.

²⁰⁸ UNHRC, Concluding Observations on Uzbekistan, UN Doc. CCPR/C/UZB/C0/3, 2010, para. 11; UNHRC, Concluding Observations on Mexico, UN Doc. CCPR/C/MEX/C0/5, 2010, para. 13; UNHRC, Concluding Observations on Spain, UN Doc. CCPR/C/ESP/C0/5, 2009, para. 14; UNHRC, Concluding Observations on Azerbaijan, UN Doc. CCPR/C/AZE/C0/3, 2009, para. 11.

²⁰⁹ UNHRC, Concluding Observations on Japan, UN Doc. CCPR/C/JPN/C0/5, 2008, para. 19.

²¹⁰ UNCAT, Comentário Geral 2, Implementação do Artigo 2 pelos Estados Partes, 2008, para 2 14.

²¹¹ UNCAT, Concluding Observations on Turkmenistan, UN Doc. CAT/C/TKM/CO/1, 2011, para.9; UNCAT, Concluding Observations on Greece, UN Doc. CAT/C/CR/33/2, 2004, para. 6(e).

²¹² UNCAT, Concluding Observations on Slovenia, UN Doc. CAT/C/SVN/C0/3, 2011, para. 8.

reforçar a proteção concedida a detidos sob custódia policial."²¹³ Recomendou que os Estados partes utilizem equipamentos de áudio e vídeo " não só em salas de interrogatório mas também nas celas e corredores."²¹⁴

Falta de monitorização independente de instalações de detenção

215. Os Estados são obrigados a criar um órgão independente que monitorize as instalações de detenção ao abrigo do PIDCP, da UNCAT, e do respetivo Protocolo Facultativo. O Comitê de Direitos Humanos mandata que os Estados partes adotem "medidas concretas" para monitorizar o tratamento de pessoas privadas da sua liberdade e garantir uma "supervisão imparcial."²¹⁵ O Comitê defendeu a criação de um "órgão externo e independente incumbido das funções de visitar as [instalações] e receber e investigar queixas provenientes dessas [instalações]."²¹⁶ O Comitê explicou que os responsáveis pela monitorização deveriam ser "uma autoridade competente distinta da autoridade diretamente responsável pela administração do local de detenção ou prisão,"²¹⁷ e deveria ter "acesso privado ao detido e incluir peritos médicos e forenses apropriados."²¹⁸
216. O Comitê contra a Tortura também recomenda que os Estados "institua um sistema permanente e independente para monitorizar o tratamento prático de pessoas detidas ou presas."²¹⁹ O Protocolo Facultativo do PIDCP exige que cada Estado parte estabeleça mecanismos de prevenção nacionais para examinar regularmente o tratamento de pessoas detidas e faz recomendações às autoridades relevantes.²²⁰ Os Estados partes são obrigados a garantir a independência funcional destes mecanismos, assim como a independência do seu pessoal.²²¹ Além disso, deverá ser concedido acesso a instalações de detenção por parte de organizações independentes governamentais e não governamentais, em particular o Comitê Internacional da Cruz Vermelha.²²²

Detenção de mulheres em instalações de detenção temporária em que apenas existe pessoal do sexo masculino

217. Para salvaguardar os direitos e a dignidade das detidas do sexo feminino, não devem ser permitidos homens em centros de detenção femininos ou estarem limitados a posições em que não exista contacto direto com mulheres. As Regras Mandela estabelecem que uma secção feminina de uma cadeia deverá estar sob a autoridade de uma responsável do sexo feminino, que zela pela guarda das chaves, em que apenas mulheres possam efetuar a supervisão regular de detidas do sexo feminino e que, se um membro do pessoal masculino tiver de estar num estabelecimento de detenção feminino, este terá de ser acompanhado por um membro do pessoal feminino de forma permanente.²²³ O Comitê contra a Tortura também enfatizou que os membros femininos do pessoal devem supervisionar as detidas

²¹³ UNCAT, Concluding Observations on France, UN Doc. CAT/C/FRA/CO/4-6, 2010, para. 23.

²¹⁴ UNCAT, Concluding Observations on Austria, UN Doc. CAT/C/AUT/CO/4-5, 2010, para. 9.

²¹⁵ UNHRC, Comentário Geral 21, Artigo 10, Tratamento Humano de Pessoas Privadas de Liberdade, 1992, para. 6.

²¹⁶ UNHRC, Concluding Observations on Namibia, UN Doc. CCPR/CO/81/NAM, 2004, para. 14.

²¹⁷ Conjunto de Princípios das Nações Unidas para a Protecção de Todas as Pessoas sob Qualquer Forma de Detenção ou Prisão, 9 de dezembro 1988, G.A. Res. 43/173, UN Doc. A/RES/43/173, Princípio 29(1); discutido em UNHRC, Comentário Geral 21, Artigo 10, Tratamento Humano de Pessoas Privadas de Liberdade, 1992, para. 5.

²¹⁸ Alzery v. Suécia, UNHRC, Pareceres de 25 de outubro de 2006, CCPR/C/88/D/1416/2005, para. 11,5.

²¹⁹ UNCAT, Concluding Observations on Brazil, UN Doc. A/56/44, 2001, para. 120(d); UNCAT, Concluding Observations on Moldova, UN Doc. CAT/C/CR/30/7, 2003, para. 6(1); UNCAT, Comentário Geral 2, Implementação do Artigo 2 pelos Estados Partes, 2008, para. 8, 13.

²²⁰ Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes (2002), Artigo 3, 19(a)(b) (Uma Subcomissão sobre Prevenção está incumbida de aconselhar os Estados partes sobre o estabelecimentos desses mecanismos - Protocolo Facultativo, Art. 11(1)(b)).

²²¹ Ibid, Artigo 18(1).

²²² UNCAT, Concluding Observations on Turkmenistan, UN Doc. CAT/C/TKM/CO/1, 2011, para. 14(b); UNCAT, Concluding Observations on Uganda, UN Doc. CAT/C/CR/34/UGA, 2005, para. 10; UNCAT, Concluding Observations on Nepal, UN Doc. CAT/C/NPL/CO/2, 2005, para. 23.

²²³ Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras Mandela), 21 de maio de 1955, E/CN.15/2015/L.6/Rev.1, Regra 81.

do sexo feminino.²²⁴

218. O Manual das NU para Gestores de Estabelecimentos Prisionais e Legisladores sobre as Mulheres e a Prisão identifica em pormenor os problemas da utilização de homens em prisões femininas.²²⁵ Como a Comissão sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres sublinha, o tratamento desrespeitoso de detidas do sexo feminino por pessoal do sexo masculino, incluindo o contacto físico inapropriado e a intromissão desnecessária na vida pessoal, pode constituir assédio e discriminação sexual,²²⁶ sendo o assédio sexual uma forma de violência sexual, o que pode ser degradante e criar problemas de saúde e segurança.²²⁷ De facto, a simples presença de pessoal do sexo masculino pode criar receio acrescido das detidas e pode re-traumatizar as que foram abusadas por homens no passado, e estende-se à privação de privacidade que é inerente a um estabelecimento prisional.²²⁸

Tolerância de um clima de impunidade

219. Tanto o Comitê de Direitos Humanos como o Comitê contra a Tortura sustentaram que a falta sistemática de investigação de anteriores abusos de direitos humanos pode constituir uma omissão na prestação de salvaguardas adequadas contra futuras violações.²²⁹ O Comitê de Direitos Humanos determinou que o dever de investigar e acusar é importante em relação a abusos anteriores e também para assegurar que esses abusos "não ocorram no futuro."²³⁰ O Comitê também defendeu que aprovar uma lei que impeça a investigação e exclua a possibilidade de recursos eficazes para as vítimas, contribui para um clima de impunidade e poderá "dar lugar a novas violações graves de direitos humanos."²³¹
220. O Comitê contra a Tortura também sublinhou a ligação entre violações passadas e o dever de impedir futuras violações, afirmando que a falta de investigação e acusação de abusos do passado originam um clima de impunidade que viola as obrigações de prevenir a tortura,²³² tendo feito com que a falta de punição apropriada fosse incompatível com o "dever de prevenir" esses atos nos termos do Artigo 2 da UNCAT.²³³ Este princípio foi reforçado em diversas Observações Finais, em que o Comitê lamenta a "falta de atuação disciplinar ou acusação criminal significativa" que origina um "clima de impunidade."²³⁴ O Comitê também assinalou que "medidas para garantir que não existe recorrência de violações"²³⁵ fazem parte do direito a um recurso eficaz para vítimas de violações de direitos humanos, garantido pelo Artigo 14.º.

E. Violação de Obrigação de Investigar

Obrigação de investigar mortes sob custódia

221. O Estado tem de conduzir "uma investigação exaustiva, imediata e imparcial" a qualquer

²²⁴ UNCAT, Concluding Observations on Cambodia, UN Doc. CAT/CIKHM/C0/2, at para. 19.

²²⁵ Handbook for Prison Managers and Policymakers on Women and Imprisonment, Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2008, 14.

²²⁶ Inga Abramova v. Bielorrússia, CEDAW, Pareceres de 25 de julho de 2011, CEDAW/C/49/D/23/2009, para. 7.7.

²²⁷ Ibid; CEDAW, Recomendação Geral 19: Violência contra as Mulheres, 1992.

²²⁸ Handbook for Prison Managers and Policymakers on Women and Imprisonment, Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2008, 14.

²²⁹ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, Para 15; Rodriguez v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 19 de julho de 1994, CCPRJC/51/D/3221/1988, para 12.4; UNCAT, Concluding Observations on Tajikistan, UN Doc. CAT/C/TJK/C0/1, 2006, para. 5; Guridi v. Espanha, UNCAT, Decisão de 17 de maio de 2005, CAT/C/34/D/212/2002 para. 6.6.

²³⁰ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 15; UNHRC, Concluding Observations on Chile, UN Doc. CCPR/C/CLH/CO/5, 2007; UNHRC, Concluding Observations on Croatia, UN Doc. CCPR/C0/71/HRV, 2001.

²³¹ Rodriguez v. Uruguai, UNHRC, Pareceres de 19 de julho de 1994, CCPRJC/51/D/322/1988, para.2.4.

²³² UNCAT, Concluding Observations on Turkmenistan, UN Doc. CAT/C/TKM/CO/1, 2011, para. 11.

²³³ Guridi v. Espanha, UNCAT, Decisão de 17 de maio de 2005, UN Doc. CAT/C/34/D/212/2002, para. 6.6.

²³⁴ UNCAT, Concluding Observations on Turkmenistan, UN Doc. CAT/C/TKM/CO/1, 2011, para. 11; UNCAT, Concluding Observations on Tajikistan, UN Doc. CAT/C/TKM/CO/1, 2006, para. 5; UNCAT, Concluding Observations on Georgia, UN Doc. CAT/C/GEO/CO/3, 2006, para. 12; UNCAT, Concluding Observations on South Africa, UN Doc. CAT/C/ZAF/CO/1, 2006, para. 13.

²³⁵ Ali v. Tunísia, UNCAT, Pareceres de 21 de novembro de 2008, CAT/C/41/D/291/2006, para. 15.8.

morte sob custódia. A falta de apresentação de uma explicação plausível para uma morte sob custódia através de uma investigação independente e completa dá origem a uma presunção de que a pessoa foi morta arbitrariamente.²³⁶ Além disso, o Comitê de Direitos Humanos tornou claro que a falta de realização de uma investigação apropriada à morte sob custódia pode constituir uma violação autónoma do Artigo 6(1) do PIDCP,²³⁷ e do Artigo 2(3), que obriga os Estados partes a "garantir que as pessoas têm recursos acessíveis e eficazes para reivindicar os [seus] direitos."²³⁸

Obrigação de investigar tortura (para além da morte sob custódia)

222. A obrigação de investigar aplica-se igualmente à tortura e tratamento cruel, desumano e degradante nos termos do Artigo 7.º, com o Comitê de declarar que as queixas de tortura "têm de ser investigadas de forma imediata e imparcial pelas autoridades competentes de modo a tornar o recurso eficaz."²³⁹ A obrigação de disponibilizar um recurso eficaz para violações de direitos do PIDCP "é fundamental para a eficácia do artigo 2.º, parágrafo 3,"²⁴⁰ e "uma falha do Estado Parte em investigar alegações de violações poderá, por si só, dar origem a um incumprimento autónomo" do PIDCP.²⁴¹

Obrigação de investigar tortura (isolada)

223. O Estado é obrigado a realizar uma investigação independente, imparcial, completa, atempada e eficaz a quaisquer alegações de tortura, ao abrigo tanto do PIDCP como da UNCAT. O Comitê de Direitos Humanos declarou que as queixas de tortura "têm de ser investigadas de forma imediata e imparcial por autoridades competentes de modo a tornar o recurso eficaz,"²⁴² e "uma falha do Estado Parte em investigar alegações de violações poderá, por si só, dar origem a um incumprimento autónomo do Pacto."²⁴³ A Convenção das NU contra a Tortura exige de forma similar que qualquer queixa de tortura tem de ser investigada "imediatamente [pelas] autoridades competentes."²⁴⁴ O Estado tem de investigar de modo eficaz quaisquer alegações ou provas de tortura, mesmo que a vítima não tenha apresentado uma queixa formal.²⁴⁵ A falha de um Estado investigar e acusar criminalmente - ou admitir processos cíveis associados - alegações de atos de tortura de forma imediata, pode constituir uma recusa *de facto* de reparação e, desse modo, constituir uma violação das obrigações do Estado ao abrigo do Artigo 14.º do PIDCP.²⁴⁶

Requisitos de investigação eficaz

224. Os critérios chave para uma investigação eficaz são estabelecidos no *Manual sobre Investigação Eficaz e Documentação de Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes* (o "Protocolo de Istambul")²⁴⁷ e o *Manual sobre a Prevenção*

²³⁶ Eshonov v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 22 de julho de 2010, CCPR/C/9/D/1225/2003, para. 9.2.

²³⁷ Telitsina v. Rússia, UNHRC, Pareceres de 29 de março de 2004, CCPR/C/80/D/888/1999, para. 7.6.

²³⁸ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 15.

²³⁹ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 14.

²⁴⁰ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 16.

²⁴¹ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 15.

²⁴² UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 14; Kirsano v. Federação Russa, UNCAT, Decisão de 14 de maio de 2014, CAT/C/52/D/478/2011, para 11.3.

²⁴³ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 15-16.

²⁴⁴ Artigo 12, 13 da Convenção das NU contra a Tortura; Bairamov v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 14 de maio de 2014, CAT/C/52/D/497/2012, para. 8.5

²⁴⁵ Henri Unai Parot v. Espanha, UNCAT, Decisão de 9 de junho de 1995, CAT/C/14/D/6/1990, para. 10.4; Abad v. Espanha, UNCAT, Decisão de 14 de maio de 1998, CAT/C/20/D/59/1996, para.8.6. Ramiro Ramirez Martinez et al. v. México, UNCAT, Decisão de 4 agosto de 2015, CAT/C/55/D/500/2012, para 17.7.

²⁴⁶ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14.º pelos Estados Partes, 2012, para 17

²⁴⁷ Gabinete das Nações Unidas do Alto-comissário para os Direitos Humanos, Manual sobre Investigação Eficaz e Documentação de Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, 2004.

e Investigação Eficaz de Execuções Extrajudiciais, Arbitrárias e Sumárias ("Protocolo de Minnesota").²⁴⁸ Uma investigação pode ser considerada ineficaz pelas seguintes razões:

1. *Falta de Independência e Imparcialidade.* A investigação não foi conduzida por um órgão independente e imparcial.
2. *Atraso Injustificado:* A investigação não se iniciou de imediato e não foi conduzida de forma expedita.
3. *Inadequação.* A investigação não realizou um conjunto necessário de diligências para apurar os factos.
4. *Participação.* A vítima e a família foram excluídas da investigação.
5. *Transparência.* A investigação foi conduzida em privado e não foi publicado qualquer relatório final.
6. *Apuramento de Responsabilidade.* A investigação não foi capaz de levar à identificação e punição dos responsáveis.

Nota: O Protocolo de Istambul refere-se a investigações de tortura e o Protocolo do Minnesota trata de investigações de mortes. Se o seu caso envolve apenas um ou outro, elimine todas as referências ao outro protocolo ao longo de toda a argumentação relativa às investigações.

Além disso, inclua apenas os requisitos de uma investigação eficaz (entre seis) que foram violados no seu caso.

Investigação não independente e imparcial

225. As investigações de tortura e mortes derivadas têm de ser ambas independentes e imparciais. O Artigo 2(3) do PIDCP impõe uma "obrigação geral de investigar alegações de violações de forma completa e eficaz através de órgãos independentes e imparciais."²⁴⁹ Os Princípios de Istambul mencionam que os investigadores "devem ser independentes dos perpetradores suspeitos e da entidade para que trabalham,"²⁵⁰ e o Comitê de Direitos Humanos e o Comitê contra a Tortura afirmaram que as queixas de tortura contra a polícia não devem ser investigadas pela polícia ou alguém sob a autoridade da polícia.²⁵¹ O Protocolo do Minnesota exige do mesmo modo uma investigação imediata e imparcial.²⁵²
226. A independência exige "que não haja ligação hierárquica ou institucional mas também que os investigadores sejam independentes na prática."²⁵³ A supervisão independente da investigação não será, muitas vezes, suficiente, especialmente quando a supervisão for

²⁴⁸ Manual das Nações Unidas sobre a Prevenção e Investigação Eficaz de Execuções Extra-Judiciais, Arbitrárias e Sumárias, UN Doc. E/ST/CSDHN.12, 1991 (atualizado em junho de 2016).

²⁴⁹ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 15; *Ernazarov v. Quirguistão*, UNHRC, Pareceres de 7 de maio de 2015, CCPR/C/113/D/2054/2011, para. 9.6.

²⁵⁰ Princípios de Istambul (anexos ao Protocolo de Istambul), Artigo 2.

²⁵¹ UNHRC, Concluding Observations on Hong Kong, UN Doc. CCPR/C/79/Add. 57, 1996, para. 11; UNHRC, Concluding Observations on Kenya, UN Doc. CCPR/C/0/83/KEN, 2005, para. 18; UNHRC, Concluding Observations on Slovenia, UN Doc. CCPR/C/0/84/SVN, 2005, para. 9; UNHRC, Concluding Observations on Zambia, UN Doc. CCPR/C/79/Add. 62, 1996, para. 12; Relator Especial sobre Tortura, Nowak, Relatório sobre Missão ao Cazaquistão, UN Doc. A/HRC/13/39/Add. 3 de fevereiro de 2010, para. 49; UNCAT, Concluding Observations on Hungary, UN Doc. CAT/C/HUN/C0/4, 2007, para. 16(a); *Bairamov v. Cazaquistão*, UNCAT, Decisão de 14 de maio de 2014, CAT/C/52/D/497/2012, para. 8.6.

²⁵² O *Protocolo do Minnesota revisto no Para 27 destaca a exigência de investigações "(i) imediatas; (ii) eficazes e completas; (iii) independentes e imparciais; e (iv) transparentes".

²⁵³ *Bali and Others v. Turquia*, ECtHR, Sentença de 3 de setembro de 2005, para. 135.

passiva ou quando a investigação efetiva for conduzida por agentes da polícia com ligações aos acontecimentos sob investigação.²⁵⁴ Os Princípios de Istambul estabelecem que quando os procedimentos de investigação aplicados não forem adequados devido à falta de competência ou imparcialidade, devido à importância da matéria ou devido à aparente existência de um padrão de abuso, e em casos em que existam queixas de familiares da vítima sobre estas situações inadequadas ou outras razões substanciais, os Governos devem promover investigações através de uma comissão de inquérito independente ou procedimento similar.²⁵⁵

227. Uma investigação imparcial tem de ser orientada no sentido de apurar os factos relativos ao que aconteceu à vítima. Os investigadores não podem "confiar em conclusões apressadas para encerrar a sua investigação ou como base da sua decisão." ²⁵⁶

Investigação incompleta ou inadequada

228. Tanto o Comitê de Direitos Humanos como o Comitê contra a Tortura defenderam de forma coerente que os Estados têm um dever de investigar casos de tortura e mortes sob custódia de forma completa.²⁵⁷ Para cumprir esta obrigação, as autoridades do Estado têm de investigar alegados maus-tratos de detidos o mais diligente e aprofundadamente possível,²⁵⁸ um princípio que se aplica também à morte de um detido sob custódia. Isto significa que as autoridades terão de desenvolver uma tentativa séria de investigar amplamente e determina os factos materiais.²⁵⁹ Além disso, as investigações "não devem assentar em conclusões apressadas ou infundadas para encerrar a sua investigação ou como base para as suas decisões,"²⁶⁰ e deve tomar todas as medidas razoáveis para proteger as provas relativas ao incidente.²⁶¹
229. O Protocolo de Istambul reitera que a "profundidade" é um dos "princípios fundamentais de qualquer investigação eficaz" às alegações de tortura.²⁶² De acordo com o Protocolo, essas investigações devem:

pele menos procurar obter declarações das vítimas de alegada tortura; recuperar e conservar provas, incluindo perícias médicas, relativas à alegada tortura para identificar possíveis testemunhas e obter declarações das mesmas respeitantes à alegada tortura; e determinar como, quando e onde os alegados incidentes de tortura ocorreram, assim como qualquer padrão ou prática que possa ter obtido sobre a tortura.²⁶³

²⁵⁴ Kelly and Others v. Reino Unido, ECtHR, Decisão de 4 de maio de 2001, para. 95, 114; Mikheyev v. Rússia, ECtHR, Sentença de 26 de janeiro de 2006, para. 110 (citando Gulev v. Turquia, ECtHR, Sentença de 27 de julho de 1998, para. 80-82); Evloev v. Cazaquistão, Decisões de 5 de novembro de 2013, CAT/C/51/D/441/2010, at para. 9.4. *A contrario* N Z v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 28 de novembro de 2014, CAT/C/53/D/495/2012, para 13.5, onde a supervisão próxima do Ministério Público, que em diversas ocasiões revogou as decisões dos investigadores de encerrar a investigação e devolveu o processo para investigação adicional, cumpriu os requisitos de imparcialidade.

²⁵⁵ Princípios de Istambul, para. 5; Eshonov v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 22 de julho de 2010, CCPR/C/99/D/1225/2003, para. 9.6; ver também Emazarov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 25 de março de 2015, CCPR/C/113/D/2054/2011, para. 9.6.

²⁵⁶ Corsacov v. Moldova, ECtHR, Sentença de 4 de abril de 2006, para. 69.

²⁵⁷ Vicente et al. v. Colômbia, UNHRC, Pareceres de 19 de agosto de 1997, CCPR/C/60/D/6121/1995, para. 8.8; Arhuacos v. Colômbia, UNHRC, Pareceres de 19 de agosto de 1997, CCPR/C/60/D/6121/1995, para. 8.8; Bautista v. Colômbia, UNHRC, Pareceres de 13 de novembro de 1995, CCPR/C/55/D/563/1993, para. 8.6; Ristic v. Jugoslávia, UNCAT, Decisão de 11 de maio de 2001, CAT/C/26/D/1131/1998, para. 9.6; Bairamov v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 14 de maio de 2014, CAT/C/52/D/497/2012, para. 8.5.

²⁵⁸ Stephens v. Jamaica, UNHRC, Pareceres de 18 de outubro de 1995, CCPR/C/55/D/373/1989, para. 9.2; Reynolds v. Jamaica, UNHRC, Pareceres de 3 de abril de 1997, CCPR/C/59/D/587/1994, para. 12

²⁵⁹ Ristic v. Jugoslávia, UNCAT, Decisão de 11 de maio de 2001, CAT/C/26/D/113/1998, para.9.6. (uma investigação correta teria incluído diligências mais completas como uma exumação e nova autópsia).

²⁶⁰ Corsacov v. Moldova, ECtHR, Sentença de 4 de abril de 2006, para. 69 (citando Assenov e Outros v. Bulgária, ECtHR, Sentença de 28 de outubro de 1989, para. 103).

²⁶¹ Ibid. (citando Tannkulu v. Turquia [GC], ECtHR, Grand Chamber Sentença de 8 de julho de 1999, para. 104ff; Gill v. Turquia, ECtHR, Sentença de 14 de dezembro de 2000, para. 89).

²⁶² Protocolo de Istambul, para. 74.

²⁶³ Ibid, para. 77.

O Comitê das NU contra a Tortura sublinhou que "uma investigação deverá incluir, por norma, um exame forense físico e psicológico independente nos termos previstos no Protocolo de Istambul."²⁶⁴ O Protocolo estabelece em pormenor como o exame médico deverá ser realizado e registado,²⁶⁵ e as provas que devem ser recolhidas da vítima.²⁶⁶

230. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos identificou um conjunto de diligências que as autoridades devem desenvolver na sua investigação,²⁶⁷ incluindo: tomar a iniciativa de investigar todas as circunstâncias do abuso; adotar medidas razoáveis disponíveis para "proteger as provas relativas ao incidente, incluindo, entre outros, depoimentos de testemunha [e] perícias forenses"²⁶⁸; e realizar um exame médico que verifique integralmente as lesões corporais de uma vítima e dê origem a "um registo completo e rigoroso de eventuais sinais de tratamento de doenças ou lesões e uma análise objetiva das conclusões clínicas."²⁶⁹

Nota: Neste último parágrafo, inclua apenas quaisquer diligências específicas que as autoridades possam ter realizado mas que faltavam na investigação do seu caso. Se nenhuma destas diligências se aplicar ao seu caso, não faça uso deste parágrafo.

Investigação não imediata e diligente

231. Qualquer investigação tem de ser iniciada de imediato e depois conduzida de forma expedita. O Comitê de Direitos Humanos declarou que as "queixas [de maus-tratos] devem ser investigadas de forma imediata e imparcial pelas autoridades competentes para que o recurso seja eficaz."²⁷⁰ Em particular, em relação a maus-tratos a detidos, o Comitê reiterou que "o Estado parte tem a obrigação de investigar, tão diligente e profundamente quanto possível, incidentes de alegados maus-tratos de reclusos."²⁷¹
232. O Comitê contra a Tortura reiterou a exigência de que as investigações sejam conduzidas de imediato e confirmou que tal se refere à abertura da investigação e à condução expedita da mesma. O Comitê considerou um atraso inaceitável o facto de um inquérito não tiver sido iniciado até três semanas após as alegações de tortura, e a investigação ter levado dez meses.²⁷² O Comitê contra a Tortura também sublinhou que "o período longo para o exame preliminar de queixas de tortura, que pode durar até dois meses, pode impedir a obtenção atempada de documentação de prova."²⁷³ Assim, num processo contra o Cazaquistão, considerou-se existir uma violação quando um queixoso comunicou os atos de tortura alguns dias após os acontecimentos, mas um inquérito preliminar só se iniciou passado um

²⁶⁴ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14 por Estados Partes, 2012, para. 25.

²⁶⁵ Protocolo de Istambul, para. 104-5, 161-233 (sintomas físicos), 234-314 (sintomas psicológicos).

²⁶⁶ Ibid, para. 99, 120-60.

²⁶⁷ *Giil v. Turquia*, ECtHR, Sentença de 14 dezembro de 2000, para. 89-90; *Salman v. Turquia*, ECtHR, Sentença de 27 de junho de 2000, para. 104-109.

²⁶⁸ *Edwards v. Reino Unido*, ECtHR, Sentença de 14 de março de 2002, para. 71.

²⁶⁹ *Giil v. Turquia*, ECtHR, Sentença de 14 de dezembro de 2000, para. 89; *Edwards v. Reino Unido*, ECtHR, Sentença de 14 de março de 2002, para. 71.

²⁷⁰ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 14; *Emazarov v. Quiuzistão*, UNHRC, Pareceres de 7 de maio de 2015, CCPR/C/113/D/2054/2011, para. 9.6; *Yuzepchuk v. Bielorrússia*, UNHRC, Pareceres de 17 de novembro de 2014, CCPR/C/112/D/1906/2009, para. 8.2.

²⁷¹ *Stephens v. Jamaica*, UNHRC, Pareceres de 18 de outubro de 1995, CCPR/C/55/D/373/1989, para. 9.2; *Abdullayev v. Turquemenistão*, UNHRC, Pareceres de 25 de março de 2015, CCPR/C/113/D/2218/2012, para. 7.2

²⁷² *Abad v. Espanha*, UNCAT, Pareceres de 14 de maio de 1998, CAT/C/20/D/59/1996, para. 8.7.

²⁷³ UNCAT, Concluding Observations on Kazakhstan, UN Doc. CAT/C/KAZ/C0/2, 2008, para. 24, *Bairamov v. Cazaquistão*, UNCAT, Decisão de 14 de maio de 2014, CAT/C/52/D/497/2012, para. 8.7; *Evloev v. Cazaquistão*, Decisões de 5 de novembro de 2013, CAT/C/51/D/441/2010, at para. 9.5.

mês e deu origem a uma recusa de abertura de uma investigação criminal.²⁷⁴

233. É necessária uma investigação célere para recuperar e preservar provas, incluindo provas médicas e depoimentos de testemunhas (enquanto as memórias estão frescas), relativas à alegada tortura para apoiar qualquer potencial acusação desse responsável.²⁷⁵ Ao examinar se a falta de celeridade viola a obrigação do estado de investigar com eficácia, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos considerou o tempo que levou a iniciar a investigação,²⁷⁶ os atrasos a obter depoimentos,²⁷⁷ e o tempo ocupado pelos investigadores iniciais.²⁷⁸

Investigação não consegue identificar e punir os responsáveis

234. O Comitê de Direitos Humanos explicou que "tal como a falta de investigação, a falta de apresentação à justiça dos perpetradores dessas violações pode, por si mesma, dar origem a uma violação autónoma do Pacto," e que esta obrigação se aplica em particular a violações dos Artigos 6 e 7.²⁷⁹ O Comitê contra a Tortura confirmou que as investigações deveriam procurar apurar os factos e identificar os perpetradores.²⁸⁰ O tribunal regional também teceu considerações sobre este princípio. O TEDH sustentou que uma investigação de tortura deverá conseguir identificar e punir os responsáveis, e que "não deverá ser impedida injustificadamente pelos atos ou omissões das autoridades."²⁸¹ A Comissão Interamericana sobre Direitos Humanos entendeu que o dever do Estado "exige a punição não só de autores materiais, mas também dos autores morais desses atos."²⁸²

Família impedida de participar na investigação

235. O Comitê de Direitos Humanos considerou que uma investigação para ser "eficaz" tem de contar com o envolvimento da vítima ou de familiares da vítima, e pelo menos devem ser informados do desfecho da investigação,²⁸³ e que quando uma pessoa tenha morrido sob custódia "os familiares do falecido e os seus representantes legais possam ter acesso a todas as informações relevantes para a investigação, devendo estar habilitados a apresentar outras provas."²⁸⁴ O Comitê contra a Tortura também considerou que o Estado violou as suas obrigações de investigar eficazmente quando "o Ministério Público nunca informou o queixoso sobre se tinha sido ou estava a ser conduzida uma investigação depois de ter sido apresentada a queixa-crime."²⁸⁵
236. Os Protocolos de Istambul e do Minnesota preveem que a vítima, a família da vítima e o representante legal da vítima têm o direito de serem envolvidos nas investigações e "devem ser informados de, ou ter acesso a, qualquer inquirição, assim como a todas as informações

²⁷⁴ Gerasimov v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 24 de maio de 2012, CAT/C/48/D/433/2010, para 12.3.

²⁷⁵ Assenov e outros v. Bulgária, ECtHR, Sentença de 28 de outubro de 1998; Evloev v. Cazaquistão, UNCAT, Decisões de 5 de novembro de 2013, CAT/C/51/D/44112010, para. 9.5; Hero v. BiH, UNHRC, Pareceres de 28 de Outubro de 2014, CCPR/C/112/D/1966/2010, para 9.6.

²⁷⁶ Cicek v. Turquia, ECtHR, Sentença de 27 de fevereiro de 2001, para. 149; Tekin v. Turquia, ECtHR, Sentença de 9 de junho de 1998, para. 67.

²⁷⁷ Assenov e Outros v. Bulgária, ECtHR, Sentença de 28 de outubro de 1998, para. 103.

²⁷⁸ Labita v. Itália, ECtHR, Sentença de 6 de abril de 2000, para. 133-36.

²⁷⁹ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 18 UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 15.

²⁸⁰ Abad v. Espanha, UNCAT, Decisão de maio de 1998, CAT/C/20/D/59/1996, para.8.8; Dzemajl v. Jugoslávia, UNCAT, Decisão de 21 de novembro de 2002, CAT/C/29/D/161/2000, para. 9.4.

²⁸¹ Aksoy v. Turquia, ECtHR, Sentença de 18 de dezembro de 1996, para. 95.

²⁸² Corumbiara Massacre v. Brasil, IACommHR, Relatório N.º 32/04 de 11 de março de 2004, para. 256

²⁸³ El Hassy v. Jamahiriya Árabe da Líbia, UNHRC, Pareceres de 24 de outubro de 2007, CCPR/C/91/D/1422/2005, para. 8; Ernazarov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 7 de maio de 2015, CCPR/C/113/D/2054/2011, para.9.6.

²⁸⁴ Ernazarov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres 7 de maio de 2015, CCPR/C/113/D/2054/2011, para. 9.6.

²⁸⁵ Dimitrijevic v. Sérvia e Montenegro, UNCAT, Decisões de 19 de novembro de 2004, CAT/C/33/D/207/2002, para. 5.4; Dzemajl et al. v. Jugoslávia, UNCAT, Decisão de 21 de novembro de 2002, CAT/C/29/D/161/2000, para. 9.5.

relevantes para a investigação, devendo estar habilitados a apresentar outras provas.²⁸⁶ Além disso, "os familiares têm direitos específicos em relação a restos humanos," e "na medida do possível, os familiares devem ser consultados antes de uma autópsia"²⁸⁷ A família do falecido tem "o direito de insistir que um médico ou outro representante qualificado esteja presente na autópsia."²⁸⁸ O TEDH sustentou que o envolvimento da família "necessário" inclui o acesso a materiais da investigação, conhecimento da evolução da investigação para lhes permitir participar (por exemplo na instrução de peritos), e conhecimento do desfecho da investigação.²⁸⁹

Inexistência de escrutínio público da investigação

237. Para que uma investigação seja "eficaz," o direito internacional exige que a investigação seja conduzida em público e que os seus resultados sejam publicados. Os Princípios de Istambul exigem que "os métodos usados para realizar essas investigações cumpram os mais elevados padrões profissionais e as conclusões sejam tornadas públicas."²⁹⁰ O Comitê contra a Tortura exige que "cada alegação de tortura [seja] investigada com profundidade e os resultados tornados públicos."²⁹¹ O Comitê também recomendou a criação de registos públicos centralizados de queixas de tortura e dos resultados de investigações para garantir a abertura e imparcialidade.²⁹² O TEDH reconheceu uma exigência similar quanto ao envolvimento público inerente em investigações eficazes, exigindo também que as autoridades publiquem as conclusões²⁹³ e concedam à família acesso aos materiais da investigação tal como ao respetivo resultado.²⁹⁴
238. Para implementar a exigência de investigações transparentes e públicas, o Protocolo de Istambul recomenda que "quando os procedimentos de investigação forem inadequados devido à falta de recursos ou experiência, a aparência de tendências, a existência aparente de um padrão de abuso ou outras razões substanciais, os estados devem prosseguir as investigações através de uma comissão de inquérito independente ou procedimento similar."²⁹⁵ O Protocolo do Minnesota revisto reconhece que "em circunstâncias específicas, um Estado pode estabelecer um mecanismo especial como uma comissão de inquérito ou um mecanismo de justiça transitório. Pode ser apropriado um mecanismo de investigação internacional com experiência e capacidade para conduzir uma investigação independente e objetiva. Os requisitos de imediatismo, eficácia e profundidade, independência e imparcialidade, e transparência aplicam-se igualmente a investigações desenvolvidas por estes mecanismos."²⁹⁶

239. Deverá ser feita "uma ampla divulgação da criação de uma comissão e do objeto do

²⁸⁶ Princípios de Istambul, Artigo 4.º; Protocolo do Minnesota Revisto, Artigo 3, para. 41

²⁸⁷ Protocolo do Minnesota Revisto, para. 43

²⁸⁸ Ibid, para. 43, 74. O parágrafo 74 estabelece, "Sempre que seja viável, deverá ser nomeado um Oficial de Ligação com a Família específico, com formação e experiência adequadas, para fornecer à família do falecido informações e apoio, assim como para recolher informações, como dados ante-mortem, necessários para a identificação de uma pessoa falecida. O Oficial de Ligação com a Família deverá reunir-se com a família na primeira oportunidade e fornecer atualizações regulares sobre a investigação, o seu progresso e resultados, e resolver preocupações que a família possa vir a ter à medida que a investigação avança. Uma relação positiva com a família de qualquer pessoa desaparecida ou falecida pode produzir informações úteis e resultados para qualquer investigação."

²⁸⁹ Trubnikov v. Rússia, ECtHR, Sentença de 5 de julho de 2005, para. 93; Kucheruk v. Ucrânia, ECtHR, Sentença de 6 de setembro de 2007, para. 158; Ogur v. Turquia, ECtHR, Sentença de 20 de maio de 1999, para. 92

²⁹⁰ Princípios de Istambul, Artigo 5.

²⁹¹ UNCAT, Resumo da 245.ª Assembleia, UN Doc. CAT/C/SR.245, 11 de junho de 1996, para. 37; Nowak and McArthur, *The United Nations Convention against Torture: A Commentary*, 437.

²⁹² UNCAT, *Concluding Observations on Bolivia*, UN Doc. A/56/44, 2001, para. 97(e).

²⁹³ McKerr v. Reino Unido, ECtHR, Sentença de 4 de maio de 2001, para. 14 1.

²⁹⁴ Chitayev e Chitayev v. Rússia, TEDH, Sentença de 18 de janeiro de 2007, para. 165-66; Finucane v. Reino Unido, TEDH, Sentença de 1 de julho de 2003, para. 71, 82-83.

²⁹⁵ Protocolo de Istambul, para 75.

²⁹⁶ Protocolo do Minnesota, para 46.

inquérito" de modo a que as testemunhas se apresentem, e as inquirições da investigação "devem ser conduzidas em público, a menos que sejam necessárias sessões à porta fechada para proteger a segurança de uma testemunha."²⁹⁷ Os Princípios de Istambul exigem que o inquérito dê lugar a um relatório escrito, num prazo razoável, que inclua "o âmbito do inquérito, procedimentos e métodos usados para avaliar as provas, assim como as conclusões e recomendações baseadas em apuramentos de factos e no direito aplicável. Após a sua conclusão, o relatório deve ser tornado público."²⁹⁸

Falha na realização de exames médicos apropriados (tortura)

240. O Comitê de Direitos Humanos recomendou que os Estados partes criem organismos clínicos independentes para examina alegações de tortura.²⁹⁹ O Comitê contra a Tortura, de modo similar, incitou os Estados partes a promover automaticamente exames médicos na sequência de quaisquer alegações de tortura ou maus-tratos no âmbito do seu dever de investigar, previsto no Artigo 12.º.³⁰⁰ Ambas as Comissões têm pedido aos Estados que sigam as diretrizes estabelecidas no Protocolo de Istambul para investigações médicas de alegada tortura.³⁰¹
241. O Protocolo de Istambul especifica que um investigador deverá sempre promover uma perícia médica apropriada, independentemente do tempo já decorrido desde a alegada tortura.³⁰² Esta perícia médica deverá incluir uma avaliação das lesões, incluindo uma avaliação psicológica; avaliação da necessidade de tratamento clínico ou psicológico; e medidas de seguimento.³⁰³ Toda a investigação médica deverá ser devidamente documentada com fotografias a cores e os investigadores deverão garantir que a cadeia de responsabilidade das provas é considerada de forma permanente.³⁰⁴ Enquanto detidos, o seu advogado e familiares têm o direito de pedir um exame médico,³⁰⁵ ao passo que a polícia não pode pedir uma investigação médica, salvo se apresentarem um pedido escrito oficial do Ministério Público ou outra entidade competente.³⁰⁶ Os resultados dessas investigações clínicas têm de ser comunicados ao Ministério Público em vez da polícia.³⁰⁷

Falta de realização de autópsia apropriada

242. Tanto o Comitê de Direitos Humanos como o Comitê contra a Tortura exigem uma autópsia apropriada para qualquer morte sob custódia, em particular quando essa morte possa ter resultado de tortura. Quando a autópsia inicial é considerada inadequada, as Comissões têm solicitado que o Estado exume o corpo e realize uma autópsia apropriada.³⁰⁸ O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos exige igualmente uma "autópsia que forneça um registo completo e rigoroso da lesão e uma análise objetiva de resultados

²⁹⁷ Protocolo de Istambul, para. 113, 114.

²⁹⁸ Princípios de Istambul, Artigo 5(b).

²⁹⁹ Concluding Observations of the Human Rights Committee, Hungria, UN Doc. CCPR/C/HUN/C0/5, 2010, para. 14; UNHRC, Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 40 of the Covenant, Federação Russa, UN Doc. CCPR/C/RUS/2002/5, 2002, para. 51; Saimijon e Bazarov v. Uzbequistão, UNHR.C. Pareceres de 8 de agosto de 2006, CCPR/C/87/D/959/2000, para. 8.3

³⁰⁰ UNCAT, Relatório Anual de 1998-1999, A.G. 64.ª Sessão, A/54/44, Concluding Observations on Tunisia, UN Doc. A/54/44(SUPP) 1999, para. 103; Thabti v. Tunísia, UNCAT, Decisão de 20 de novembro de 2003, CAT/C/31/D/187/2001, para. 10.7; Aarrass v. Marrocos, UNCAT, Decisão de 19 de maio de 2014, CAT/C/52/D/477/2011, para. 10.4, Bairamov v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 14 de maio de 2014, CAT/C/52/D/497/2012, para. 8.7.

³⁰¹ UNCAT, Relatório Anual de 2008-2009, UN Doc. A/64/44; UNHRC, Concluding Observations of Hungary, UN Doc. CCPR/CIHUN/C0/5, para. 14; Aarrass v. Marrocos, UNCAT, Decisão de 19 de maio de 2014, CAT/C/52/D/477/2011, para. 10.4

³⁰² Protocolo de Istambul, para. 103.

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ Ibid, para. 103, 105; Aarrass v. Marrocos, UNCAT, Decisão de 19 de maio de 2014, CAT/C/52/D/477/2011, para. 10.5.

³⁰⁵ Protocolo de Istambul, para. 122.

³⁰⁶ Ibid.

³⁰⁷ Ibid.

³⁰⁸ Eshonov v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 22 de julho de 2010, CCPR/C/9/D/1225/2003, para. 9.6, 9.7; Ristic v. Jugolávia, UNCAT, Decisão de 11 de maio de 2001, CAT/C/26/D/113/1998, para. 9.4(b), 9.6.

clínicos, incluindo a causa da morte" e que pode levar ao apuramento da "causa da morte ou da pessoa responsável."³⁰⁹

243. Uma autópsia eficaz tem de "descrever todas e quaisquer lesões sofridas pelo falecido, incluindo qualquer evidência de tortura."³¹⁰ A autópsia tem de ser conduzida de acordo com "os princípios da ciência forense e médica" devendo ser realizada por um "especialista em medicina forense."³¹¹ A autópsia também tem de ser realizada de forma imparcial: o estado não deverá declarar a causa da morte até esta ter sido determinada pela autópsia; e se a família pretender uma revisão dos resultados, deverá a mesma ser realizada por uma instituição autónoma ou ser observada por peritos independentes.³¹²

F. Obrigação de Proporcionar Reparações

Nota: Esta secção destina-se a apoiá-lo na identificação das violações e na formulação de pedidos específicos ao Comitê relativos aos recursos pedidos pela vítima.

Obrigação de proporcionar reparações

244. O direito internacional exige o acesso a recursos legais por tortura e mortes sob custódia. O Comitê contra a Tortura considera que um conceito de reparação abrangente integra a restituição,³¹³ compensação, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição.³¹⁴ Qualquer pessoa que, individual ou coletivamente, sofreu danos, incluindo danos físicos ou mentais, sofrimento emocional, perda económica ou atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou omissões que constituem violações da Convenção, é considerada vítima e tem direito a reparações. Uma pessoa deverá ser considerada vítima independentemente de o perpetrador da violação ser identificado, capturado, acusado ou condenado, e independentemente de qualquer ligação familiar ou outra relação entre o perpetrador e a vítima.³¹⁵ A reparação tem de ser adequada, eficaz e abrangente, e as especificidades e circunstâncias de cada caso têm de ser tidas em consideração; a reparação deve ser adaptada às necessidades particulares da vítima e ser proporcional à gravidade das violações praticadas.³¹⁶ A compensação monetária, por si só, não constitui um recurso adequado.³¹⁷ Atendendo à natureza contínua dos efeitos da tortura, não serão aplicáveis regimes de limitações, pois estes privam as vítimas da reparação, compensação e reabilitação.³¹⁸

³⁰⁹ Ognyanova e Choban v. Bulgária, ECtHR, Sentença de 23 de fevereiro de 2006, para. 105 (citando Anguelova v. Bulgária, ECtHR, sentença de 13 de junho de 2002, para. 136-39).

³¹⁰ Eshonov v. Uzbequistão, UNHRC, Pareceres de 22 de julho de 2010, CCPR/C/9/D/1225/2003, para. 2,3, 9,6, 9,7.

³¹¹ Ristic v. Jugoslávia, UNCAT, Decisão de 11 de maio de 2001, CAT/C/26/D/113/1998, para. 2.5.

³¹² Nikolic v. Sérvia e Montenegro, UNCAT, Decisão de 24 de novembro de 2005, CAT/C/35/D/t74/2000, para. 6.5; M'Barek v. Tunísia, UNCAT, Decisão de 10 de novembro de 1999, CAT/C/23/D/60/1996, para. 9.7, 11.9.

³¹³ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14 por Estados Partes, 2012, para. 8 (define restituição como uma forma de reparação para repôr a vítima na situação em que se encontrava antes da violação da Convenção ter ocorrido); Niyonzima v. Burundi, UNCAT, Decisão de 21 de novembro de 2014, CAT/C/53/D/514/2012, para. 8.6.

³¹⁴ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14.º pelos Estados Partes, 2012, para. 2; Evloev v. Cazaquistão, Decisões de 5 de novembro de 2013, CAT/C/51/D/441/2010, para. 9.7; Salem v. Tunísia, UNCAT, 7 de novembro de 2007, CAT/C/39/D/269/2005 para 16.8.

³¹⁵ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14.º pelos Estados Partes, 2012, para. 3

³¹⁶ Ibid, para. 6; Evloev v. Cazaquistão, Decisões de 5 de novembro de 2013, CAT/C/51/D/441/2010, para. 9.7.

³¹⁷ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14.º pelos Estados Partes, 2012, para. 9; Kedar Chau/again v. Nepal, UNHRC, Pareceres de 8 de janeiro de 2015, CCPR/C/112/D/2018/2010, para. 11.6.

³¹⁸ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14.º pelos Estados Partes, 2012, para. 40; Niyonzima v. Burundi, UNCAT, Decisão de 21 de novembro de 2014, CAT/C/53/D/514/2012, para. 8.6.

Falta de disponibilização de compensação (tortura e morte sob custódia)

245. O Comitê de Direitos Humanos interpretou o Artigo 2(3) da PIDCP no sentido de impor aos Estados uma obrigação de utilizar os seus recursos não apenas para investigar e punir os violadores, mas também para compensar vítimas de violações de direitos humanos.³¹⁹ O Comitê declarou que os "estados não podem privar as pessoas do direito a um recurso eficaz, incluindo a compensação."³²⁰ O facto de uma família aceitar um pequeno pagamento, por exemplo para apoiar nas despesas de funeral, não afeta os seus direitos a ser apurada a verdade sobre como a vítima

³¹⁹ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 16

³²⁰ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 15.

morreu para responsabilizar os perpetradores.³²¹ Compensações inadequadas que não refletem a seriedade da violação não dão cumprimento à obrigação de disponibilizar compensação.³²² Além disso, a compensação não pode depender de uma condenação penal do perpetrador: sujeitar as ações cíveis para compensação a um prazo após a conclusão do processo penal viola o direito à compensação e reparação nos termos do Artigo 14.º do PIDCP.³²³

246. O Comitê contra a Tortura destaca o direito das vítimas a uma compensação imediata, justa e adequada que seja suficiente para compensar qualquer dano economicamente avaliável resultante de tortura ou maus tratos. Pode incluir-se aqui: reembolso de despesas médicas pagas e disponibilização de fundos para cobrir futuros serviços médicos ou de reabilitação; danos pecuniários e não pecuniários resultantes de danos físicos e mentais provocados; perda de ganhos e potenciais ganhos devido a incapacidades provocadas pela tortura ou maus tratos; e perda de oportunidades como emprego ou formação. Além disso, deverá ser prestada compensação adequada para assistência legal ou especializada, e outros custos associados à apresentação de um pedido de compensação.³²⁴

Falta de disponibilização de reabilitação (tortura)

247. O Comitê contra a Tortura e o Comitê de Direitos Humanos sublinhou que os Estados devem promover a integral reabilitação das vítimas de tortura.³²⁵ A reabilitação completa deverá ser transversal e incluir cuidados médicos e psicológicos, assim como serviços jurídicos e sociais. O termo "reabilitação" refere-se à reposição da função ou a aquisição de novas competências exigidas pela mudança de circunstâncias de uma vítima na sequência de tortura ou maus tratos.³²⁶ Cada Estado deverá adotar uma abordagem integrada de longo prazo para garantir que as vítimas de tortura ou maus tratos têm acesso rápido a serviços especializados apropriados. Deverá incluir-se aqui um procedimento para a aferição e avaliação de uma terapêutica individual e outras necessidades, tendo por base, entre outros, o Manual sobre Investigação Eficaz e Documentação de Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes (o "Protocolo de Istambul"). Também poderá incluir uma vasta gama de medidas interdisciplinares, como serviços de reabilitação médica, física e psicológica; serviços sociais e de reintegração; assistência e serviços comunitários e orientados para a família; e formação e educação vocacional.³²⁷

Falta de disponibilização de satisfação (tortura ou morte sob custódia)

248. O Comitê de Direitos Humanos afirmou que a reparação exige também outras medidas de satisfação, que podem incluir pedidos de desculpa públicos, memoriais públicos, garantias de não repetição e alterações legislativas.³²⁸

O Comitê contra a Tortura identificou uma ampla gama de medidas de satisfação que

³²¹ Moidunov v. Quirguistão, UNHRC, Pareceres de 19 de julho de 2011, CCPR/C/102/D/1756/2008, para 8.S; Chau/again v. Nepal, UNHR.C, Pareceres de 28 de outubro de 2014, CCPR/C/112/D/2018/2010, para. 11.6.

³²² A.S. v. Nepal, UNHRC, Pareceres de 6 de novembro de 2015, CCPR/C/115/0/2077/2011, para. 8.6.

³²³ Evloev v. Cazaquistão, Decisão de 5 de novembro de 2013, CAT/C/51/D/441/2010, at para. 9.7, Bairamov v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 14 de maio de 2014, CAT/C/52/D/497/2012, para. 8.9.

³²⁴ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14.º pelos Estados Partes, 2012, para 10

³²⁵ UNHRC, Comentário Geral 20, Artigo 7.º, Relativo à Proibição de Tortura e Tratamento ou Penas Cruéis, 1992, para. 15 UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14 por Estados Partes, 2012

³²⁶ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14 por Estados Partes, 2012, para. 11.

³²⁷ Ibid, para. 10.

³²⁸ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 16.

podem ser apropriadas, incluindo medidas eficazes destinadas a fazer cessar violações contínuas; verificação dos factos e divulgação pública e completa da verdade³²⁹; a procura do paradeiro do desaparecido, dos corpos dos assassinados, e a assistência na recuperação, identificação e enterro de corpos de vítimas; uma declaração oficial ou decisão judicial que reponha a dignidade, reputação e direitos da vítima e de pessoas com ligações próximas à vítima; sanções judiciais e administrativas contra pessoas responsáveis pelas violações; reconhecimento dos factos e aceitação de responsabilidades, e cerimoniais e tributos às vítimas.³³⁰

Garantias de não repetição

249. O direito a reparações engloba garantias de não repetição.³³¹ O Comitê contra a Tortura identificou uma gama de medidas capazes de contribuir para garantias de não repetição, incluindo fiscalização civil de forças militares e de segurança; garantir que todos os processos judiciais respeitam normas internacionais de um processo adequado, justiça e imparcialidade; reforçar a independência do poder judiciário; proteger defensores de direitos humanos e profissionais da justiça, saúde e outros profissionais que apoiam vítimas de tortura; instituir sistemas de monitorização regular e independente de todos os locais de detenção; formação em direitos humanos para polícias, militares e forças de segurança que incluem que inclui as necessidades de populações vulneráveis; formação específica no Manual sobre *Investigação Eficaz e Documentação de Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes* (o "Protocolo de Istambul") para profissionais de saúde e de justiça e agentes policiais; promover a observação de normas internacionais e códigos de conduta para funcionários públicos, incluindo pessoal policial, correcional, médico, psicológico, de serviço social e militar; rever e reformar leis que contribuem para ou admitem a tortura e os maus tratos; garantir a disponibilidade de serviços temporários, para indivíduos ou grupos de indivíduos, como abrigos para vítimas de tortura ou maus tratos relacionados com o género ou outros.³³²

³²⁹ Na medida em que essa divulgação não provoque mais danos ou ameace a segurança e interesses da vítima, de familiares da vítima, testemunhas ou pessoas que intervieram para apoiar a vítima ou prevenir a ocorrência de outras violações.

³³⁰ UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14 por Estados partes, 2012, para. 16.

³³¹ UNHRC, Comentário Geral 31, A Natureza da Obrigação Legal Geral Imposta sobre Estados Partes da Convenção, 2004, para. 16.

³³² UNCAT, Comentário Geral 3, Implementação do Artigo 14 por Estados Partes, 2012, para. 18; Bairamov v. Cazaquistão, UNCAT, Decisão de 14 de maio de 2014, CAT/C/52/D/497/2012, para. 8.9.

PARTE VI: GUIA DE INVESTIGAÇÃO

250. As comunicações individuais ao Comitê de Direitos Humanos e ao Comitê contra a Tortura incorporam informações relativas a normas relevantes de direitos humanos de diversas fontes, incluindo tratados de direitos humanos, jurisprudência, documentos das Nações Unidas e material secundário. Este guia de investigação fornece uma breve visão geral do principal material, fontes secundárias e ferramentas adicionais para investigações de direitos humanos disponíveis em texto e *online*. O guia destina-se a servir como uma seleção de recursos-chave para ajudar na investigação de casos de tortura, morte sob custódia e violações de direitos humanos associadas.

Órgãos dos Tratados das Nações Unidas

251. Abaixo poderá encontrar um panorama dos tratados de direitos humanos das Nações Unidas e dos sistemas regionais de direitos humanos. Estes tratados definem normas fundamentais em relação ao direito à vida e à proibição da tortura e de outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
252. *Tratados de direitos humanos das Nações Unidas e órgãos correspondentes.* O Comitê de Direitos Humanos e o Comitê contra a Tortura fiscalizam a implementação da Convenção contra a Tortura e do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, respectivamente; os outros tratados fundamentais de direitos humanos da ONU têm órgãos análogos. Estes Órgãos dos Tratados desempenham várias funções, inclusive a apreciação dos relatórios periódicos dos Estados Partes, a apreciação de queixas individuais, a condução de investigações nacionais, a adoção de [comentários gerais](#) que interpretam as disposições dos tratados e a organização de discussões temáticas relacionadas com os tratados. As hiperligações abaixo encaminham o leitor para o texto dos tratados discutidos neste guia prático e para os sítios Internet das comissões que os fiscalizam:

Texto do Tratado	Órgão do Tratado
Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos	Comitê dos Direitos Humanos (CDH)
Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes	Comitê contra a Tortura (CCT)

253. *Documentos dos Órgãos dos Tratados das Nações Unidas.* Os Estados Partes nos tratados acima enumerados estão obrigados a apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento das metas descritas em cada tratado. Os grupos da sociedade civil apresentam frequentemente relatórios alternativos. Em resposta, as respetivas comissões emitem observações e comentários oficiais sobre os relatórios dos Estados Partes. Os sítios Internet que se seguem fornecem estas observações finais, comentários gerais, relatórios e outros documentos relacionados com os Órgãos dos Tratados da ONU:

[Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos \(ACNUDH\)](#)

Este sítio Internet oficial permite o acesso a tratados, relatórios dos Estados, relatórios de ONG, comentários e outros documentos importantes. Para localizar

um tratado específico, selecione "Human Rights Bodies" (Órgãos de Direitos Humanos) no menu superior e pesquise na lista. Se pesquisar por "Countries – Human Rights in the World" (Países – Direitos Humanos no Mundo), poderá encontrar todos os relatórios mais recentes sobre um país específico.

O sítio Internet do ACNUDH também contém hiperligações diretas para os comentários gerais que cada Órgão dos Tratados emitiu, incluindo o [Comitê de Direitos Humanos](#) e o [Comitê contra a Tortura](#).

- [Índice Universal de Direitos Humanos dos Documentos das Nações Unidas](#)

Este índice permite um acesso fácil a informação sobre direitos humanos, específica de cada país, inserida por mecanismos internacionais de direitos humanos no sistema da ONU. O índice compila conclusões e recomendações de especialistas independentes da ONU para países específicos e é pesquisável por Estado Parte, direitos afetados, símbolo do documento e palavra-chave.

- [Sistema de Documentos das Nações Unidas](#)

Este sítio Internet disponibiliza versões em PDF de documentos da ONU, incluindo materiais dos Órgãos dos Tratados. É principalmente útil quando o leitor já tem o número de um documento da ONU em sua posse (por exemplo, CERD/C/225/Add.1) e precisa do texto completo do documento.

- [Bayefsky.com](#)

Para documentos mais antigos (no máximo até 2012), este sítio Internet disponibiliza hiperligações bem organizadas para relatórios, observações finais, ratificações, reservas, declarações, jurisprudência e outros tipos de documentos sobre os principais tratados de direitos humanos da ONU. É pesquisável por tipo de documento, país e assunto.

254. Poderá encontrar decisões prévias sobre comunicações individuais do Comitê de Direitos Humanos, do Comitê contra a Tortura e de outros Órgãos dos Tratados das Nações Unidas *online* na [Pesquisa de Documentos de Jurisprudência](#) do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. É possível pesquisar o material com uma simples pesquisa de palavras-chave, país, região, símbolo de documento da ONU, tratado, número do artigo e tipo de documento. Também pode aceder à jurisprudência de cada Comitê nas páginas de cada uma delas no sítio Internet do ACNUDH:

[Tabela de Jurisprudência do Comitê de Direitos Humanos](#)

[Tabela de Jurisprudência do Comitê contra a Tortura](#)

255. Estes sítios Internet também permitem o acesso a decisões dos Órgãos dos Tratados da ONU.

- [Centro de Direitos Cívicos e Políticos](#): Informações sobre o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP), incluindo resumos de decisões recentes e o acompanhamento da sua implementação.
- [Biblioteca de Direitos Humanos da Universidade de Minnesota – Jurisprudência dos Órgãos dos Tratados](#): Permite pesquisas por palavras-chave de decisões dos Órgãos dos Tratados e documentos relacionados.

256. **Livros.** Os textos que se seguem analisam as principais decisões do Comitê contra a Tortura e do Comitê de Direitos Humanos, apresentando também comentários sobre as tendências de jurisprudência das Comissões:

- **Comitê contra a Tortura**

- Manfred Nowak e Elizabeth McArthur, *The United Nations Convention against Torture: A Commentary* (2008)
 - **Comitê dos Direitos Humanos**
 - Manfred Nowak, *UN Covenant on Civil and Political Rights. CCPR Commentary* (2.^a ed.) (2005)
 - Alex Conte e Richard Burchill, *Defining Civil and Political Rights: The Jurisprudence of the United Nations Human Rights Committee* (2.^a ed.) (2009)
 - Möller e de Zayas, *UN-Human Rights Committee, Case Law 1977–2008* (2009)
257. A Organização Mundial contra a Tortura (OMCT) publicou uma [série de manuais](#) especificamente dedicados ao litígio de casos de tortura e outros casos relacionados junto dos sistemas internacionais e regionais de direitos humanos, incluindo os Órgãos dos Tratados da ONU. Foram publicadas versões atualizadas destes manuais em 2014:
- Sarah Joseph, Katie Mitchell, Linda Gyorki e Carin Benninger-Budel, *A Handbook on the Individual Complaints Procedures of the UN Treaty Bodies: Seeking Remedies for Torture Victims* (2.^a ed.) (2014) ([hiperligação para o PDF](#))
258. [Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura](#). A Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (SPT) é um novo tipo de Órgão dos Tratados do sistema de direitos humanos das Nações Unidas. A SPT faz visitas aos Estados Partes, cujo governo tem de permitir que visite quaisquer locais onde o Estado possa privar os indivíduos da sua liberdade. Também tem uma função consultiva, no âmbito da qual dá assistência e aconselhamento aos Estados Partes sobre o estabelecimento e funcionamento dos [Mecanismos Nacionais de Prevenção](#), de acordo com o Protocolo Facultativo à CCT. Os relatórios anuais da SPT, bem como os seus relatórios de visitas a países, podem ser úteis para a formulação de argumentos inovadores, especialmente no que diz respeito às salvaguardas contra a tortura.
259. [Procedimentos especiais da ONU](#). Os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos, incluindo os Relatores Especiais e membros de grupos de trabalho (tais como o [Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária](#) e o [Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados](#)), são especialistas independentes em direitos humanos mandatados para elaborar relatórios e dar aconselhamento em direitos humanos, partindo de uma perspetiva temática ou específica de um dado país. Os procedimentos especiais realizam [visitas aos países](#); tomam medidas em relação a casos individuais e a preocupações de natureza mais ampla e estrutural, enviando [comunicações](#) aos Estados e a outros atores nas quais chamam a sua atenção para as alegações de violações ou abusos; realizam estudos temáticos e convocam [consultas de especialistas](#); contribuem para o desenvolvimento de normas internacionais de direitos humanos; envolvem-se na promoção de causas; sensibilizam o público para dadas questões; e prestam assessoria tendo em vista uma cooperação técnica. Os procedimentos especiais [reportam anualmente](#) ao Conselho de Direitos Humanos. A maioria dos mandatos também [reporta à Assembleia Geral](#).
- [Os relatórios de procedimentos especiais temáticos](#) são um apoio útil em casos de alegações inovadoras, reforçando os argumentos.
 - Os relatórios do [Relator Especial sobre Tortura](#) e outros tratamentos ou penas

cruéis, desumanos ou degradantes e do [Relator Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias](#) podem ser particularmente úteis para a elaboração de argumentos relacionados com a tortura e a morte sob custódia.

Direito regional em matéria de direitos humanos

260. *Tratados dos sistemas regionais de direitos humanos*: Além dos tratados e órgãos de acompanhamento da ONU, a África, a Europa e as Américas têm sistemas regionais de direitos humanos. À semelhança do PIDCP e da CCT, os tratados regionais de direitos humanos protegem o direito à vida e proibem a tortura e o tratamento cruel, desumano ou degradante. As hiperligações abaixo conduzem aos tratados dos principais sistemas regionais de direitos humanos:

- **O sistema africano**: [Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos](#) (Carta de Banjul) e [Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre o Estabelecimento de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos](#)
- **O sistema europeu**: [Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais](#)
- **O sistema interamericano**: [Convenção Americana sobre Direitos Humanos](#) e [Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem](#)

261. *Recursos online*. Vários tribunais regionais de direitos humanos publicam as suas decisões *online* regularmente.³³³ Os sítios Internet abaixo fornecem exemplos de aplicação de jurisprudência, que o leitor poderá citar em submissões ao Comitê dos Direitos Humanos e ao Comitê contra a Tortura. Embora as decisões da ONU sejam a autoridade preferencial para tais submissões, a referência a esta jurisprudência poderá fornecer apoio adicional.

- **União Africana**
 - [A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos](#) e o [Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos](#): Os sítios Internet oficiais da Comissão Africana e do Tribunal Africano publicam as suas decisões mais recentes periodicamente.
 - [Analisador de Jurisprudência Africana dos Direitos Humanos](#): Esta coleção de decisões do Sistema Africano de Direitos Humanos, que é atualizada regularmente, permite que os utilizadores pesquisem por país, resultado, palavras-chave e números de artigos.
- **Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**
 - O [sítio Internet](#) oficial do Tribunal inclui a [base de dados HUDOC](#), uma extensa [base de dados de julgamentos](#), bem como Notas Informativas (resumos de casos), comunicados de imprensa e uma série de outros materiais relacionados com processos.
- **Organização dos Estados Americanos**
 - [Comissão Interamericana de Direitos Humanos](#): Este sítio Internet oficial inclui relatórios anuais da Comissão em texto completo e relatórios discriminados por

³³³ Em contrapartida, as decisões dos tribunais nacionais só estão disponíveis *online* num grau limitado, através de bases de dados como a [Coletânea dos Tribunais Internacionais e Penais da WorldLII](#) e outros parceiros do Índice de Informação Jurídica [aqui](#) enumerados.

- país, bem como outros documentos básicos.
- [Corte Interamericana de Direitos Humanos](#): Este sítio Internet oficial disponibiliza alguma jurisprudência do tribunal (incluindo julgamentos bastante recentes) em espanhol e, por vezes, em inglês.
 - [Base de Dados Interamericana de Direitos Humanos da Universidade Americana](#): Base de dados da Faculdade de Direito de Washington da Universidade Americana. Inclui hiperligações para documentos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos desde a sua primeira sessão em 1960.
 - [Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Universidade de Minnesota](#): Parte da Biblioteca de Direitos Humanos da Universidade de Minnesota. Inclui hiperligações para diversos documentos do Tribunal e da Comissão.
262. Os manuais da Organização Mundial contra a Tortura sobre litígios em casos de tortura e outros casos relacionados também abrangem os sistemas regionais de direitos humanos:
- Frans Viljoen e Chidi Odinkalu, *The Prohibition of Torture and Ill-treatment in the African Human Rights System: A Handbook for Victims and Their Advocates* (2.^a ed.) (2014) ([hiperligação para o PDF](#))
 - Diego Rodríguez-Pinzón e Claudia Martín, *The Prohibition of Torture and Ill-Treatment in the Inter-American Human Rights System: A Handbook for Victims and Their Advocates* (2.^a ed.) (2014) ([hiperligação para o PDF](#))
 - Alexander Morawa et al., *Article 3 of the European Convention on Human Rights: A Practitioner's Handbook* (2.^a ed.) (2014) ([hiperligação para o PDF](#))

Organizações de direitos humanos

263. As ONG e outras organizações internacionais envolvidas em litígios e advocacia de combate à tortura produzem uma série de informações sobre tortura, morte sob custódia e questões relacionadas com os direitos humanos. Esta informação pode ser usada para fornecer contexto para submissões ao Comitê contra a Tortura ou à Comitê dos Direitos Humanos. As hiperligações abaixo possuem alguma desta informação:
- [Amnistia Internacional](#)
 - [Associação para a Prevenção da Tortura](#)
 - [Human Rights Watch](#)
 - [REDRESS](#)
 - [Centro pela Justiça e o Direito Internacional](#)
 - [Open Society Justice Initiative](#)
 - [Organização Mundial Contra a Tortura](#)
 - [Iniciativa contra a Tortura da Faculdade de Direito de Washington da Universidade Americana](#)
 - [Penal Reform International](#)
 - [Track Impunity Always](#)
 - [DIGNITY](#)
 - [FIDH](#)

O sítio Internet da ONU disponibiliza uma [base de dados de ONG](#) abrangente e

pesquisável; outras organizações que trabalham com o tópico da tortura podem ter informações adicionais. A Universidade de Duke também possui uma [base de dados](#) com descrições breves de ONG ligadas aos direitos humanos em todo o mundo.

Relatórios nacionais sobre práticas de direitos humanos

264. As principais ONG desta área e o Departamento de Estado dos EUA publicam relatórios periódicos que constituem uma valiosa fonte de informações sobre tortura, morte sob custódia e questões relacionadas com os direitos humanos, conforme esclarecemos de seguida:
- **Relatórios anuais de ONG:** A Amnistia Internacional, a Human Rights Watch e o Comité Internacional da Cruz Vermelha produzem relatórios anuais sobre as condições dos direitos humanos em países de todo o mundo, que estão disponíveis eletronicamente no sítio Internet de cada organização.
 - **Relatórios nacionais sobre práticas de direitos humanos do Departamento de Estado dos EUA:** Estes relatórios são enviados anualmente pelo Departamento de Estado dos EUA ao Congresso dos EUA. As versões em PDF dos relatórios estão disponíveis [online](#), organizadas por país e ano.

ANEXO: ESTRUTURAS E EXEMPLOS DE QUEIXAS

1. As estruturas que aparecem nas páginas seguintes podem ser utilizadas em queixas apresentadas ao Comitê de Direitos Humanos e ao Comitê contra a Tortura.
Selecione a estrutura mais adequada para as queixas que está a apresentar e, de seguida, adicione ou remova os cabeçalhos de acordo com os factos e questões jurídicas específicas que a sua queixa levanta. É importante que adapte a estrutura disponibilizada para que possa apresentar todos os elementos do seu caso, sem incluir cabeçalhos desnecessários ou apresentar argumentos que não são relevantes para o seu caso.
2. Quando já tiver ajustado a estrutura, prepare a sua queixa preenchendo cada uma das secções, recorrendo às diretrizes apresentadas na Parte III e servindo-se dos modelos de argumentos jurídicos da Parte V.
3. As hiperligações abaixo correspondem a queixas apresentadas pela Justice Initiative ao Comitê de Direitos Humanos e ao Comitê contra a Tortura, em relação às quais as Comissões emitiram decisões que concluem a existência de violações nesses casos. Geralmente, as queixas seguem as diretrizes e a estrutura apresentadas neste guia prático e apresentam argumentos semelhantes aos encontrados nos modelos de argumentos jurídicos. Como tal, podem ser úteis como modelos.
 - ***Gerasimov contra Cazaquistão (abril de 2010)***. Comunicação ao Comitê contra a Tortura que levanta alegações de tortura, de falta de salvaguardas contra a tortura, falta de investigação efetiva e falta de reparação ([PDF da comunicação](#))
 - ***Ernazarov contra Quirguistão (março de 2011)***. Comunicação ao Comitê de Direitos Humanos que levanta alegações de falha em proteger prisioneiros vulneráveis, assassinatos arbitrários, tortura por parte de atores privados, falta de investigação efetiva e falta de reparação ([PDF da comunicação](#))
 - ***Akmatov contra Quirguistão (abril de 2011)***. Comunicação ao Comitê de Direitos Humanos que levanta alegações de tortura, morte resultante de tortura, falta de salvaguardas contra a tortura, falta de investigação efetiva e falta de reparação ([PDF da comunicação](#))
 - ***Akunov contra Quirguistão (setembro de 2011)***. Comunicação ao Comitê de Direitos Humanos que levanta alegações de assassinato arbitrário, tortura, falta de salvaguardas contra a tortura, falta de investigação efetiva, falta de reparação e tortura/assassinato com motivações discriminatórias ou políticas ([PDF da comunicação](#))
 - ***Askarov contra Quirguistão (novembro de 2012)***. Comunicação ao Comitê de Direitos Humanos que levanta alegações de tortura, falta de salvaguardas contra a tortura, falta de investigação efetiva, falta de reparação, detenção arbitrária e detenção e tortura com motivações discriminatórias ou políticas; bem como condições inadequadas de detenção e violação dos direitos a um julgamento justo ([PDF da comunicação](#))

ANEXO A: ESTRUTURA DE QUEIXA AO COMITÊ DE DIREITOS HUMANOS, TORTURA E/OU MORTE SOB CUSTÓDIA, COM VIOLAÇÕES ASSOCIADAS

Comunicação ao Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas

No processo

[Nome do Cliente]

contra

[Nome do Estado]

Submetido para apreciação ao abrigo do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos

ao

Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas

a/c Equipa de Petições

Gabinete das Nações Unidas

8-14 avenue de la Paix

1211 Genebra 10

Suíça

ÍNDICE

I. O AUTOR DA COMUNICAÇÃO	76
II. A VÍTIMA	76
III. ESTADO PARTE	76
IV. RESUMO DA QUEIXA	76
Resumo dos factos	76
Resumo dos recursos internos esgotados.....	76
Violações do PIDCP	76
V. FACTOS DA QUEIXA	76
[título – por ex. Contexto].....	76
[título – por ex. Detenção de <i>[a pessoa]</i>]	76
[título com elementos diferentes – por ex. Investigação Oficial].....	76
[<i>subtítulo – por ex. descrever os principais passos da investigação</i>]	77
[<i>subtítulo – por ex. descrever qualquer altura em que a investigação tenha sido suspensa, encerrada, reiniciada ou contestada</i>]	77
VI. ADMISSIBILIDADE	77
A. Jurisdição	77
B. Inexistência de outra queixa internacional.....	77
C. Esgotamento de recursos internos	77
VII. VIOLAÇÕES DO PIDCP	77
A. [<i>Título da primeira violação, de acordo com a lista acima</i>].....	77
1. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	77
2. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
3. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
B. [<i>Título da segunda violação, de acordo com a lista acima</i>]	78
1. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
2. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
C. [<i>repetir para cada uma das violações subsequentes</i>]	78
1. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
2. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
VIII. RECURSOS	79
IX. LISTA DE DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS	79

I. O AUTOR DA COMUNICAÇÃO

1. [...]

II. A VÍTIMA

Nome: [inserir]
Primeiro nome: [inserir]
Nacionalidade: [inserir]
Profissão: [inserir]
Data e local de nascimento: [inserir]
Endereço: [inserir se a vítima ainda for viva e se for o autor]
Relação com o autor: [inserir se a vítima já não for viva ou se não for o autor]

III. ESTADO PARTE

2. Esta comunicação é apresentada contra [inserir o nome do Estado]. [Definir quando é que o Estado ratificou ou aderiu ao PIDCP e ao Protocolo Facultativo].

IV. RESUMO DA QUEIXA Resumo dos factos

3. [...]

Resumo dos recursos internos esgotados

4. [...]

Violações do PIDCP

5. O [Estado] violou o PIDCP das seguintes formas: A. [...]

B. [etc.]

V. FACTOS DA QUEIXA

6. [...]

[título – por ex. Contexto]

7. [...]

[título – por ex. Detenção de [a pessoa]]

8. [...]

[título com elementos diferentes – por ex. Investigação Oficial]

9. [...]

[subtítulo – por ex. descrever os principais passos da investigação]

10. [...]

[subtítulo – por ex. descrever qualquer altura em que a investigação tenha sido suspensa, encerrada, reiniciada ou contestada]

11. [...]

VI. ADMISSIBILIDADE

12. Esta comunicação é admissível nos termos do artigo 5.º do primeiro Protocolo Facultativo ao PIDCP porque (A) as violações são da competência do Comitê, (B) as violações não foram submetidas a nenhum outro fórum internacional, e (C) [o indivíduo] esgotou todos os recursos internos eficazes e disponíveis porque [incluir uma frase que resuma o que o indivíduo ou a sua família fez para esgotar os recursos internos.]

A. Jurisdição

13. [...]

B. Inexistência de outra queixa internacional

14. Não foi submetida nenhuma queixa a nenhum outro procedimento de investigação ou acordo internacional sobre [a tortura do indivíduo e a falha do Estado em prevenir e investigar adequadamente a tortura em causa].

C. Esgotamento de recursos internos

15. [Frase que resume o tópico.]

16. [Quaisquer submissões jurídicas relevantes.]

17. [Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.]

18. Como resultado, a comunicação é admissível perante o Comitê.

VII. VIOLAÇÕES DO PIDCP

19. O [Estado] violou o PIDCP das seguintes formas:

A. [Voltar a introduzir a lista de violações que se encontra no resumo (parte IV) acima].

B. [...]

A. [Título da primeira violação, de acordo com a lista acima – por ex. O Sr. Requerente foi assassinado; ou O Estado não conseguiu proteger o direito do cidadão à vida]

20. [Frase que resume o tópico.]

21. [Quaisquer submissões jurídicas relevantes.]

22. [Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.]

1. [subtítulo, se necessário]

23. [*Frase que resume o tópico.*]
24. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
25. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]
2. [subtítulo, se necessário]
26. [*Frase que resume o tópico.*]
27. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
28. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]
3. [subtítulo, se necessário]
29. [*Frase que resume o tópico.*]
30. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
31. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]
- B. [Título da segunda violação, de acordo com a lista acima – por ex. O Sr. Requerente foi torturado; ou Detenção ilícita e arbitrária do Sr. Requerente]**
32. [*Frase que resume o tópico.*]
33. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
34. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]
1. [subtítulo, se necessário]
35. [*Frase que resume o tópico.*]
36. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
37. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]
2. [subtítulo, se necessário]
38. [*Frase que resume o tópico.*]
39. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
40. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]
- C. [repetir para cada uma das violações subsequentes – por ex. Falha em conduzir uma investigação eficaz; ou Falha em providenciar reparação]**
41. [*Frase que resume o tópico.*]
42. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
43. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]
1. [subtítulo, se necessário]
44. [*Frase que resume o tópico.*]
45. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
46. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]
2. [subtítulo, se necessário]

47. [*Frase que resume o t3pico.*]
48. [*Quaisquer submiss3es jur3dicas relevantes.*]
49. [*Como os factos satisfazem os requisitos jur3dicos.*]

VIII. RECURSOS

50. 3 luz dos factos e argumentos acima, o Autor solicita respeitosamente ao Comit3e que:
- a. [*Enumerar os recursos que est3 a pedir.*]
 - b. [...]
 - c. [...]

IX. LISTA DE DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS

- Prova 1 [*descri33o*]
Prova 2 [*descri33o*]
Prova 3 [*descri33o*]

**ANEXO B: ESTRUTURA DE UMA QUEIXA DE TORTURA AO COMITÊ
CONTRA A TORTURA**

Comunicação ao Comitê das Nações Unidas contra a Tortura

No processo

[Nome do Cliente]

contra

[Nome do Estado]

*Submetido para apreciação ao abrigo do artigo 22.º
da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras
Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes*

ao

Comitê de Direitos Humanos das Nações

Unidas a/c Equipa de Petições

Gabinete das Nações Unidas

8-14 avenue de la Paix

1211 Genebra 10

Suíça

ÍNDICE

I. O AUTOR DA COMUNICAÇÃO	76
II. A VÍTIMA	76
III. ESTADO PARTE	76
IV. RESUMO DA QUEIXA	76
Resumo dos factos	76
Resumo dos recursos internos esgotados.....	76
Violações do PIDCP	76
V. FACTOS DA QUEIXA	76
[título – por ex. Contexto].....	76
[título – por ex. Detenção de <i>[a pessoa]</i>]	76
[título com elementos diferentes – por ex. Investigação Oficial].....	76
[<i>subtítulo – por ex. descrever os principais passos da investigação</i>]	77
[<i>subtítulo – por ex. descrever qualquer altura em que a investigação tenha sido suspensa, encerrada, reiniciada ou contestada</i>]	77
VI. ADMISSIBILIDADE	77
A. Jurisdição	77
B. Inexistência de outra queixa internacional.....	77
C. Esgotamento de recursos internos	77
VII. VIOLAÇÕES DO PIDCP	77
A. [Título da primeira violação, de acordo com a lista acima].....	77
1. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	77
2. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
3. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
B. [Título da segunda violação, de acordo com a lista acima]	78
1. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
2. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
C. [<i>repetir para cada uma das violações subsequentes</i>]	78
1. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
2. [<i>subtítulo, se necessário</i>]	78
VIII. RECURSOS	79
IX. LISTA DE DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS	79

I. O AUTOR DA COMUNICAÇÃO

1. [...]

II. A VÍTIMA

Nome: [inserir]
Primeiro nome: [inserir]
Nacionalidade: [inserir]
Profissão: [inserir]
Data e local de nascimento: [inserir]
Endereço: [inserir se a vítima ainda for viva e se for o autor]
Relação com o autor: [inserir se a vítima já não for viva ou se não for o autor]

III. ESTADO PARTE

2. Esta comunicação é apresentada contra [inserir o nome do Estado]. [Definir quando é que o Estado ratificou ou aderiu à Convenção contra a Tortura e quando é que fez a sua declaração nos termos do artigo 22.º].

IV. RESUMO DA QUEIXA Resumo dos factos

3. [...]

Resumo dos recursos internos esgotados

4. [...]

Violações da CCT

5. O [Estado] violou a Convenção contra a Tortura das seguintes formas:

C. [...]

D. [etc.]

V. FACTOS DA QUEIXA

6. [...]

[título – por ex. Contexto]

7. [...]

[título – por ex. Detenção de [a pessoa]]

8. [...]

[título com elementos diferentes – por ex. Investigação Oficial]

9. [...]

[subtítulo – por ex. descrever os principais passos da investigação]

10. [...]

[subtítulo – por ex. descrever qualquer altura em que a investigação tenha sido suspensa, encerrada, reiniciada ou contestada]

11. [...]

VI. ADMISSIBILIDADE

12. Esta comunicação é admissível nos termos do artigo 22.º da Convenção contra a Tortura porque (A) as violações são da competência do Comitê, (B) as violações não foram submetidas a nenhum outro fórum internacional, e (C) [o indivíduo] esgotou todos os recursos internos eficazes e disponíveis porque [incluir uma frase que resume o que o indivíduo ou a sua família fez para esgotar os recursos internos.]

A. Jurisdição

13. [...]

B. Inexistência de outra queixa internacional

14. Não foi submetida nenhuma queixa a nenhum outro procedimento de investigação ou acordo internacional sobre [a tortura do indivíduo e a falha do Estado em prevenir e investigar adequadamente a tortura em causa].

C. Esgotamento de recursos internos

15. [Frase que resume o tópico.]
16. [Quaisquer submissões jurídicas relevantes.]
17. [Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.]
18. Como resultado, a comunicação é admissível perante o Comitê.

VII. VIOLAÇÕES DO PIDCP

19. O [Estado] violou o Convenção contra a Tortura das seguintes formas:
C. [Voltar a introduzir a lista de violações que se encontra no resumo (parte IV) acima].
D. [...]

A. [Título da primeira violação, de acordo com a lista acima – por ex. O Sr. Requerente foi torturado]

20. [Frase que resume o tópico.]
21. [Quaisquer submissões jurídicas relevantes.]
22. [Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.]

1. [subtítulo, se necessário]

23. [Frase que resume o tópico.]

24. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
25. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]

2. [subtítulo, se necessário]

26. [*Frase que resume o tópico.*]
27. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
28. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]

3. [subtítulo, se necessário]

29. [*Frase que resume o tópico.*]
30. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
31. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]

B. [Título da segunda violação, de acordo com a lista acima – por ex. Falha em adotar salvaguardas para prevenir a tortura]

32. [*Frase que resume o tópico.*]
33. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
34. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]

1. [subtítulo, se necessário]

35. [*Frase que resume o tópico.*]
36. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
37. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]

2. [subtítulo, se necessário]

38. [*Frase que resume o tópico.*]
39. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
40. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]

C. [repetir para cada uma das violações subsequentes – por ex. Falha em conduzir uma investigação eficaz; ou Falha em providenciar reparação]

41. [*Frase que resume o tópico.*]
42. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
43. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]

1. [subtítulo, se necessário]

44. [*Frase que resume o tópico.*]
45. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
46. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]

2. [subtítulo, se necessário]

47. [*Frase que resume o tópico.*]
48. [*Quaisquer submissões jurídicas relevantes.*]
49. [*Como os factos satisfazem os requisitos jurídicos.*]

VIII. RECURSOS

50. À luz dos factos e argumentos acima, o Autor solicita respeitosamente ao Comitêque:

- [*Enumerar os recursos que está a pedir.*]
- [...]
- [...]

IX. LISTA DE DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS

Prova 1 [*descrição*]

Prova 2 [*descrição*]

Prova 3 [*descrição*]